



BARRAGENS e seus impactos psicossociais



Daniele Almeida Duarte
Denise Kloeckner Sbardelotto
Organizadoras


EduFatecie
EDITORA

Nesse livro o leitor irá entrar em canteiros de obras, casas, vilarejos, comunidades e cidades, junto com os autores, para conhecer histórias de vida e de trabalho transformadas pelas barragens. Por meio de depoimentos, fontes diversas de informações e dados, serão revelados os impactos psicossociais que esses empreendimentos causam ao atingir existências e, muitas vezes, agravando vulnerabilidades já vividas, em nome do progresso e desenvolvimento de uma nação.

A cada página desse livro serão encontrados reflexões e registros das histórias que foram deliberadamente ocultadas, negadas e silenciadas pelas águas, minérios e lamas. Entram em cena tanto as empresas e o Estado, que negligenciam a dimensão humana dos riscos e perigos (assim como dos desastres iminentes e aqueles culminados), quanto os movimentos sociais, atores sociais, trabalhadores e famílias que persistem na luta e esperança em busca do reconhecimento de direitos, saúde, segurança e dignidade.

BARRAGENS E SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS

Daniele Almeida Duarte
Denise Kloeckner Sbardelotto
Organizadoras

BARRAGENS E SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS



Paranavaí
2021

2021 by Editora EduFatecie
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright © Edição 2021 Editora EduFatecie

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora EduFatecie. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B269 Barragens e seus impactos psicossociais/ organizado por
Daniele Almeida Duarte, Denise Kloeckner Sbardelotto. Paranavaí:
EduFatecie, 2021.
190 p. : il.

ISBN 978-65-87911-76-2

1. Barragens e açudes – Aspectos sociais. I. Duarte, Daniele
Almeida. II. sbardelotto, Denise Kloeckner. III. Centro Universitário
UniFatecie. IV. Núcleo de Educação a Distância.

CDD : 23 ed. 305

Catalogação na publicação: Zineide Pereira dos Santos – CRB 9/1577

DOI: <https://doi.org/10.33872/edufatecie.barragens>



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição
Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).



Unidade III: BR 376, km 102 -
Paranavaí-PR
(Saída para Nova Londrina)
(55) (44) 3045 9898 / (55) (44)
99976-2105
www.unifatecie.edu.br



CONSELHO EDITORIAL:

Prof.ª Ma. Adriana Aparecida Rodrigues
Prof. Dr. Alexander Rodrigues de Castro
Prof. Me. Arthur Rosinski do Nascimento
Prof.ª Dr.ª. Cassia Regina Dias Pereira
Prof.ª Dr.ª. Claudinéia Conatoni da Silva
Franco
Prof. Dr. Cleder Mariano Betieri
Prof. Me. Daniel de Lima
Prof.ª Dr.ª. Denise Kloeckner Sbardelotto

EXPEDIENTE:

Diretor Geral: Prof. Me. Gilmar de Oliveira
Diretor de Ensino: Prof. Me. Daniel de Lima
Diretor Financeiro: Prof. Eduardo Luiz Campano Santini
Diretor Administrativo: Prof. Me. Renato Valença Correia
Secretário Acadêmico: Tiago Pereira da Silva
Coord. de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONPEX: Prof. Dr. Hudson Sérgio de Souza
Coordenação Adjunta de Ensino: Prof.ª. Dr.ª. Nelma Sgarbosa Roman de Araújo
Coordenação Adjunta de Pesquisa: Prof. Dr. Flavio Ricardo Guilherme
Coordenação Adjunta de Extensão: Prof. Esp. Heider Jeferson Gonçalves
Coordenador NEAD - Núcleo de Educação a Distância: Prof. Me. Jorge Luiz Garcia
Van Dal

EQUIPE EXECUTIVA:

Editora-chefe:
Prof.ª Dr.ª. Denise Kloeckner Sbardelotto
Editor-adjunto:
Prof. Dr. Flávio Ricardo Guilherme
Revisão Ortográfica e Gramatical:
Prof.ª. Esp. Bruna Tavares Fernandes
Projeto Gráfico/Design/Diagramação:
Lorena Gonzalez Donadon Leal
Setor Técnico:
Fernando dos Santos Barbosa

Controle Financeiro:
Prof. Eduardo Luiz Campano Santini
Assessoria Jurídica:
Prof.ª Dr.ª. Leticia Baptista Rosa
Ficha Catalográfica:
Tatiane Vitorino de Oliveira e
Zineide Pereira dos Santos
Secretária:
Mariana Bidóia Machado
www.unifatecie.edu.br/editora
edufatecie@fatecie.edu.br

Prof. Dr. Fábio José Bianchi
Prof. Dr. Flávio Ricardo Guilherme
Prof.ª Dr.ª. Gléia Cristina Laverde Ricci
Cândido
Prof. Dr. Heraldo Takao Hashiguti
Prof. Dr. Hudson Sérgio de Souza
Prof.ª Dr.ª. Jaqueline de Carvalho Rinaldi
Prof. Dr. Julio Cesar Tocacelli Colella
Prof.ª Dr.ª. Leticia Baptista Rosa

Prof.ª Ma. Luciana Moraes Silva
Prof. Me. Manfred Zamponi
Prof. Dr. Marcelo Henrique Savoldi Picoli
Prof. Dr. Marcos Paulo Shiozaki
Prof.ª Dr.ª. Nelma Sgarbosa Roman de
Araújo
Prof. Dr. Paulo Francisco Maraús
Prof. Dr. Renã Moreira Araújo
Prof. Dr. Rodrigo Cesar Costa
Prof. Dr. Ronan Yuzo Takeda Violin

1ª Edição Ebook: julho de 2021.
Paranavaí – Paraná – Brasil

Sumário

Prefácio	6
Apresentação	13
PARTE I TRABALHO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO	15
1. HIDRELÉTRICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: experiência e memória de resistência nos casos de implantação das usinas de Itaipu e Baixo Iguaçu (1974-2016) <i>Catiane Matiello</i>	16
2. O PROJETO EDUCACIONAL DE ITAIPU NO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU (1974-1985) <i>Denise Kloeckner Sbardelotto</i>	38
3. AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES DA BARRAGEM DE ITAIPU <i>Odirlei Manarin</i>	60
PARTE II PSICOLOGIA, SAÚDE E SOCIEDADE	89
4. CONFIGURAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO REJEITO: apontamentos sobre o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG <i>Milena Maciel de Carvalho, Simone Santos Oliveira</i>	90
5. FAZERES DA PSICOLOGIA EM UM CANTEIRO DE OBRAS DE UMA USINA HIDRELÉTRICA <i>Priscila Pavan Detoni</i>	111

**6. INDICADORES DE SAÚDE AMBIENTAL DE MUNICÍPIOS
ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
FOZ DO CHAPECÓ**

*Felipe Hochheim Argerich, João Vitor Assmann Fontana,
Simone Cristine dos Santos Nothhaft, Maria Assunta Busato*

127

**7. QUANDO O DESASTRE EXPÕE AS VULNERABILIDADES
OCULTADAS: dos riscos silenciados do “progresso”
aos danos psicossociais vividos**

Daniele Almeida Duarte

143

**8. AS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES DOS DANOS E
SOFRIMENTOS DOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO
DE BARRAGENS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO RIO URUGUAI**

*Carmem Regina Giongo, Luíza Morem Rocha,
Jessica Mabel Soares Teixeira Menezes, Jussara Maria Rosa Mendes*

173

Sobre os autores

188

Prefácio

O intervalo entre agradecer o convite de Daniele Almeida Duarte e Denise Kloeckner Sbardelotto para fazer o prefácio deste livro e começar a pensar o que escrever, foi um tempo de movimento em *flashback*, quando me veio, claramente, todo o processo vivido na minha aproximação ao tema das barragens. Isso teve início em 1978, com a decisão e o desafio de trabalhar na dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PROPRU/UFRGS) com o tema da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que estava iniciando sua construção, e analisar seus impactos. Esta foi a primeira abordagem. Mas, ao andar pelas estradas de barro, conversar com os moradores da região a ser alagada, ao acompanhar o pessoal da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas reuniões nas “linhas”, a passagem de D. José Rodrigues, fui percebendo que o que estava em curso não era somente a configuração de um impacto na dimensão proporcional à obra, mas de um conflito de igual proporção e com desdobramentos para além da obra.

Uma intervenção no espaço acaba sempre provocando impactos, de maiores ou menores proporções, assim como um impacto não necessariamente é negativo ou se transforma em conflito. Para isto acontecer, primeiro é necessário que as pessoas “impactadas” se sintam prejudicadas, e segundo, que haja uma resistência organizada coletivamente, para além do plano individual, que vai se manifestar através do enfrentamento dos diferentes interesses, podendo culminar em um conflito. Foi isso que acompanhei e vi acontecer na construção de Itaipu. Em proporção tal que se confirmou como marco histórico em termos de luta e organização de resistência à construção de barragens e confluindo para a organização dos movimentos sociais em nosso país, em especial do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST).

Ao transformar o fazer dessa história em tempo real numa dissertação de mestrado, me vi num impasse, pois todo trabalho científico deve fundamentar sua empiria numa teoria. E ao buscar os fundamentos teóricos da realidade que se evidenciava além da imersão no movimento de reprodução do capital envolvido na obra – tendo o Estado como para além de coadjuvante, no caso como protagonista –, nada eu encontrava nos estudos até então realizados que remetessem, especificamente, à situação de construção de barragens com relação à população atingida. Isto foi no final da década de 1970 e início de 1980, quando o tema barragem ainda era restrito aos estudos das engenharias e não de ciências sociais. Tempos de um “Brasil Grande Potência”, como o Estado escoava em seu discurso desenvolvimentista no qual todo o desafio era para viabilizar a obra civil, inquestionável e necessária ao projeto de desenvolvimento em curso, justificando sacrificar tudo o que fosse preciso para isso.

Como que comprovando que os saltos qualitativos na produção do conhecimento não se definem de forma isolada, fragmentados da realidade ou descolados das condições materiais de existência, foi possível constatar que a resistência organizada dos sujeitos expropriados de Itaipu também criou a necessidade e as condições para a academia interpretar o que acontecia na sociedade.

A proliferação das construções de grandes obras para geração de energia fez rapidamente eclodir movimentos de resistência e situações de conflitos em vários pontos do país. A isto se seguiu uma produção acadêmica que buscava compreender as lógicas que imprimiam a dinâmica do processo, tanto por parte das empresas construtoras como das populações atingidas.

Se meu trabalho sobre Itaipu pode ser considerado pioneiro, outros trabalhos acadêmicos consistentes começaram a aparecer, como os de Lúcia Sigoud, de Rubem Siqueira, ambos sobre Sobradinho, e outros tantos mais. Se o período militar alterou o quadro de geração de energia no país, a resistência organizada das populações atingidas pela construção de barragens teve repercussões, também, nos estudos e produ-

ções acadêmicas, sendo os pesquisadores provocados a se debruçarem sobre essas situações cada vez mais frequentes.

Tempos depois, um grupo de pesquisa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), liderados por Carlos Vainer, fez uma convocação para a realização do I Encontro Ciências Sociais e Barragens (ECSB), ocorrido no Rio de Janeiro, em junho de 2005. Foi como que uma conclamação de quem se dedicava a estudar, entender, ou dos que viveram ou viviam esta temática, e que garantiu não só a realização do I ECSB, mas sua continuidade. O ECSB foi ampliando o âmbito da chamada para a escala latino-americana, agregando pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e consolidando a Rede Latino-Americana de Ciências Sociais e Barragens como um espaço de confluência de pensamentos e ações que teve continuidade nos sucessivos encontros¹.

Nesse percurso, o livro *Barragens e seus impactos psicossociais* vem se associar às inúmeras obras individuais ou coletivas que abordam o tema barragens em suas diferentes dimensões analíticas. É uma coletânea organizada por Daniele Almeida Duarte e Denise Kloeckner Sbardelotto, composta por oito artigos que compõem seus capítulos, dividido em duas partes.

A parte I congrega três capítulos que abordam a dimensão “Trabalho, História e Educação”. O primeiro, de Catiane Matiello, traz a dimensão da memória da resistência à construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a formação do Movimento Justiça e Terra. Problemática como essa experiência se articula à resistência da usina do Baixo Iguaçu, mostrando como “a memória de luta é uma arena sempre em disputa”, que pode ser utilizada tanto pelos movimentos sociais como pelas empresas.

No segundo capítulo, Denise Kloeckner Sbardelotto continua com o foco na construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, analisando uma nova dimensão: o “Projeto Educacional de Itaipu” direcionado

1 I ECSB no Rio de Janeiro, junho de 2005; II ECSB/I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens, em Salvador, em novembro de 2007; III ECSB, em Belém, em novembro de 2010; IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens, em Chapecó, em setembro de 2016; e o V Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens, em Santiago do Chile, em setembro de 2018.

aos trabalhadores da obra, em seus diferentes níveis. Para isto, Denise expõe a organização interna do canteiro de obras e das vilas habitacionais do Brasil e do Paraguai. Denise indica similaridades e diferenças entre o Projeto Educacional de Itaipu em ambos os países e contribui para a compreensão das “estruturas ideológicas montadas para a legitimação da exploração do trabalho e o aprofundamento da estratificação entre as classes e frações de classes.”

No terceiro capítulo, Odirlei Manarin enfoca a trajetória de vida dos trabalhadores da barragem de Itaipu a partir da memória dos “peões”. Traz informações que permitem ver como Itaipu atraiu trabalhadores de várias partes do país e como a obra contribuiu para um crescimento populacional vertiginoso na cidade de Foz do Iguaçu. O autor pisa o “chão” das casas e da obra através dos depoimentos dos trabalhadores que colocaram Itaipu na trajetória de suas vidas.

A parte II, Psicologia, Saúde e Sociedade, é aberta com o quarto capítulo, de autoria de Milena Maciel de Carvalho e Simone Santos Oliveira, que analisa as configurações psicossociais vinculados ao rompimento, em 2015, da barragem do Fundão, em Mariana (MG). O artigo incorpora as barragens de rejeitos das mineradoras ao tema das barragens hidrelétricas. Uma questão que, embora latente, eclode com o rompimento da barragem do Fundão – pertencente à Samarco Mineração S/A² –, jogando “luz ao contexto da mineração brasileira”, como consideram as autoras. Analisam o fato ocorrido na perspectiva psicossocial, considerando “as estratégias de cuidado e a saúde em sua integralidade, ou seja, a partir das diferentes dimensões do sujeito e do contexto social”. As autoras vão trazendo elementos que permitem visualizar como a população continua sendo atingida por uma “sobreposição de danos”, que se revelam nas diferentes compreensões e práticas da fase de recuperação desse desastre/tragédia/crime.

O quinto capítulo, de autoria de Priscila Pavan Detoni, acompanha os desafios dos “fazeres da psicologia em um canteiro de obras de uma usina hidrelétrica”. Mostra, ao mesmo tempo, questões sobre a formação dos profissionais da área de psicologia e o campo de trabalho para

² Atualmente, controlada através de uma *joint-venture* entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton.

o qual “a academia não prepara para lidar com peão, para trabalhar na obra”, conforme um depoimento colhido em trabalho de campo. E os desafios do profissional da psicologia, “que se desloca junto com as obras e a itinerância dos/as trabalhadores/as da construção civil [...]”. Colocando que os/as trabalhadores/as das obras também são afetados com os sucessivos e constantes movimentos de migração, cuja produção está “atrelada a uma engrenagem maior do que a que gira a turbina da hidrelétrica.”

Simone Cristine Nothafft, no sexto capítulo, faz um minucioso estudo, com base em uma série histórica de dados secundários, dos municípios atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, para avaliar os indicadores de saúde ambiental e sua relação com a obra. Defende a necessidade de se introduzir uma Avaliação de Impacto à Saúde (AIS) na construção de grandes obras, como já acontece com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

No sétimo capítulo, Daniele Almeida Duarte traz novamente o tema dos danos psicossociais vividos por pessoas em um cotidiano que é alterado por desastres. Tem o intuito de expor “as vulnerabilidades ocultas”, como coloca no título, e de “reconhecer a dimensão negligenciada do sofrimento, negado, distorcido e silenciado”. A autora traz elementos que envolvem tanto as barragens do setor hidrelétrico quanto as de mineração, considerando que, apesar de diferentes processos produtivos, “possuem similaridades em termos de impactos, geração de riscos e desdobramentos que culminam em desastres”. Segundo a autora, “os riscos globais são distribuídos localmente e incrementados de maneira desigual”, e que “há um sofrimento vivido individualmente, mas produzido socialmente”.

O oitavo e último capítulo, de autoria de Carmem Regina Giongo, Luiza Morem Rocha, Jessica Mabel Soares Teixeira Menezes e Jussara Maria Rosa Mendes, traz resultados de estudos desenvolvidos sobre as populações atingidas pela construção de barragens hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, identificando “múltiplas expressões dos danos e sofrimentos dos atingidos” como consta no título. Abordam a questão na perspectiva do “sofrimento social e ambiental”, sofrimentos estes per-

cebidos do ponto de vista individual e coletivo e que passam a fazer parte da vida das populações atingidas, não só em suas memórias, mas também em seu presente.

Pegando o mote deste último capítulo, pontuo algumas questões que evidenciam importantes avanços na compreensão da temática sobre barragens por parte desta obra. A primeira questão é que, hoje, a temática de barragens e seus impactos psicossociais, claramente, passa a envolver barragens para aproveitamento hidrelétrico e barragens para armazenamento de rejeitos de mineração. A segunda, é que ambas provocam e criam o que se denomina de uma população “atingida”. Nesse aspecto, fica muito evidente como os conceitos e categorias são dinâmicos, vão sendo requalificados e a sua compreensão ampliada na medida que se cria uma bagagem empírica que permite ir dando concretude ao conceito, que, como tal, é uma abstração. Nos diversos artigos deste livro fica claro como o conceito de atingido é disputado: quem são os atingidos? Em que medida ou em quais condições são atingidos? Atingidos diretos? Atingidos indiretos? Entre outras perguntas possíveis. Como mostram Carvalho e Oliveira, no quarto capítulo, uma classificação que está associada à limitação de direitos de reparação e compensação. Assim, os “atingidos diretos ou indiretos não têm fundamentação jurídica; o que pode ser mensurado é o tipo de danos (diretos ou indiretos) e não a condição do atingido”.

Atingidos pela construção de barragens e atingidos pelo rompimento de barragens de rejeitos – a exemplo do desastre/crime de Mariana, que tiveram seus territórios de vida e a própria vida coberta pela água e lama – enfrentam uma situação em que a “experiência localizada em um território é despedaçada”, como se refere Duarte no sétimo capítulo. Ambos enfrentam um modelo de desenvolvimento que não os considera, não considera seus sofrimentos, vulnerabilidades, principalmente quando reconhecer significa reconhecer direitos; a reparação tem um custo monetário³.

Concluo com mais um *flashback*, como que para fechar o circuito

³ O lançamento deste livro coincide com o acordo realizado entre o governo do estado de Minas Gerais e a Vale S.A., no valor de R\$ 37,7 bilhões, que apesar de celebrado foi muito inferior aos R\$ 55 bilhões inicialmente exigidos para reparar os danos socioeconômicos e ecológicos.

e avançar. Quando estava em Porto Alegre, participei das primeiras reuniões da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) que começava a se organizar frente às sucessivas barragens programadas para o rio Uruguai, e em especial a de Itá⁴. Era um dos embriões do que constitui hoje o MAB, que de forma organizada em todo território nacional, neste ano de 2021, completa 30 anos na organização e defesa dos direitos dos atingidos por barragens.

Sem dúvida, os temas e abordagens apresentados neste livro avançam e ampliam a compreensão sobre os estudos das “Barragens e seus impactos psicossociais”. Uma compreensão que se define na trincheira da luta epistêmica e política da academia e na afirmação do seu papel social junto aos atingidos e/ou expropriados, ainda mais nesses tempos sombrios que se impõem!

Oxalá contribua, também, para que quando acionarmos um interruptor de luz, lembremo-nos do custo e da dívida social para que a eletricidade chegue em nossas casas.

Parabéns às organizadoras, Parabéns às/aos autoras/es.

Guiomar Germani
Profa. do Programa de Pós-graduação em Geografia
Instituto de Geociências
Universidade Federal da Bahia

⁴ A pedido de João Pedro Stédile (que tinha acabado de retornar de seu doutorado no México), marquei numa carta topográfica a cota que as águas da barragem de Itá iria atingir.

Apresentação

Esta obra reúne textos de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e atuação. O que há em comum entre eles é o debruçar-se sobre o universo das barragens. De diferentes ângulos revelam as distintas repercussões sobre as comunidades e populações afetadas por estas estruturas. São analisados os efeitos macro e microsociais. Simbólicos e concretos. Individuais e coletivos. A partir de cada uma dessas dimensões, são elaboradas ponderações atentas acerca desse fenômeno, o qual possui complexidade e singularidade capazes de gerar consequências imediatas e a longo prazo.

Na história do Brasil os empreendimentos que fazem uso de barragens, seja para viabilizar instalações hidrelétricas seja para conter os rejeitos oriundos do beneficiamento de minérios, não são recentes. Embora as referidas estruturas resguardem diferenças concernentes à natureza econômico-produtiva, possuem convergências em sua gênese social e política ao causar impactos nocivos que se estendem para os seres humanos e ao meio ambiente.

Para compreender isso, a cada capítulo que o/a leitor/a percorrer, encontrará a polifonia das vidas que clamam para serem ouvidas acerca das agruras vividas durante todo o processo de concepção e execução desses empreendimentos – desde o momento de seu planejamento, da instalação até o seu rompimento. Em qualquer uma dessas situações, a história de vida das comunidades e populações expostas ou atingidas pelos riscos dessas estruturas, é radicalmente transformada.

Um jogo de forças impetuoso passa a delimitar novas fronteiras territoriais e existenciais. Quem fica e quem sai. Quem ganha e quem perde. Os projetos de vida dão lugar ao projeto econômico neoliberal em solo brasileiro. Nesse percurso, não há negociações equânimes, tampouco processos decisórios e participativos igualitários entre as partes envolvidas.

Diante dessa realidade, entram em cena nesse livro os estudos voltados a esse tema, cumprindo não somente uma postura científica que expressa rigor acadêmico, mas também social e ético-política ao reverberar as vozes das pessoas atingidas por barragens e mobilizadas para lidar com seus efeitos devastadores. São populações ribeirinhas, comunidades e trabalhadores/as que tiveram sua atividade usurpada ou cessada pelas novas condições de existência; trabalhadores/as que sofreram com o acidente de trabalho ampliado; trabalhadores/as acionados para atuar com desastres efetivados e aqueles/as que atuam na ponta, dia a dia, nos equipamentos socioassistenciais para lidar com as mazelas de quem sofre/sofreu o processo de expulsão de seus modos de vida. Percebemos, nesse cenário que as diferentes barragens e etapas de sua concepção resguardam similaridades com a vivência da catástrofe acerca de seus desdobramentos que acometem histórias de crianças, jovens, adultos e velhos que se imiscuem à lama, poeira e concreto. Nesse percurso, as resistências e enfrentamentos junto aos movimentos sociais, organizações de base, lideranças locais e distintos coletivos são fundamentais para confrontar o desamparo e a morte – seja de si, seja da memória.

Ansiamos que a cada linha aqui registrada possamos enquanto sociedade descortinar que junto à história de barragens estão enredadas as histórias de pessoas e comunidades que tiveram seus modos de existência silenciados e desmantelados. Urge avançar para um debate público que reveja os rumos políticos, jurídicos e econômicos trilhados na construção de barragens no Brasil com a finalidade de promover com o modelo de progresso e desenvolvimento – prometidos por esses empreendimentos – a garantia da cidadania, da existência digna, humana e ambiental resguardadas. Para isso, é preciso questionar o modelo de Estado mínimo preconizado pelo capital financeiro internacionalizado, o qual não possui “moradia fixa”, mas onde ele se instala, mesmo que momentaneamente, não deixa de produzir efeitos concretos que alcançam corpos, sonhos e esperanças ao alterar paisagens, ecossistemas e territórios.

Maringá, junho de 2021.
Daniele e Denise

PARTE I

TRABALHO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

1. HIDRELÉTRICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: experiência e memória de resistência nos casos de implantação das usinas de Itaipu e Baixo Iguaçu (1974-2016)¹

Catiane Matiello

1. INTRODUÇÃO

A geração de energia hidrelétrica foi priorizada historicamente no Brasil, de modo que no final dos anos 1970, com um grande número de usinas sendo construídas e em um contexto de abertura política e de mobilização da sociedade civil, grupos de atingidos começaram a se organizar em movimentos sociais que questionavam as práticas de empresas, consórcios e governos. De lá para cá, alguns desses movimentos se consolidaram e permanecem atuando de forma sistemática no país, em configurações regionais ou em movimentos localizados e restritos a implantação de um único projeto.

Nesse contexto, este trabalho aborda uma dimensão observada em duas pesquisas que trataram da organização dos atingidos por barragens durante o processo de implantação de hidrelétricas no Brasil² e

¹ O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA).

² MATIELLO, C. A organização de movimentos sociais nas trajetórias sociotécnicas de implantação de hidrelétricas no Brasil (1974-2016). 2016. 292 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, 2016; MATIELLO, C. Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu. 2011. 302 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

que corresponde ao papel da experiência e da memória de lutas anteriores nas trajetórias de organização dos movimentos sociais em questão. Dos casos analisados nas pesquisas, selecionamos aqui o da usina de Itaipu, construída nos anos 1970 e 1980, na fronteira entre Brasil e Paraguai, e o da usina do Baixo Iguaçu, construída no estado do Paraná entre 2013 e 2019. O objetivo do trabalho, portanto, é analisar de que forma memórias e experiências de outros movimentos ou lutas sociais foram articulados pelos atores envolvidos nas trajetórias sociotécnicas³ das hidrelétricas de Itaipu e Baixo Iguaçu. Procuraremos identificar quais experiências e memórias de luta foram retomadas, que atores buscaram essas experiências, em que momentos das trajetórias, com quais objetivos e de que forma o fizeram.

A perspectiva adotada se baseia nas reflexões do campo de estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e de vertentes da história social. A partir dos estudos CTS questionamos concepções de tecnologia caracterizadas pela neutralidade, determinismo e inexorabilidade. Compreendemos a tecnologia como uma forma de cultura material, que cristaliza e torna visíveis as relações sociais e culturais nela presentes (LIMA FILHO; QUELUZ, 2005). A materialidade que se desenvolve a partir dessas relações é complexa, pois demarca posições e condutas dos atores, condiciona estruturas sociais e econômicas, gera processos de acumulação de capital e redistribuição de renda, possibilita ou restringe o acesso a bens e serviços, produz problemas sociais e ambientais e facilita ou dificulta sua resolução (THOMAS, 2012).

Nas reflexões sobre memória e experiência feitas por autores vinculados à história social, buscamos as referências para considerá-las nos processos de organização dos movimentos sociais analisados. A noção de experiência adotada provém dos trabalhos de Thompson (1997, 1981), que procurou entender o fenômeno de formação da classe operária também por meio das experiências daqueles que compartilharam o mesmo lugar na estrutura produtiva. Já a noção de memória é trabalha-

³ Conceito desenvolvido por Thomas (2013) com o objetivo de mapear e organizar de forma diacrônica, os processos de desenvolvimento e mudança tecnológica. Sua operacionalização consiste em uma reconstrução cronológica do processo de co-construção sociotécnica, ordenando em seqüências temporais as relações causais entre elementos heterogêneos, de modo a observar a evolução dos padrões de interação entre os atores (THOMAS, 2013).

da por autores como De Decca (1999), Bosi (2004) e Rossi (2003) como um elemento de potencial formador e transformador, onde a experiência se enraíza, e assume não apenas o papel de guardar, como também de trabalhar o vivido.

Foi empregada a metodologia qualitativa, que contou com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, além de entrevistas realizadas por meio da metodologia da história oral de vida, especialmente no caso da usina de Itaipu. O corpo documental reunido foi analisado a partir de uma perspectiva sociotécnica, com ferramentas teórico-conceituais do campo CTS, como a noção de trajetória sociotécnica, de modo a orientar a análise pela busca por padrões de interação entre movimentos sociais e demais atores e elementos.

No que diz respeito ao uso da história oral, a consolidação do texto final das entrevistas passou pelas etapas de transcrição, textualização e transcrição (MEIHY, 2005, p. 195). Essas etapas partem do pressuposto de que a fala e o texto escrito correspondem a códigos diferentes e que exigem, portanto, a conversão de um pelo outro⁴. Após passar por essas etapas, o texto retornou a cada um dos entrevistados para leitura, modificações e acréscimos que julgassem necessários: “O reconhecimento do texto procedido pela conferência e pela autorização determina se o colaborador se identificou ou não com o resultado. É essa a grande prova da qualidade do texto final” (HOLLANDA; MEIHY, 2007, p. 139). Foi neste momento que os entrevistados autorizaram a sua publicação e utilização, assinando um documento com esse fim.

Adotando, portanto, uma abordagem interdisciplinar para a observação das dinâmicas de interação entre os diversos atores envolvidos nos processos de construção das hidrelétricas, nas seções a seguir apresentaremos as trajetórias de implantação das duas usinas e apon-

⁴ A transcrição corresponde à passagem da narrativa para o texto escrito. Neste momento, palavra por palavra do que foi falado é registrada. Perguntas feitas pelo entrevistador, interrupções feitas por outras pessoas, até mesmo sons de eletrodomésticos são anotados. Na etapa seguinte, de textualização, retiram-se os sons e ruídos. Palavras sem peso semântico também são extraídas e as perguntas do pesquisador são incorporadas à fala do entrevistado. O texto também é reorganizado de modo a criar uma narrativa coesa e agradável de se ler. Neste momento também são observadas palavras e expressões recorrentes na fala do entrevistado. Em seguida realiza-se a transcrição, fase mais complexa do trabalho. Com ela, o pesquisador procura reconstituir o momento da entrevista, interferindo no texto. É possível preencher vazios expressos na fala do entrevistado, de modo que o texto final revele emoções e o “tom” da entrevista.

taremos como a experiência e a memória de resistência em processos de luta anteriores se fizeram presentes na organização dos movimentos de agricultores. Finalizaremos com uma análise que pontuará as convergências e divergências verificadas entre os dois processos.

2 . A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA

A usina hidrelétrica de Itaipu foi construída no rio Paraná, em trecho limítrofe entre o Brasil e o Paraguai, entre os anos de 1974 e 1982. O reservatório da usina comprometeu uma área de 1.350 quilômetros quadrados, o que afetou 8 municípios e desapropriou 60 mil pessoas, sendo 40 mil no Brasil e 20 mil no Paraguai.

A trajetória sociotécnica do aproveitamento hidrelétrico do trecho do desnível do rio Paraná inicia no começo do século XX, mais especificamente em 1908, quando se verifica a circulação de documentos entre ministérios e a realização de estudos sobre o aproveitamento de Sete Quedas, pautados pela preocupação com aspectos geopolíticos. Mas foi somente em 1974, após décadas de aprofundamento nos estudos e da resolução de questões geopolíticas⁵ entre Paraguai, Argentina e Brasil e com os trabalhos para o início das obras em andamento, que a população que seria desapropriada pela construção tomou conhecimento do projeto. Os relatos de agricultores afirmam que a notícia da implantação da usina na região ainda era recebida com indiferença:

Quando chegou em 1974, mais ou menos, apareceu a conversa no meio do povo, que tinha uma equipe de russos, fazendo um levantamento para possíveis barragens no rio Paraná, pra produção de energia elétrica... Foi em setenta e três, setenta e quatro, por aí... Depois houve outras equipes, inclusive da parte do governo brasileiro. Mas nós, que

5 A definição do projeto final da usina de Itaipu passou pela resolução de questões relativas à disputa pelo território das Sete Quedas com o Paraguai e pelo possível comprometimento do aproveitamento do potencial hidrelétrico à jusante do rio Paraná, por parte da Argentina. A primeira disputa decorria do fato de que após a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, em 1872, Brasil e Paraguai assinaram um tratado que fixou o trecho do rio Paraná que banha ambos, como pertencente aos dois países, em condomínio, e estabeleceu-o como linha demarcatória da fronteira. Porém, desde a assinatura do documento, o Paraguai questionava a demarcação. Com a definição da construção de uma usina binacional, cujo reservatório alagou a área em litígio, essa questão foi encerrada. Com relação à disputa com a Argentina, a solução passou por um acordo que definiu a cota de operação da usina de Itaipu, de modo a não comprometer o fluxo do rio Paraná e permitir o aproveitamento hidrelétrico futuro por parte daquele país.

morávamos lá na época, não dávamos muita importância para isso, porque era uma região plana, levemente angulada e não se tinha nem noção de que poderia acontecer o que aconteceu mais tarde, de uma represa do tamanho de Itaipu (Entrevista de Marcelo Barth, Matiello, 2011, p. 99-100).

Germani (2003) afirma que os primeiros esclarecimentos sobre a obra ocorreram através de reuniões, iniciadas em Foz do Iguaçu, em 1976, seguindo depois para outros municípios e distritos. Nesses momentos, a equipe de Itaipu afirmava que todas as propriedades seriam indenizadas até 1978 e que todos teriam tempo para se colocar em outra área e enquanto isso, continuar produzindo.

Em 1975, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) havia criado a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão responsável por interligar e dinamizar a ação da igreja católica no campo, em função de diversos processos de modernização conservadora que vinham promovendo conflitos com populações camponesas. Em 1977, padres das igrejas católica e luterana começaram a fazer pequenas reuniões em suas comunidades e logo entraram em contato com a CPT para a instalação do Secretariado Regional da CPT no Paraná.

Com o final de 1977 se aproximando, a promessa da empresa binacional de que até 1978 todos estariam indenizados não havia sido cumprida. Além disso, Germani (2003) destaca que os agricultores apontavam irregularidades nas práticas adotadas pela empresa, as quais iam desde o preço proposto para compra das terras abaixo do valor de mercado, com critérios desconhecidos, até ausência de proposta de reassentamento, passando pela exclusão dos posseiros das indenizações e vendas de terras sob ameaças (GERMANI, 2003, p. 74-80).

Sem uma experiência de luta e organização, observa-se que inicialmente os agricultores recorriam às expressões de resistências individuais e cotidianas:

As ameaças de grupinhos e de pessoas isoladas, que diziam “vou tudo ou nada!”, “eu mato!”, “vamos bombardear!”, “vamos fazer isto e aquilo...”, era bastante geral, mas sem ter um elo de ligação, sem ter uma organização... Eram expressões de sentimentos, de uma revolta contra toda essa situação de coisas (Entrevista de Marcelo Barth, Matiello, 2011, p. 106).

E eles não tinham nenhum elo, de experiência de luta, de resistência.

Todo mundo achava que tinham que encarar pessoalmente e ver no que ia dar (Entrevista de Werner Fuchs, Matiello, 2011, p. 168).

Nesse cenário, em que as ações e resistências dos agricultores ainda aparecem desarticuladas, sem um sentido de luta coletiva, as narrativas apontam o papel das igrejas Católica e Luterana e da Comissão Pastoral da Terra, que começam a organizar assembléias e exigir reuniões junto à Itaipu:

Em 1980 a coisa já tava bem mais madura e o sentimento de que alguma revolução iria acontecer era forte. Com a presença, principalmente da CPT, Comissão Pastoral da Terra, que procurava regionalizar essa luta e amarrar as pontas nos diversos focos de Foz do Iguaçu à Guaíra, passando por Santa Helena, Rondon, Quatro Pontes, Entre Rios, Itacorá, Alvorada... se começou a pensar numa luta maior (Entrevista de Marcelo Barth, Matiello, 2011, p. 99-100).

As Igrejas Luterana e Católica, a CPT e alguns sindicatos de trabalhadores rurais começaram um trabalho de organização das comunidades, formando em 1980, o Movimento Justiça e Terra (MJT). Essa atuação da CPT e das igrejas é descrita nas narrativas como sendo de orientação e formação de lideranças, deixando o protagonismo da luta para os agricultores.

Eu costumo dizer que só em 1980, no acampamento em frente ao escritório de Itaipu, nós conseguimos ensinar para o povo que o nome para isso é “movimento”. Porque no começo, os caras chegavam e diziam “Nós vamos fazer a nossa greve!” Por quê? Porque a única coisa que eles conheciam eram as greves do ABC, pela TV. Aí dissemos “Não! Isso aqui não é greve, vocês não estão tomando a fábrica, não estão trancando a fábrica, nós estamos aqui fazendo um movimento, um movimento social!” (Entrevista com Werner Fuchs, Matiello, 2011, p. 195).

Uma das questões apresentadas pelos colaboradores como motivo de preocupação na organização do movimento era a repressão por parte da ditadura militar:

Mas o regime militar também assustava e muito... Nós tínhamos em Itacorá um destacamento do exército que não deixava fazer qualquer manifestação maior ou coisa assim [...] conversamos sobre a possibilidade de fechar o escritório de Santa Helena. Mas isso com todo o cuidado! Eu lembro que ainda falávamos baixo entre nós, por medo do exército! Aí marcamos a data para uma reunião à noite e eu lembro que cheguei em Santa Helena com meu carrinho velho, na frente do escritório da CPT e aí alguém me falou baixinho: “Não... a reunião não vai ser aqui, porque pode ter agentes secretos... vai ser lá no porão de uma casa...”. Aí fui pra lá e realmente a reunião aconteceu (Entrevista com Marcelo Barth, Matiello, 2011, p. 101).

Em sua entrevista, Marcelo Barth afirmou que as greves do ABC Paulista, um ano antes, representaram um fator importante para encorajar os agricultores a levar a luta adiante. O êxito do movimento dos operários de São Paulo “deu ânimo diante dos militares, de que não nos prendessem”.

Outro elemento importante na organização dos agricultores foi a visita do bispo Dom José Brandão, de Propriá/SE, ocasião em que este narrou a experiência da usina de Sobradinho, construída no rio São Francisco:

Isso nos foi mostrado também por Dom José Brandão de Castro, lá de Propriá, Sergipe, que passou pela nossa região e mostrou para nós como é que estava aquele povo atingido pela barragem do Sobradinho. Eles estavam lá, jogados à mercê, sem nenhuma valia (Entrevista de Marcelo Barth, Matiello, 2011, p. 114).

Portanto, a atuação da CPT e das igrejas católica e luterana consistiu principalmente no levantamento das distintas reivindicações dos atingidos e na sua organização em uma lista de demandas, no auxílio ao processo de formação de grupos de base e na presença cotidiana dos pastores, padres e bispos na comunidade. Além disso, proporcionaram o compartilhamento de experiências anteriores de implantação de barragens em outras regiões do país e trouxeram reforços de outros grupos, como políticos e religiosos de outras regiões.

Após anos de luta, a organização dos atingidos conseguiu reassentamentos para aqueles que não tinham a posse da terra, o aumento nos valores das indenizações e a experiência que seria levada aos projetos posteriores de implantação de usinas e passaria a constituir um novo elemento com o qual, de diversas formas, Estado e empresas precisariam lidar nas décadas seguintes.

São fatores importantes para a organização dos agricultores, portanto: 1) o momento de abertura política, com o início do processo de redemocratização; 2) as mudanças estruturais na economia agrária, com aceleração do processo de modernização agrícola e as consequentes alterações nos padrões de uso da terra, na tecnologia e nas relações de trabalho no campo; 3) a presença de setores da igreja católica e da igreja luterana, trazendo a memória de experiências anteriores de luta para a

região e 4) condições políticas e culturais, tais como a experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural, interferindo também em seus valores e suas ações.

Em outubro de 1982, a construção da barragem foi concluída, as comportas foram fechadas e o lago de Itaipu foi formado. Lideranças do MJT, como Marcelo Barth e Silvério Kolling, viveram por um tempo ainda no Paraná, em propriedades menores que as que haviam sido desapropriadas, compradas com o dinheiro recebido como indenização. Assim como o pastor Werner Fuchs e outros integrantes do MJT, ambos seguiram com um trabalho de formação, articulado com a CPT, em comunidades do interior que seriam afetadas pelas usinas de Salto Caxias e pelo projeto da usina de Capanema, que nos anos 2000 passaria a se chamar Baixo Iguaçu.

Dessa forma, a mobilização dos atingidos por Itaipu ocorreu quando o projeto já estava definido e era instalado nas margens do rio Paraná. Restou ao MJT lutar por direitos, sendo que sem a experiência de um processo anterior de organização específica contra a construção de hidrelétricas, os agricultores primeiramente pautaram suas reivindicações sobre os preços da terra, e posteriormente, no “fazer-se” da luta e contando com a experiência de resistência no campo trazidas por diversas entidades, aprimoraram seu entendimento de que os problemas que viviam eram de responsabilidade da empresa binacional e do Estado.

3. DO PROJETO DA USINA DE CAPANEMA À USINA DO BAIXO IGUAÇU

A usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu foi construída no rio Iguaçu, na região sudoeste paranaense, nas cidades de Capitão Leônidas Marques e Capanema, próxima ao Parque Nacional do Iguaçu. Seu reservatório comprometeu áreas dos municípios de Capanema, Realeza, Nova Prata do Iguaçu, Planalto e Capitão Leônidas Marques. O controle da usina foi concedido ao consórcio Geração Céu Azul, formado pela Neoenergia – composta pelo Fundo de Pensão Previ, do Banco do Brasil e, majoritariamente, pela multinacional Iberdrola – e pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) (MME, 2012; ANEEL, 2014).

As obras da hidrelétrica começaram em agosto de 2013, ano em que ela deveria entrar em operação, depois de um longo processo de disputa em torno de seu licenciamento ambiental. Em julho de 2014 as obras foram paralisadas, em decorrência da suspensão da licença que havia sido concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), por parte do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Em 2015, o IAP renovou a licença de instalação, autorizando a retomada das obras assim que o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que administra o Parque Nacional do Iguaçu, autorizasse os trabalhos no leito do rio Iguaçu. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2019 e de acordo com o MAB, ainda há cem famílias atingidas em situação indefinida (MAB, 2019).

A trajetória sociotécnica que conduziu à definição do projeto da usina do Baixo Iguaçu inicia nos anos 1960, quando o aproveitamento hidrelétrico do rio Iguaçu, através do projeto da usina de Capanema, foi previsto no inventário de aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Iguaçu, nos planos nacionais de energia e concedido pelo governo federal à Eletrosul. Os estudos ocorreram logo após a criação do Ministério de Minas e Energia, em 1960, e da instalação da Eletrobrás, em 1962. Após o exame da bacia do rio Iguaçu e do rio Uruguai, houve a indicação de 75 locais qualificados para inclusão no inventário. A partir desse inventário foi planejado o desenvolvimento integrado do potencial, prevendo a exploração através de oito aproveitamentos: Salto Grande, Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório, Cruzeiro, Salto Caxias e Capanema (PEREIRA; NEVES; AGUILAR; CASTRO, 2005, p. 2).

A usina de Capanema passaria a constar no Plano Nacional de Energia (PNE) 1987/2010, com capacidade de gerar 1,2 mil MW. A área total de inundação seria de 80 km², sendo 17 km² sobre o Parque Nacional do Iguaçu (MME, Eletrobras, 1987; JASPER, 2012).

Desde os primeiros boatos sobre o projeto entre a população regional, uma oposição à ideia da usina foi constituída. Tonelli e Mandovani (1990, p. 16) afirmam que as primeiras informações sobre a usina começaram a circular entre a população no final de 1979 e que a luta que se estabeleceu contra a implantação da hidrelétrica “veio na esteira da

implantação do projeto da usina de Itaipu”.

Segundo os autores, a CPT atuou organizando as comunidades por capelas, que tiveram como primeira medida a elaboração de um abaixo assinado, datado de 19 de novembro de 1980, exigindo do governo estadual, do MME, da Copel, da Eletrosul e do Inkra informações oficiais, com dados sobre o projeto e especificação dos prazos para início e conclusão das obras.

A resposta, um ofício assinado pelo presidente da Eletrosul, Telmo Thompson, veio em 13 de março de 1981, dirigida à Superintendência Regional do Inkra e posteriormente repassada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O documento confirmou o projeto da usina e informou que a Eletrosul havia concluído e apresentado ao DNAEE, relatório de viabilidade do projeto em outubro de 1980. A Copel completou os dados em outro ofício, informando que a usina teria seu reservatório com o nível máximo na cota 259. Paralelamente, o diretor de planejamento e engenharia da empresa, Geraldo Queiroz Siqueira, informou através de correspondência dirigida ao sindicato dos trabalhadores rurais que a construção deveria ocorrer em 1990.

Tonelli e Mandovani (1990) afirmam que com a confirmação dos estudos pela Eletrosul e pela Copel, teve início a organização do movimento. O apoio que os sindicatos e a CPT já estavam prestando às capelas foi acrescido do apoio de prefeitos e lideranças políticas da região, da Cooperativa Agroindustrial (Coagro) e da Associação Comercial. A chamada “Comissão Central do Movimento de Resistência” escolheu representantes nas capelas para integrar comissões locais e, a partir disso, as comunidades definiram as seguintes medidas para ação: não aceitar negociações e acordos individuais; analisar em conjunto qualquer proposta de indenização ou compra das terras; procurar se unir aos sindicatos atingidos para fortalecer a luta; impedir a chegada das máquinas e não deixar que qualquer obra seja iniciada sem que os direitos dos trabalhadores sejam plenamente atendidos; encaminhar documentos às autoridades manifestando inquietação e pedindo esclarecimentos; unir-se a outras lutas dos trabalhadores, especialmente no caso de outras usinas.

Segundo Tonelli e Mandovani (1990), inspirados pelo contato com o Movimento Justiça e Terra e pelos seringueiros liderados por Chico Mendes, os agricultores iniciaram uma “operação empate”, que consistia em impedir a conclusão do levantamento ou o início das obras. Os agricultores passaram a não permitir a circulação de pessoas estranhas nas suas propriedades e a recusar o empréstimo de barcos e outros instrumentos aos técnicos que trabalhavam na fase de levantamento do projeto. Os proprietários de imóveis urbanos, procurados para alugar salas destinadas a escritórios da Eletrosul, eram pressionados para que não aceitassem qualquer proposta. Os agricultores também chegaram a destruir os marcos plantados em suas propriedades na fase de levantamento e “o trabalho dos técnicos, que levou meses, foi inútil diante da firme disposição dos agricultores de não permitir o andamento do projeto” (TONELLI; MANDOVANI, 1990, p. 19).

Com o auxílio dos agricultores que participaram do Movimento Justiça e Terra e no contexto marcado pela ideia das consequências negativas da implantação de uma hidrelétrica, um elemento importante articulado é o Parque Nacional do Iguaçu, que teria parte de suas terras comprometida pelo projeto da usina. A recente perda das Sete Quedas pela formação do lago de Itaipu redimensionava o alagamento de área do parque para “mais um sacrifício” do povo paranaense. Além disso, a mobilização de ambientalistas em torno dessa questão levou a discussão à mídia nacional, a partir de controvérsias sobre os impactos na biodiversidade da região.

Durante os primeiros anos que sucedem a organização da Comissão Central do Movimento de Resistência, a concessão do projeto da usina ainda não havia ocorrido. Somente em 24 de abril de 1984, o Presidente João Figueiredo assinaria o Decreto 89.581, outorgando à Eletrosul a exploração deste trecho do rio Iguaçu. Com isso, o tema ganhou ênfase e levou a um confronto direto com a empresa. Em agosto, os engenheiros da Eletrosul Marcos Schwartz e Gilberto Canali deram uma entrevista à Rádio Capanema e anunciaram que em setembro instalariam um escritório da Eletrosul em Capanema, iniciando o estudo de campo para execução do projeto. Diante da notícia, no dia 4 de setembro de 1984,

a comissão se reuniu e definiu um programa de visitas às comunidades atingidas dos municípios. Em reunião na semana seguinte, a Comissão definiu que uma das prioridades das ações deveria ser a divulgação do “Movimento de Resistência à Construção da Barragem de Capanema” junto a imprensa (TONELLI; MANDOVANI, 1990).

No dia 17 de setembro de 1984 foi realizada na cidade de Realeza uma ampla reunião do movimento, com a participação das autoridades dos municípios atingidos e vizinhos. Nesse encontro foi apresentado um documento que o movimento pretendia levar ao governador do estado, José Richa e foi programada uma passeata que acabaria contando com mais de 8 mil pessoas.

A audiência com o governador José Richa contou com membros da comissão central e representantes dos prefeitos da região. Segundo Toneli e Mandovani, Richa ouviu o relato do movimento e manifestou sua posição de impedir que o Paraná se transformasse “num grande conjunto de lagos artificiais”. Os autores também afirmam que o governador estranhou a concessão da obra à Eletrosul, uma vez que a Copel teria prioridade na construção de novas usinas no estado (Tonelli; Mandovani, 1990).

Em setembro de 1984, a comissão se reuniu para avaliar o resultado das alianças e da passeata realizada e elaboraram um novo documento, que foi enviado ao MME, à Eletrosul e à Eletrobras. O controle do movimento sobre pessoas estranhas, supostamente a serviço da Eletrosul no município, foi mantido. No dia 19 de outubro de 1984, a comissão voltou a se reunir para definir os rumos do movimento e aceitaram a proposta do presidente da ADEA (Associação de Defesa e Educação Ambiental), de Maringá, de mover uma ação popular na Justiça Federal contra a Eletrosul, alegando que a barragem projetada alagaria o Parque Nacional do Iguaçu. A ação seria movida dependendo do resultado das próximas negociações com a Eletrosul.

No dia 23 de outubro de 1984, o diretor de engenharia e construção da Eletrosul, Arturo Andreolli, participou da reunião decisiva com os coordenadores do movimento e lideranças políticas da região. Ao final da reunião ele anunciou que a Eletrosul iria retirar a sua equipe do mu-

nício e paralisar o estudo de viabilidade da usina. A decisão foi comunicada ao presidente da Eletrosul e no final desse encontro foi firmado um termo de compromisso, em que a Eletrosul se comprometia a retirar da região a sua equipe por um prazo de 10 anos, aguardando futuro posicionamento dos órgãos superiores do governo federal. A Eletrosul se comprometeu também a enviar aos órgãos do governo o posicionamento da população local. No documento constava que “Qualquer nova ação da Eletrosul, com relação ao assunto, será empreendida somente após consulta prévia à Comissão” (TONELLI; MANDOVANI, 1990, p. 23).

O jornal *Nosso Tempo*, de novembro de 1984, afirmava:

Foi uma vitória da organização comunitária, principalmente dos agricultores”, disse esta semana o presidente da central de cooperativas Cotriguaçu, José da Luz Ochoa, sobre a decisão da Eletrosul de suspender a construção da Usina Hidrelétrica de Capanema, no Rio Iguaçu, dentro dos limites do Município de Capanema. A decisão foi tomada depois de intensa mobilização de lideranças do setor agrícola, de entidades preservacionistas, comerciais e industriais e de milhares de agricultores que saíram às ruas da cidade de Capanema, há pouco mais de um mês, numa contundente manifestação de protesto pelos graves problemas que seriam gerados com o alagamento de terras hoje ocupadas por milhares de minifúndios. [...] A Eletrosul garantiu ainda que qualquer nova ação a respeito será empreendida somente após consulta prévia à comissão instituída para a defesa da população regional (*Nosso Tempo*, 1984, p. 14).

Em 1989 era concluído o primeiro Plano Decenal de Expansão (PDE), que abrangeu o período de 1990 a 1999 e apresentou um quadro macroeconômico, sugerindo um crescimento inferior e fazendo com que quarenta empreendimentos programados no PNE 1987/2010 fossem excluídos. Além das novas projeções de mercado e das restrições orçamentárias, de acordo com o relatório do plano decenal, o adiamento da construção de diversos desses empreendimentos também levou em consideração “restrições socioambientais do setor” (SOITO, 2011, p. 41). Dentre as usinas excluídas por esta motivação estavam Belo Monte, Santa Isabel, no rio Tocantins; Pedra Branca e Belém, no rio São Francisco; Ilha Grande, no rio Paraná e Capanema (SOITO, 2011, p. 41).

Duas décadas após o cancelamento do projeto, em novembro de 2003, a Aneel aprovou o inventário da bacia do rio Iguaçu revisado pela Desenvix (Aneel, 2003). Segundo a empresa, a revisão havia buscado evitar interferências diretas no Parque Nacional do Iguaçu. Assim, a usina

de Capanema foi substituída pela proposição da usina do Baixo Iguaçu. O projeto que substituiu Capanema reduzia de 1.200 MW para 340 MW a capacidade de geração de energia.

No início de 2005, as famílias que seriam atingidas fundaram a Associação dos Atingidos da Hidrelétrica do Baixo Iguaçu (Adahbi). Segundo Herpich (2014), o MAB participou da organização da Adahbi, mas os moradores optaram por dispensar a participação dos membros da diretoria regional do movimento na organização da associação. Assim, a Adahbi foi criada como um canal oficial dos agricultores para diálogo com o consórcio, buscando estreitar negociações e mantê-los informados. De fato, no primeiro momento da associação, os relatos coletados em pesquisa de campo afirmam que as lideranças conseguiram manter um diálogo com a concessionária, acompanhando, inclusive, alguns trabalhos de campo, como a produção do caderno de preços, e marcações.

Ou seja, de forma aparentemente contraditória, os moradores contribuíram com o consórcio na elaboração do cadastro socioeconômico e nas marcações de terras. Isso porque, inicialmente, as famílias não atribuíam à desapropriação a dimensão de um problema tão grave quanto o que viriam enfrentar. O que ocorria, é que a experiência da usina de Salto Caxias, localizada imediatamente a montante no rio Iguaçu, havia sido cooptada pela Neoenergia:

[...] os moradores e até mesmo a ADAHBI se mantiveram um tanto quanto passivos na fase da Licença Prévia, justamente por terem como referência esta obra vizinha. [...] até mesmo os reassentamentos feitos pela Copel, são vistos com bons olhos naquela região. Esta referência positiva acabou por aumentar a confiança dos moradores na Neoenergia, a qual vinha fazendo promessas de que seguiria os moldes realizados pela Copel na Usina Salto Caxias (HERPICH, 2014, p. 101).

Salto Caxias havia sido construída nos anos 1990, pela Copel, e foi amplamente divulgada pela empresa como um caso inédito de negociação com os atingidos, em que estes teriam se beneficiado do processo de desapropriação. O meio para isso, havia sido a criação do Grupo de Estudos Multidisciplinares (GEM), encarregado das decisões sobre os problemas ambientais e composto por representantes da Copel, das prefeituras dos municípios atingidos e pela Comissão Regional dos Atingi-

dos por Barragens do Rio Iguazu (Crabi), por meio de representantes das comunidades atingidas (DERROSSO; ICHIKAWA, 2014).

No entanto, as negociações ocorridas em torno da implantação de Salto Caxias não resultaram de uma atitude democrática da Copel, mas de um processo de resistência organizada por parte dos agricultores, de modo que a trajetória de instalação da usina esteve marcada por controvérsias e conflitos. Subtraindo toda a dimensão de conquista dos agricultores desse processo, portanto, e apropriando-se dessa narrativa já construída anteriormente pela Copel e presente entre os agricultores da região, o consórcio responsável pela construção de Baixo Iguazu passa a utilizá-la como argumento favorável. Os agricultores, fiando-se no que conheciam sobre a experiência recente, passaram a fornecer as informações necessárias à elaboração dos relatórios exigidos para a licença prévia.

Em 17 de junho de 2013 o IAP emitiu a licença de instalação e em julho começaram as obras de implantação da usina, com prazo de três anos para finalização. A implantação do canteiro de obras ocorreu em onze propriedades localizadas entre Capitão Leônidas Marques e Capanema, sem que as famílias tivessem sido deslocadas. Os atingidos começaram a denunciar o início dos trabalhos em terreno ainda ocupado e a essa situação começaram a somar outras reclamações: famílias que não constavam no cadastro realizado pelo consórcio⁶, o valor das indenizações era inferior ao preço de mercado, o não cumprimento dos programas previstos no Plano Básico Ambiental e a ausência de propostas de áreas para reassentamento.

Além disso, depois de 2013, o diálogo com o consórcio deixou de ser o mesmo. A pesquisa de Herpich (2014) e os relatos coletados durante a pesquisa de campo convergem ao informarem que após a emissão da Licença de Instalação pelo IAP, a Neoenergia se afastou das lideranças e deixou de participar das reuniões do grupo. A partir de então, os membros da Adahbi voltaram a recorrer à ajuda do MAB e ao longo de 2013, os moradores iniciaram uma série de ações sob a organização da Adahbi, mas, sobretudo, com o auxílio do MAB.

⁶ No pré-cadastro realizado pelo consórcio constam 360 famílias enquanto o MAB e a ADAHBI indicavam cerca de 1000 famílias (MAB, 2013).

No dia 9 de setembro de 2013, após diversas tentativas de encontro com representantes da empresa, 350 agricultores ocuparam por 48 horas o canteiro de obras da usina. A ocupação foi organizada pelo MAB, CPT, Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) e Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessorar). Os agricultores exigiram uma reunião em que pudessem estabelecer outras condições para o acordo de reassentamento, com base no fato de que o acordo proposto apresentava números coletados em 2008. Os moradores também exigiram que Neonergia e Geração Céu Azul cumprissem o acordo firmado na audiência de 16 de agosto, a elaboração de um termo de acordo coletivo, com a apresentação das áreas para o reassentamento, e a elaboração de um plano urbanístico para a região de Marmelândia, em Realeza (FASE; FIOCRUZ, 2014).

No primeiro dia da ocupação, os agricultores receberam um interdito proibitório expedido pela juíza de Capanema, que fixou uma multa no valor de 100 mil reais caso a medida fosse descumprida. Apesar disso, os trabalhadores realizaram um acordo com o assessor especial de assuntos fundiários do governo do Paraná, que garantiu a permanência da ocupação até o momento da realização de uma reunião com representantes do estado e da empresa (MAB, 2013). A multa poderia comprometer e criminalizar as famílias, por isso, o primeiro ponto reivindicado na reunião realizada no dia 11 de setembro de 2013 foi a suspensão imediata do interdito proibitório. Após a intervenção da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado, o consórcio concordou em suspender a ação e em contrapartida, as famílias garantiram a desocupação do canteiro (o que já havia acontecido antes do acordo) (FASE; FIOCRUZ, 2014).

Portanto, na retomada do projeto de aproveitamento do rio Iguazu nos anos 2000, é somente com a interrupção do diálogo do consórcio com os atingidos, após a obtenção da licença de instalação, e com a materialidade do canteiro de obras impondo uma mudança brusca no cotidiano das famílias, que a comunidade recorre ao MAB para se organizar. Por meio de reuniões com os atingidos, a aliança com o movimento incorpora à resistência, a memória de processos anteriores de que o MAB participou. A qualificação política e técnica que o MAB conquistou em

sua trajetória auxilia os agricultores no desenvolvimento de práticas e de posicionamentos nas reuniões com o consórcio.

Dessa forma, observa-se como a experiência e a memória de lutas recentes estão presentes na primeira fase do projeto, nos anos 1980, e na sua retomada, nos anos 2000. No primeiro momento, elas participam da organização entre grupos que resistem a sua construção. Já na fase recente, quando o projeto é retomado, a experiência do processo de resistência que havia ocorrido contra a hidrelétrica de Capanema não é recuperada e articulada pelo grupo que resistirá às práticas do consórcio. Pelo contrário, a memória sobre o processo de resistência contra a usina de Salto Caxias é apropriado pelos empreendedores.

Assim, observamos que nos anos 1980, os agricultores organizados no movimento de resistência à barragem de Capanema buscaram informações com o governo estadual, com a Copel e com a Eletrosul e são recebidos na reunião em que é assinado o acordo de suspensão do projeto. Já nos anos 2000, o cenário tem novos atores alinhados e novas regras e tanto a composição do consórcio, quanto suas atribuições e as regras que regulamentam as negociações, acabam por fragmentar e realocar suas posições de interlocução. Dessa forma, as alianças que resistem ao projeto nos anos 2000, encontram dificuldade para diálogo e a entrada da Copel no consórcio representará para os atingidos, praticamente a única via de diálogo e negociação. Ou seja, antes da reestruturação do setor elétrico, havia uma clara definição a respeito da responsabilidade da obra, de modo que a resistência se volta contra a Eletrosul e em última instância, ao Estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de ditadura militar, com a repressão e o estreitamento de canais de participação política, aliados à ausência de uma legislação ambiental e que garantisse direitos aos atingidos, permitiu à Itaipu e ao Estado que agissem de forma autoritária em relação aos agricultores. Suas estratégias utilizadas para facilitar o processo de “limpeza” da área alagada, consistiram na desinformação da população local, no uso da

perspectiva patrimonialista, reconhecendo a perda de terras somente aos proprietários, e na negociação individual, buscando impedir a organização das famílias que seriam desapropriadas.

Dessa forma, a mobilização dos atingidos por Itaipu ocorreu quando o projeto já havia sido definido e era instalado nas margens do rio Paraná. Devido às condições já citadas, o cancelamento do projeto não foi cogitado, ao menos formalmente, pelo grupo que a ele resistia.

Nesse processo, há atores fundamentais como a CPT e setores progressistas das igrejas católica e luterana, cujo apoio, orientação e fornecimento de infraestrutura, permitiram a organização de diversas comunidades da região atingida. A CPT, a igreja católica e luterana neste momento já estavam atentas a outros processos de modernização conservadora no campo e já se estruturavam pelo interior do Brasil, no auxílio das comunidades camponesas. Assim, a desinformação que Itaipu havia utilizado como estratégia, foi enfrentada com reuniões, debates, assembleias e encontros de formação que promoviam a troca de experiências entre os agricultores das diversas regiões atingidas. A estratégia patrimonialista e desagregadora da empresa, passou a ser enfrentada por uma das características mais interessantes do movimento, que correspondia à solidariedade e à incorporação dos problemas de todos os tipos de atingidos (proprietários, meeiros, arrendatários, posseiros...) em suas listas de reivindicações.

Com relação à usina do Baixo Iguaçu, observamos que na primeira fase da trajetória, nos anos 1980, a mobilização dos agricultores antecipou-se à instalação do projeto e ocorreu ainda na fase dos estudos. Aproveitando-se das experiências recentes em Itaipu, de movimentos como o dos seringueiros na Amazônia e de outros processos de resistência em curso contra barragens, a comunidade da região estabeleceu alianças que envolveram boa parte da comunidade regional e impediu que os técnicos da Eletrosul realizassem seu trabalho. A CPT e a igreja católica auxiliaram novamente na organização das comunidades, que foi estruturada a partir da organização religiosa das localidades (as chamadas “capelas”). A resistência organizada, somada à crise do setor elétrico, fez com que a Eletrosul assinasse um acordo com o movimento lo-

cal, garantindo consulta futura a respeito de qualquer projeto na região, e engavetando-o por um período.

A respeito da primeira experiência, acreditamos que os agricultores de Capanema tenham tomado conhecimento da luta liderada por Chico Mendes tanto pelos meios de comunicação, quanto por meio da CPT e das igrejas. Processo semelhante nos foi narrado a respeito do MJT, quando os agricultores citaram greves no ABC Paulista, que haviam sido acompanhadas por eles através da televisão e do rádio, enquanto fator de motivação para a organização.

Já ao MJT coube a promoção de todo um processo de efervescência política nas regiões oeste e sudoeste, no início dos anos 1980. Desse modo, quando as primeiras notícias da construção da usina de Capanema começam a circular na região, elas já encontram uma opinião pública formada a respeito desse tipo de obra. Diversos agricultores que haviam sido desapropriados por Itaipu também atuavam em processos que dariam origem ao MST e ao MAB, participando na organização de grupos de formação em que compartilhavam sua recente experiência frente ao outro projeto.

No retorno do projeto, nos anos 2000, a memória de casos em que os movimentos sociais haviam se organizado previamente, como em Salto Caxias, foi cooptada pelo consórcio, de modo a construir uma narrativa de comprometimento, seriedade e garantia de direitos por parte da empresa. Assim, os agricultores colaboraram para a realização do cadastro socioeconômico e dispensaram a presença do MAB na região. No entanto, quando o consórcio obtém a licença prévia e inicia os trabalhos de construção, o diálogo com as famílias se encerra, e estas passam a conviver com situações extremas, como ver suas terras transformadas em canteiro de obras. A partir disso, o auxílio do MAB é novamente solicitado e ele passa a desempenhar papel fundamental nas negociações.

Algo que se verifica na retomada do projeto do Baixo Iguaçu na fase recente, portanto, é que a memória de luta é uma arena sempre em disputa e que pode ser utilizada tanto pelos movimentos sociais quanto por quem pretende construir a usina. Nesse caso, as conquistas anteriores de outros atingidos não foram reconhecidas e foram transformadas

discursivamente em benefícios das empresas diante da sociedade.

O processo decisório que envolve o projeto de uma hidrelétrica é o resultado de um conjunto de possibilidades técnicas adotadas seletivamente, integrantes e resultantes de práticas sociais que variam ao longo da história. As experiências e memórias de luta, quando articuladas nos processos de resistência em fases iniciais dos projetos, participam da atribuição de problemas e de significados ao projeto proposto, o que ocorre tanto por meio da formação de uma opinião pública contrária, quanto do conhecimento de como se dá o processo de implantação de uma usina. Pensar o papel da memória e das experiências de resistência contra esse tipo de projeto é tratar de aspectos políticos, econômicos e sociais de nossa história recente. Fazê-lo observando a dimensão tecnológica envolvida, é problematizar um aspecto naturalizado do processo, considerando que as controvérsias abertas por determinados grupos contra uma determinada tecnologia podem resultar na construção de alternativas compatíveis com outros tipos de relações mais democráticas.

Referências

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica (2003). Despacho n.º 863, de 13 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/dsp2003863.pdf>. Acesso em: maio 2016.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

DE DECCA, E. Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v. 2, p. 111-134, 1999.

DERROSSO, G. S.; ICHIKAWA, E. Y. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 97-114, 2014.

GERMANI, G. I. **Expropriados, terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA/UIbra, 2003.

HOLANDA, F.; MEIHY, J. C. S. B. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

HERPICH, F. **A perspectiva social dos moradores atingidos pela im-**

plantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, Paraná, Brasil, 2014.

JASPER, F. **Usina de Baixo Iguaçu, ainda no papel.** Gazeta do Povo. Julho 30, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/ut3VNk> Acesso em: 28 out. 2013.

LIMA FILHO, D. L.; QUELUZ, G. L. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação & Tecnologia**, v. 10, n. 1, p. 19-28, 2005.

MAB. **Atingidos por usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu protestam na sede da Copel.** 2013. Disponível em: <http://goo.gl/orrPLD>. Acesso em: 15 dez. 2013.

MAB. **Posicionamento do MAB sobre a inauguração da UHE Baixo Iguaçu (PR).** 2019. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/posicionamento-do-mab-sobre-inaugura-da-uhe-baixo-igua-u-pr>. Acesso em: 23 set. 2019.

MATIELLO, C. **A organização de movimentos sociais nas trajetórias sociotécnicas de implantação de hidrelétricas no Brasil (1974-2016).** Tese, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, Paraná, Brasil, 2016.

MATIELLO, C. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência:** história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Dissertação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, Paraná, Brasil, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MME. Ministério das Minas e Energia; Eletrobras. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. **Plano Nacional de Energia 1987/2010.** Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://goo.gl/WwOfDH>. Acesso em: 07 Jan. 2017.

Nosso Tempo. **Movimento comunitário frustrou construção de nova usina no rio Iguaçu.** 2 novembro, 1984 (143), 14. Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/143/>. Acesso em: 13 fev. 2014.

PEREIRA, G. M., NEVES, M. M., AGUILAR, F. P.; CASTRO, T. L. C. de. Revisão do inventário do rio Iguaçu – Minimização das interferências ambientais com o Parque Nacional do Iguaçu. In **Anais, XXVI Seminário Nacional de Grandes Barragens.** Goiânia, 2005. Disponível em: <http://goo.gl/8l0yQw> Acesso em: 8 jan., 2014.

ROSSI, P. **El pasado, la memoria, el olvido.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

SOITO, J. L. S. **Amazônia e a expansão da hidroeletricidade:** vulnerabilidades, impactos e desafios. Tese. COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 2011.

THOMAS, H. Estructuras cerradas versus procesos dinámicos: trayectorias y estilos de innovación y cambio tecnológico. In: BUCH, A; THOMAS, H. **Actos, actores y artefactos:** sociología de la tecnología. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2013.

THOMAS, H. Sistemas Tecnológicos Sociales y Ciudadanía Socio-Técnica Innovación, Desarrollo, Democracia. In: MOLINA, F. T.; GIULIANO, G. (Eds.), **Culturas Científicas y Alternativas Tecnológicas.** Buenos Aires: MINCYT, 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, E. P. (Ed.), **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TONELLI, P.; MANDOVANI, N. L. **Vitória em Capanema.** Proposta. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, v. 46, p. 16-23, 1990.

2. O PROJETO EDUCACIONAL DE ITAIPU NO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU (1974-1985)¹

Denise Kloeckner Sbardelotto

1. Introdução

Itaipu foi um dos “grandes projetos” dos governos militares brasileiros e paraguaios, imposto pelos Estados-nacionais, articulados à acumulação do capital e financiados por volumosos recursos externos. Além disso, o projeto Itaipu foi aprovado em meio a um cenário de intensas disputas diplomáticas entre Brasil, Paraguai e Argentina, não apenas pelo aproveitamento da Bacia do Prata, mas pela subliderança política e econômica da América Latina (PEREIRA, 1974). Este é o cenário sobre o qual analisamos a política educacional idealizada e implementada pela Itaipu Binacional, durante o período de construção da Usina Hidrelétrica (1974-1985), a qual denominamos de “Projeto Educacional de Itaipu”. Este projeto, viabilizado nas Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras da margem esquerda (Brasil) e direita (Paraguai), foi a estrutura ideológica utilizada pela entidade para controle dos trabalhadores e seus dependentes, com o apoio da União de Construtoras – UNICON e Consorcio de Empresas Constructoras Paraguayas S.A. – CONEMPA, responsáveis pelas obras civis durante a construção da usina. Analisamos a educação

¹ Este capítulo sintetiza resultados de pesquisas de doutorado o pós-doutorado, realizados junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2014) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão/PR (2017), respectivamente. Pesquisas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

formal e não-formal² ofertadas aos trabalhadores e seus dependentes: formal, através do Anglo-Americano ou escolas públicas, escolas técnico-profissionais, Escola do Canteiro e Centro de Treinamento e Desenvolvimento da UNICON; e não-formal, através dos Centros Comunitários das Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras.

Sob pressupostos do materialismo histórico-dialético, as análises apresentadas utilizaram fontes bibliográficas, documentais e orais (entrevistas estruturadas e semiestruturadas). Para apresentar essas análises, dividimos este capítulo em dois tópicos, a saber: no primeiro, apresentamos brevemente o contexto de criação da entidade Itaipu Binacional para os dois países signatários do “Tratado de Itaipu”, bem como os impactos econômicos, sociais e ambientais da construção da Usina para a região atingida pela formação do reservatório. No segundo, analisamos o que chamamos de “Projeto Educacional de Itaipu”, que consistiu na oferta de educação formal e não-formal aos trabalhadores e seus dependentes nas Vilas Habitacionais.

2. Itaipu: Problema Diplomático, Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais

A partir de meados do século XX, o aumento da capacidade energética para o Brasil significava a infraestrutura necessária ao crescimento do parque industrial, com o fortalecimento de indústrias nacionais dependentes de tecnologia externa e instalação de multinacionais e associadas (DREIFUSS, 2006). Ao Paraguai, que nesta época ainda possuía uma economia essencialmente latifundiária e extrativa (algodão, madeira, carne, tabaco e erva-mate), não havia parque industrial a ser expandido, mas a ser criado. Com pouca manufatura disponível, a economia paraguaia era predominantemente exportadora de matérias

² Levaremos em consideração nesta tese, as definições de “educação formal”, “educação não-formal” e “educação informal”, elaboradas por Gohn (2006, p. 2): “[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.”

primas sem beneficiamento (LAMBERTI, 2011).

Portanto, ambos os países visualizavam no aumento substancial de sua produção energética a criação ou expansão do potencial industrial, bem como o incremento econômico da renda nacional. Neste contexto, foi assinado o documento conhecido como “Ata de Iguazu”, datada de 22/06/1966, com a finalidade dos países analisarem conjuntamente o potencial energético do rio Paraná, pertencente em condomínio ao Brasil e ao Paraguai. Como órgãos reguladores do setor, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS e a entidade autárquica paraguaia Administracion Nacional de Electricidad – ANDE, firmaram Convênio de Cooperação com a Comissão Mista para participarem dos estudos que foram finalizados em 1973, com a assinatura do “Tratado de Itaipu”. Em 1974 foi criada a Itaipu Binacional, que ficou responsável pela execução da Usina Hidrelétrica, cujas obras civis tiveram início neste mesmo ano, na fronteira entre Brasil (Foz do Iguazu) e Paraguai (Hernandárias), e foram finalizadas em 1985.

A construção de grandes obras como barragens geram impactos complexos e multidimensionais, que começam muito antes de ser construída e não se encerram após o seu término. Impactos ambientais irreversíveis, deslocamentos compulsórios e dramáticos de pessoas, pressão sobre as cidades, esvaziamento, inchaço populacional, pobreza e desemprego. Itaipu foi um “braço” dos Estados “Nacionais” brasileiro e paraguaio, articulando seus interesses aos das burguesias locais, as primeiras a serem cooptadas e beneficiadas pelas transformações econômicas locais. Porém, de gestão autoritária, a construção da hidrelétrica gerou inúmeros impactos econômicos, ambientais, sociais e educacionais para as regiões brasileiras e paraguaias atingidas pelo reservatório de Itaipu, devido ao alagamento de grandes áreas rurais, urbanas e inchaço populacional dos municípios-sede (Foz do Iguazu, Puerto Presidente Stroessner – atual Ciudad del Leste –, Hernandarias e Puerto Presidente Franco). A imposição arbitrária e os impactos negativos da construção da Usina de Itaipu foram garantidos tanto pelo Estado ditatorial de ambos os países quanto pela supremacia do “Tratado de Itaipu” em relação às legislações dos países signatários, o que caracterizava

Itaipu quase que um “estado à parte”, com a autonomia de uma “republica” (MAZZAROLLO, 2003).

Antes da década de 1970, a região de Itaipu já havia sofrido profundas transformações, deslocamentos e expropriações, decorrentes de seu processo de colonização. Após a construção de Itaipu, inicia-se um novo ciclo socioeconômico, marcado pela profunda reorganização das cidades atingidas pelo reservatório, sobretudo, as cidades-sede da hidrelétrica e que abrigaram milhares de trabalhadores nas Vilas Habitacionais de Itaipu e Canteiro de Obras. No período de intensificação das obras, aproximadamente 40.000 trabalhadores foram contratados para trabalhar na construção da usina (RIBEIRO, 2002). Esses trabalhadores vinham de todos os estados do Brasil e do Paraguai em busca de trabalho, modificando toda a organização dos municípios-sede da obra, sobretudo, nos setores de prestação de serviços e construção civil (CATTÁ, 2003). A população de Foz do Iguaçu, de 33.966 habitantes em 1970, passou para 136.352 em 1980 (IBGE *apud* Ribeiro, 2002), enquanto em Puerto Presidente Stroessner, de 26.485 habitantes em 1972, a cidade passou a contar com 62.328 habitantes em 1982 (DGEEC *apud* Souza, 2011). Estes municípios sofreram grande inchaço populacional e consequências sociais que tiveram relação direta com a construção da Usina de Itaipu. Será sobre as Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras da Usina de Itaipu, palco de concretização do que chamamos de “Projeto Educacional de Itaipu”, que trataremos a seguir.

3. Dos Barracões dos “Peões” à Lareira dos “Barões”: Educação Formal e Não-Formal do Projeto Educacional de Itaipu

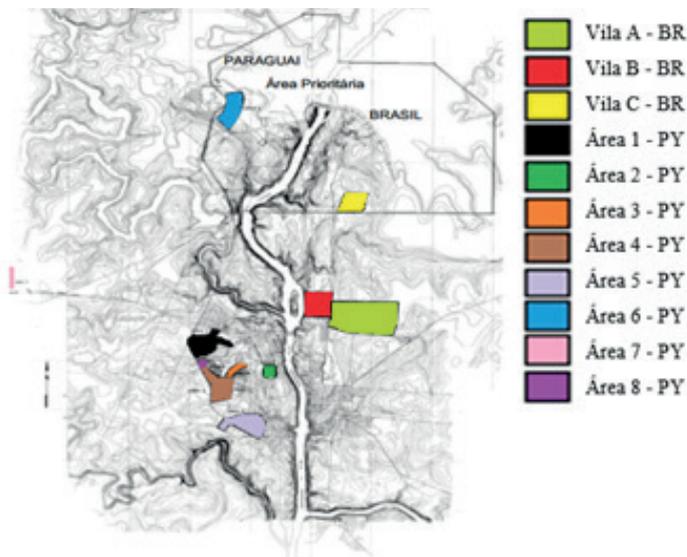
Para atender seus trabalhadores durante a construção da Usina, Itaipu Binacional construiu três Vilas Habitacionais no Brasil, com aproximadamente 9.000 moradias, e oito no Paraguai, com cerca de 4.289 moradias, além dos alojamentos do Canteiro de Obras (THEMAG, 1982). Em ambos os países essas vilas formavam verdadeiras “cidades à parte” dos centros urbanos próximos, com serviços exclusivos disponibilizados por Itaipu. A qualidade das moradias e os serviços ofertados eram dife-

renciados de acordo com o nível funcional/fração de classe do trabalhador.

As Vilas no Brasil estavam situadas no município de Foz do Iguaçu e eram assim organizadas: a “Vila A” destinada aos trabalhadores técnicos especializados de nível médio; a “Vila B”, luxuosa e destinada aos altos e bem remunerados trabalhadores; e a “Vila C”, mais afastada da cidade e próxima à Usina, criada para abrigar temporariamente os trabalhadores de baixo nível funcional (operários). No Paraguai, foram criadas Vilas Habitacionais que receberam a denominação de “Áreas”, numeradas de 1 a 8. De forma semelhante às vilas brasileiras, as Áreas também dividiam os trabalhadores paraguaios e suas famílias de acordo com o seu nível funcional/fração de classe: a “Área 1”, construída em Puerto Presidente Stroessner, de alto padrão e destinada aos trabalhadores de nível superior (engenheiros, administradores e funcionários de altos cargos); as “Áreas 2, 3 e 4”, situadas em Puerto Presidente Stroessner, eram destinadas aos trabalhadores de nível técnico, assim como a “Área 5”, construída na cidade de Puerto Presidente Franco, e a “Área 7”, construída em Minga Guaçu; a “Área 6”, situada em Hernandárias, com o intuito de abrigar os trabalhadores de baixo nível funcional (operários); e a “Área 8”, situada em Puerto Presidente Stroessner e destinada a atender trabalhadores de nível funcional superior e técnico (SOUZA, 2011).

Apresentamos abaixo um mapa com a localização das Vilas Habitacionais brasileiras (margem esquerda) e paraguaias (margem direita) (SOUZA, 2011):

FIG. 1 | Vista geral da área da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Destaques para as três Vilas Habitacionais da margem esquerda (Brasil – BR) e as oito Vilas da margem direita (Paraguai – PY).



Fonte: elaborado pela autora.

Os trabalhadores solteiros, brasileiros e paraguaios, residiam em alojamentos construídos no Canteiro de Obras, que também eram diferenciados hierarquicamente, de acordo com o nível funcional/fração de classe. Enquanto os trabalhadores qualificados e de nível médio recebiam alojamentos mais espaçosos ou suítes, os operários tinham que residir em alojamentos lotados com banheiros coletivos e reduzidos. Com traços paternalistas, Itaipu forneceu gratuitamente moradia e todos os outros serviços (saúde, abastecimento de alimentos, transporte, lazer, educação etc.), porém, de acordo com o nível funcional/fração de classe do trabalhador e com o objetivo de promover “harmonia social” e garantir a “produtividade”:

Essas condições, somadas ao saudável ambiente nas relações de trabalho e harmonia social entre os diversos grupos, contribuem para o excelente padrão de produtividade do contingente humano que trabalha nas mais diversas atividades da central hidrelétrica de Itaipu, na área de Foz do Iguaçu e Cidade Presidente Stroessner (ITAIPU Binacional, Relatório Anual 1985, p. 17, grifos nossos).

A própria arquitetura das Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras, bem como os serviços oferecidos, deixavam clara a distinção entre as frações da classe trabalhadora, que deveriam ser rigorosamente respeitadas. As vilas medianas destinadas aos trabalhadores técnicos receberam boa infraestrutura (moradias, clube, escola, asfaltamento, esgoto, administração etc.), enquanto nas vilas destinadas aos trabalhadores operários, a infraestrutura era mais precária e alguns serviços demoraram a serem ofertados. Já as vilas que abrigaram os trabalhadores dos mais altos cargos receberam excelentes infraestruturas e ainda utilizavam parte dos serviços das outras vilas. A seguir, analisaremos um destes serviços: a oferta de educação em Itaipu.

3.1. O “Projeto Educacional de Itaipu” no Brasil

Como parte da infraestrutura das Vilas Habitacionais e do Canteiro de Obras, Itaipu ofertou educação formal e não-formal de acordo com o nível funcional/fração de classe aos trabalhadores e seus dependentes, como uma das formas de manter as diferenças socioeconômicas existentes. A estrutura ideológica de Itaipu era amparada pela estrutura repressiva³ e completava o aparato necessário à obtenção de hegemonia e consenso. É essa estrutura ideológica que chamamos de “Projeto Educacional de Itaipu”, colocado em prática pela UNICON e CONEMPA, responsáveis pelas obras civis da usina.

Itaipu preocupou-se em ofertar uma educação formal regular em todos os níveis aos seus trabalhadores. Para atender às Vilas Habitacionais brasileiras, a entidade estabeleceu um acordo com a instituição privada carioca Anglo-Americano Ltda., “terceirizando” a oferta dos níveis de ensino Pré-Escolar, de 1º e 2º Grau, Educação Especial e Supletivo⁴.

3 Através da infraestrutura de segurança de Itaipu e UNICON, tais como a Guarda Patrimonial, o Quartel de Segurança, as guaritas e rondas nas Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras, era possível vigiar e controlar os trabalhadores e seus dependentes. Além disso, um eficiente sistema de informações foi equipado através das Assessorias Especiais de Segurança e Informações - AESI's de Itaipu, interligadas diretamente aos órgãos de segurança e informações nacionais e estrangeiros (SILVA, 2010). Este aparato repressivo tanto coibia crimes e violências quanto impedia a circulação de qualquer influência considerada “subversiva” pelos regimes militares.

4 No Brasil, a partir da LDBEN n.º 9.394/1996, as nomenclaturas “1º e 2º Graus” previstos pela Lei n.º 5.692/71, passaram a corresponder, respectivamente, ao “Ensino Fundamental e Médio”.

No início da construção da Usina, através do Decreto n.º 2.941 de 22 de abril de 1976, foram instaladas duas escolas do Colégio Anglo-Americano em Foz do Iguaçu: uma na Vila “A” (Unidade I, com 9.317 m² em alvenaria e 2.986 m² em madeira) e outra na Vila “C” (Unidade II, com 2.986 m² em madeira), ambas destinadas, até 1982, a atender exclusivamente os dependentes de funcionários da Itaipu Binacional, cujas mensalidades eram pagas integralmente pela entidade. Portanto, em todo o processo de construção e custeio desses colégios, por muito tempo, a Itaipu Binacional transferiu verbas públicas federais para viabilizar à instalação e manutenção dessas instituições.

O Anglo-Americano ofertava todos os níveis do ensino, porém, não a mesma educação para todos. Cada unidade era destinada a um tipo de público, já estratificados pelas Vilas Habitacionais A, B e C: a Unidade I atendia os filhos de trabalhadores que residiam nas Vilas A e B, ofertando os níveis Pré-Escolar (Maternal, Jardim I, Jardim II e Jardim III), 1º Grau e 2º Grau Regulares, cursos Supletivos, Profissionalizantes e Ensino Especial; a Unidade II atendia apenas os filhos de trabalhadores que residiam na Vila C e ofertava apenas os níveis Pré-Escolar (exceto o Maternal), 1º Grau Regular e Supletivo e Classe Especial. Enquanto a Unidade I recebia uma infraestrutura física e pedagógica de excelência (fiscalizada pelo Setor de Educação de Itaipu), à Unidade II era reservada estrutura física inferior, equipe docente menos qualificada, salas lotadas, ausência da oferta de maternal e 2º Grau e subordinação administrativa e pedagógica à Unidade I.

Portanto, a oferta de educação formal regular em Itaipu foi marcada pela dualidade. A Unidade I da Vila A era uma “máquina”, uma escola que priorizava a “formação” de qualidade para que o aluno fosse capaz de ser aprovado no vestibular. Já o ensino na Unidade II da Vila C tinha mais caráter de “cuidado” e assistência ao aluno e suas famílias. Conforme depoimento do professor Sérgio Oliveira⁵: “[...] Na vila A era nota, era isso era aquilo, era produção. E a vila C era mais cuidado. Era

⁵ Natural de Medianeira/PR e formado em Técnica Agropecuária no Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu. Trabalhou nas Unidades I e II do Anglo-Americano entre 1985 e 2001, como professor de técnicas agrícolas para 5ª a 8ª séries, de Inglês, exercendo também as funções de Coordenador Disciplinar de Alunos e Supervisor.

uma coisa diferente... a vila A tinha que passar no vestibular! A vila C tinha que ajudar a cuidar, ajudar a educar.” (OLIVEIRA, 2013).

As diferenças entre a oferta de educação formal regular também ocorriam no interior da própria Unidade I, quando esta recebia os alunos da Vila C para cursarem o 2º Grau: a divisão social das turmas, hierarquizadas de acordo com a fração de classe do aluno; docentes de “elite” para os alunos das melhores turmas; espaços diferenciados no recreio; e situações de discriminação de alunos da Vila C.

Na tentativa de explicar algumas diferenças evidentes, eram utilizados os seguintes argumentos relativos aos alunos da Unidade II: baixo rendimento do aluno, falta de cobrança e participação dos pais na vida escolar dos filhos, baixo repertório de conhecimentos da família e rotatividade de alunos na escola. A ideologia de democratização da oferta educacional e igualdade de oportunidades apenas homogeneizavam no discurso uma realidade de condições materiais diferentes entre os níveis funcionais/frações de classe em Itaipu. Portanto, o objetivo não era igualar a oferta, mas simular uma igualdade, que escamoteava as diferenças já delimitadas nas Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras. Através dessa dualidade, a escola não apenas inculcava valores éticos e morais hegemônicos, como reforçava a estratificação e as diferenças entre as frações da classe trabalhadora, que as impedia de se reconhecerem enquanto membros da mesma classe social.

A dualidade educacional estrutural, analisada por Kuenzer (2004), garante escolas diferentes para cada classe ou fração de classe e o papel que é destinado a ela na divisão social e técnica do trabalho. Da mesma forma, a dualidade na educação formal era parte fundante do Projeto Educacional de Itaipu concretizado nas Vilas Habitacionais e no Canteiro de Obras. Havia uma educação voltada a formar para “o pensar” e outra para voltada a treinar para “o fazer”. Ambas destinadas à classe trabalhadora, mas sistematizadas por uma fração de classe superior de Itaipu, uma elite intelectual, que garantia aos seus dependentes uma educação de qualidade.

Aos peões da barragem, solteiros que residiam no Canteiro de Obras também foi ofertada educação formal, através da “Escola do

Canteiro de Obras da Itaipu”, foi inaugurada em 24/04/1978 e instalada em um prédio de três salas de aula, contando com uma biblioteca, secretaria e instalações sanitárias. Esta escola foi incumbida de ofertar Alfabetização Funcional e Educação Integrada, em convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL⁶ e o Departamento de Núcleos Comunitários/Setor de Bem-Estar Social da Itaipu Binacional (RIBEIRO, 2002). A “Escola do Canteiro” teve um papel ideológico importante na medida em que, além de alfabetizar trabalhadores para que compreendessem os treinamentos técnicos e exercessem melhor suas atribuições no trabalho, inculcava valores morais e disciplinava-os ao rigor do trabalho através do rigor da rotina escolar. Dessa forma, também ocupava o tempo ocioso dos trabalhadores que residiam nos alojamentos, em seus horários de folga do trabalho.

A “Escola do Canteiro” atuou apenas por quatro anos e meio, tendo desativado suas atividades de Alfabetização Funcional em 1981 e de Educação Integrada em 1982. Com as pouquíssimas vagas disponíveis, tanto divulgava ideologicamente a suposta preocupação da Itaipu Binacional para com a formação daqueles trabalhadores, quanto representava um objetivo a ser alcançado pelo trabalhador, de acordo com a ideologia de mérito e esforço individual. O curto tempo de existência da escola e o reduzido número de alunos formados, se comparado ao número de trabalhadores em Itaipu e à magnitude da obra, pode ser explicado por duas perspectivas: o desinteresse de Itaipu e UNICON em alfabetizar em serviço, visto que possuía um exército de reserva já alfabetizada, e a baixa procura pelo curso, diante da falta de condições dos trabalhadores submetidos ao trabalho exaustivo e sem dispensada para o estudo.

Se a duração da “Escola do Canteiro” foi efêmera, a formação técnica-profissionalizante para trabalhadores e seus dependentes foi de grande prioridade para o Projeto Educacional de Itaipu. Essa formação ocorreu por duas vias: através do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e do Centro de Treinamento e Desenvolvimento da UNICON no Canteiro de Obras de

⁶ O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi criado através da Lei nº 5.379, de 15/12/1967, com o objetivo de alfabetizar a população urbana analfabeta na faixa etária de 15 a 35 anos e, a partir de 1974, crianças de 9 a 14 anos, regulando assim o fluxo de alunos do 1º Grau no Brasil.

Itaipu. A unidade do SENAI em Foz do Iguaçu passou a atender fundamentalmente as necessidades de Itaipu/UNICON em 1978, quando foi criado o “Projeto Especial – Foz do Iguaçu”, a partir do Convênio Mtb-PI-PMO-PRODOPAR (Ministério do Trabalho/Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra/Programa Especial do Oeste do Paraná). Conforme documento do SENAI:

Sensível a esse importante empreendimento do Governo brasileiro, em Acordo com o Governo Paraguuaio, o SENAI no Paraná, desde o início das obras de Itaipu, manteve gestões junto à Direção da Itaipu Binacional, com a finalidade de atender, com a urgência necessária, suas necessidades de mão de obra (SENAI, s/d., p. 1).

O SENAI foi instalado em Foz do Iguaçu por volta de 1970, mas, com a construção de Itaipu e, sobretudo, com a transferência de sua sede para a “Vila A” em 1975 – em terreno e prédio construído e cedido em comodato pela entidade –, o SENAI passou a planejar suas atividades e cursos em função da qualificação técnica que Itaipu e UNICON necessitavam, de acordo com as diferentes etapas da construção da Usina.

Itaipu e UNICON demandaram muito da formação técnica-profissionalizante realizada pelo SENAI. Porém, o que realmente deu suporte às necessidades da obra, com a maior parte dos cursos e os de maior complexidade eram realizados no Centro de Treinamento e Desenvolvimento da UNICON no Canteiro de Obras de Itaipu, criado em 1978. Este Centro foi instalado em um bloco próximo aos alojamentos do Canteiro de Obras e estava dotado de uma elaborada infraestrutura exclusiva para qualificar os trabalhadores em funções técnicas para a construção da Usina de Itaipu. Eram ofertados diversos cursos de qualificação, aperfeiçoamento e especialização, todos em serviço e de formação teórico-prática. Este Centro treinava quase a totalidade dos trabalhadores vinculados à Usina, sobretudo, os de níveis funcionais mais baixos e intermediários.

Ambas as instituições de educação técnica-profissionalizante, SENAI e Centro de Treinamento e Desenvolvimento da UNICON, foram criadas ou ampliadas exclusivamente para atender às demandas da obra de Itaipu, com prioridade e grandes investimentos. Em cursos pragmáticos e específicos, cuja especificidade era ditada pelo ritmo da obra, a

formação técnica-profissionalizante também atuava na transmissão de ideologias voltadas aos ideais de racionalidade, produtividade, eficiência, cooperação, ordem e civismo, características do Projeto Educacional de Itaipu e de influência dos princípios da Teoria do Capital Humano⁷.

Estes valores também eram disseminados através da ampla programação de atividades desenvolvidas pelos Centros Comunitários das Vilas Habitacionais A, C e do Canteiro de Obras de Itaipu, através de atividades de educação não-formal para todos os públicos, como eficientes mecanismos de ocupação do tempo e doutrinação de crianças, jovens, homens e mulheres. Permanentes atividades esportivas e de lazer (treinamento, torneios, campeonatos em diversas modalidades), cultura (shows, televisão, cinema e exposições) e assistência social (cursos livres e de formação profissional) minimizavam as tensões e os problemas sociais, controlando trabalhadores e seus dependentes.

Essas atividades também eram diferenciadas de acordo com a fração da classe trabalhadora a que eram destinadas. Por exemplo, a educação não-formal realizada no Centro Comunitário da “Vila C” era muito mais assistencial e voltada à profissionalização aligeirada do que as realizadas na “Vila A”, além de terem maior influência sobre a renda das famílias: “Um dos objetivos da Coordenação do Serviço Social, é a ocupação dos menores, residentes nas Vilas de Itaipu, fora do horário escolar. Nesse sentido já estão sendo desenvolvidas algumas atividades, principalmente na Vila C [...]” (ITAIPU BINACIONAL, Carta I/AD-RH/SS-0152/87, de 03/09/1987, negritos nossos).

Enquanto isso, na “Vila B”, ocupada pelos trabalhadores de alto nível funcional/fração de classe, havia um luxuoso clube de lazer e a privacidade de um condomínio fechado. Já o Centro Comunitário do Canteiro de Obras realizava uma programação de educação não-formal ainda mais intensa, com a participação não apenas dos trabalhadores alojados, mas também os que residiam nas Vilas Habitacionais. O Informativo UNICON anunciava: “O barrageiro alojado é um privilegiado em

⁷ De berço norte-americano na década de 1950, a Teoria do Capital Humano teve como formulador Theodore W. Schultz, economista e professor da Universidade de Chicago. Segundo formulações dos tecnocratas norte-americanos, o trabalho humano pode ter sua produtividade ampliada caso o indivíduo “invista” em sua qualificação (FRIGOTTO, 2006).

termos de lazer.” (Inf. UNICON, 17/11/1979, Ano II, n.º 37, p. 4). De suma importância ideológica, à educação não-formal desenvolvida no Canteiro de Obras foi eficiente no sentido de transmitir regras morais de respeito à hierarquia e meritocracia, ocupar e controlar o tempo ocioso dos trabalhadores que permaneciam nos alojamentos, em dias e horários de descanso.

Diante da exploração intensa a que eram submetidos os trabalhadores mais subalternos que moravam nos alojamentos, ali foram reforçadas a estrutura repressiva e ideológica, com uma programação que visava a inculcação de ideologias que contivessem as reivindicações e mobilizações. Os cronogramas das obras em Itaipu eram apertados e o ritmo de trabalho era ininterrupto e acelerado, o que exigia do trabalhador o cumprimento de cargas-horárias exaustivas de trabalho pesado. Diante disso, o trabalhador de Itaipu tinha que ser moldado como “homem-máquina”, ou um “apêndice da máquina”, nos dizeres de Marx (2008). Assim, através das atividades de educação não-formal realizadas pelos Centros Comunitários do Canteiro de Obras e Vilas Habitacionais era possível vigiar e controlar os trabalhadores tanto no seu espaço de trabalho quanto no seu espaço de viver.

3.2. O “Projeto Educacional de Itaipu” no Paraguai

Itaipu também era prioridade para o governo do Paraguai e, para tanto, a infraestrutura das Vilas Habitacionais da margem direita da Usina também continha todo o aparato necessário para dar condições ao frenético cronograma da obra, de modo que este não sofresse qualquer atraso. No total, nas duas margens, a estrutura de serviços, lazer e atividades sociais incluía: 09 escolas, com área total de 32.000 m²; 08 ambulatórios com 50 leitos para atendimento emergencial (THEMAG, 1982); 02 maternidades e 02 hospitais completos, com o total de 300 leitos; 04 templos religiosos (02 na “Vila A” brasileira e 02 na “Área 2” paraguaia, todos com área de 280 m²); 03 centros comerciais, com área total de 4.125 m²; 03 supermercados, com área total de 3.200 m²; 03 clubes, com área total de 4.700 m²; 02 cineteatros, com área total de 800 m² e 700

lugares; salas com 40 TV's; salões de recreação; quadras e campos de futebol; raias de atletismo; canchas de bocha; piscinas; ginásios; e agências bancárias e de turismo (Itaipu Binacional, 1994 *apud* RIBEIRO, 2003).

Na margem direita paraguaia também foram construídos vários Centros Comunitários, tanto no Canteiro de Obras quanto nas Áreas Habitacionais, que atuavam na oferta de educação não-formal de maneira similar aos Centros Comunitários da margem esquerda. A Área 1 possuía um Clube Social bem equipado, semelhante ao Clube Ipê da Vila A brasileira. Este foi um dos primeiros clubes que foi colocado em funcionamento, tendo iniciado sua construção em 1976. As demais Áreas estavam assim equipadas: a Área 2 contava com um Centro Comunitário (salão multiuso) e um Clube Desportivo; a Área 3 apenas uma praça com área de esportes e o chamado “Barracón Rosa”; na Área 4 um Clube Social e um Campo de Desportes; a Área 5 contava com um Centro Cultural/Clube Social; na Área 6 foram instalados um Clube Social e um Campo de Desporte; e a Área 8 contava com um Clube Desportivo. A Área 7 não possuía espaço de lazer viabilizado por Itaipu, pois estava localizada na cidade de “Minga Guazú”, local de influência da “Cooperativa Minga Guazú”, que coordenava e sanava estas necessidades (ITAIPU, Resolución RDE-053, de 27/04/1976; Inf. UNICON, 02/04/1981, Ano IV, n.º 68).

Para organizar as atividades a entidade criou departamentos específicos. Havia um “Departamento de Educación Física” na margem direita paraguaia, para coordenar as atividades desportivas nas Áreas Habitacionais. Estas eram realizadas separadamente, em cada Área, ou de forma conjunta entre as Áreas e destinada a todos os trabalhadores e dependentes. Eram, em sua maioria, organizadas pelos Centros Comunitários ou Centros Culturais, mas algumas também eram ofertadas nos Clubes Sociais. Identificamos na margem direita paraguaia as seguintes atividades: educação sexual e outras de caráter educativo, concursos culturais, cinema, mostras de teatro, festas em datas comemorativas, shows artísticos, atividades para mulheres (“Unidad y Salud en el Hogar”, “Corte y Confección”, “Cocina”, “Curso de Salud”, “Taller sócio-sanitario cultural de la Salud”, cursos do Programa Materno-Infantil para mulheres lactantes e cursos de ginástica para mulheres, Cursos de “Manualidades

y Decoración”, exposições de artesanatos, desfiles de moda e penteados e hortas caseiras), torneios e olimpíadas (futebol de campo, futebol suíço, tênis de mesa, damas, voleibol feminino e masculino, corridas, gincanas e xadrez), excursões (Inf. UNICON).

Assim como nas Áreas Habitacionais, o objetivo da educação não-formal no Canteiro de Obras, colocadas em prática através deste amplo aparato cultural, educativo, desportivo, recreativo e de culto, era ocupar o tempo livre do trabalhador que residia nos alojamentos, ao mesmo tempo em que os controlava e transmitia valores e modos de vida adequados à sua permanência na entidade ou na empresa. Nenhum aspecto era negligenciado: a moral religiosa para conter atitudes de insubmissão, cuidados com a saúde e prática de esportes para garantir um trabalhador saudável e apto, segurança no trabalho, e incentivo aos jogos de competição físicos e mentais. Estas atividades reuniam a grande maioria dos trabalhadores residentes nos alojamentos, visto que estes eram os trabalhadores que ocupavam os menos níveis funcionais/fração de classe. Sendo assim, as atividades eram organizadas de uma forma mais homogênea, pois estavam voltadas exatamente para a maior parte dos alojados.

A educação formal na margem direita também foi uma preocupação de Itaipu. No Paraguai, foram construídas: uma escola de 1.500 m² na Área 1; uma escola de 3.200 m² na Área 3; uma escola de 3.200 m² na Área 4; uma escola de 2.000 m² na Área 5; todas situadas no município de Puerto Presidente Stroessner. Foi construída também uma escola de 2.500 m² na Área 7, em Minga Guaçu (Revista Construção da Pesada, 1979). Não foram construídas escolas em todas as Vilas Habitacionais paraguaias, sendo necessário o deslocamento de alunos de uma vila à outra, para que frequentassem as escolas subsidiadas por Itaipu.

Diante da necessidade de elaborar e executar projetos e programas para colocar em funcionamento unidades educacionais na área de influência da Usina de Itaipu, garantindo aos filhos de trabalhadores a oferta de educação em todos os níveis, a Itaipu Binacional e o “Ministerio de Educación y Culto – MEC” firmaram um convênio. O Contrato n.º 336, de 05/07/1977, estabelecia o “Convenio de Educación entre el Ministerio

de Educación y Culto y la Itaipu Binacional”, firmado em Assunção:

Cláusula Segunda: Objeto del Convenio: Constituyen objeto del presente Convenio la ejecución de programas y proyectos, y el funcionamiento de las unidades educacionales en el Area de Influencia de la ITAIPU, en la Margen Derecha del Río Paraná. [...] Cláusula Cuarta: Monto del Convenio: El valor total estimado del Programa de Educación para el año de 1977 es de Sesenta y un millones cuatrocientos cuarenta y tres mil trescientos noventa guaraníes (Gs. 61.443.390) (ITAIPU/MEC, Convênio 336/1977, Cláusulas 2ª e 4ª, p. 1).

O convênio determinava participação financeira tanto do MEC quanto da Itaipu, ficando a cargo do primeiro o controle do funcionamento das Unidades Educacionais de Itaipu. Os contratos da Itaipu Binacional com o MEC para realizar o “Programa Oficial de Enseñanza y Funcionamiento de las Unidades Educacionales afectadas al Convenio de Educación”, eram constantemente renovados. A Itaipu financiava a diferença existente entre os pagamentos oficiais pagos pelo poder público paraguaio e os pagamentos dos colégios privados da área de Itaipu, para os profissionais que trabalhavam nas escolas e colégios das Áreas Habitacionais que atendiam os dependentes de trabalhadores de Itaipu, além da garantia de infraestrutura e serviços de saúde. Ao MEC ficava a responsabilidade pelo pagamento dos valores básicos oficiais, com exceção das “horas-cátedras” do Colégio da Área 1 e pagamento dos funcionários responsáveis pela administração do convênio. Embora a execução administrativa e pedagógica das instituições estivesse a cargo do MEC, conforme os termos dos convênios firmados, a Itaipu Binacional interferia diretamente. Porém, a Professora Aura⁸ acrescenta: “Era um projeto de Itaipu essa diferenciação.” (ORTIZ, 2016).

De forma similar à margem esquerda brasileira, a “Sección de Educación” da margem direita paraguaia organizou uma escola de alfabetização funcional no Centro Comunitário do Canteiro de Obras. Com programa aprovado pelo Ministerio de Educación y Culto e vinculado ao “Programa de Asistencia Educacional – PAE” da Margem Direita, em 1979 foram convocados os trabalhadores a se matricularem no curso de alfabetização de adultos. O curso foi instalado em uma escola de 351,12

⁸ Nasceu em São José de los Arroyos/PY em 04/03/1952. Atuou na Educação Primária e como docente de várias instituições de ensino. Formou-se em “Bachiller en Ciencias y Letras” e em “Psicología”. Trabalhou em escolas custeadas pelo convênio MEC-ITAIPU entre 1975 à 1985. Aposentou-se trabalhando no “Colegio de Enseñanza Media y Diversificada Dr. Raúl Pena”, no ano de 1996.

m² construída no Centro Comunitário do Canteiro de Obras, que contava com três salas de aula, secretaria, sala dos professores, sala de material didático, biblioteca e sanitários. Este bloco era destinado à “Escuela del Cantero”, que também ofertou cursos de Alfabetização Funcional.

No Canteiro de Obras da margem direita paraguaia também foi estruturado um “Centro de Entrenamiento” de mão-de-obra, para atender as necessidades imediatas do trabalho de construção da Usina. Na margem esquerda brasileira este Centro era mais bem estruturado e mais capacitado para a formação teórica. Na margem direita paraguaia também havia formação teórica, fora do horário de trabalho, correndo parte do horário de descanso do trabalhador. Mas na margem direita paraguaia a formação ocorria muito mais em serviço e no local onde a seria colocada em prática. Assim como a UNICON – que também realizava alguns treinamentos na margem direita –, a CONEMPA investia em treinamento para seus trabalhadores, dos níveis funcionais/fração de classe mais baixos aos mais elevados. Aos diretores e membros titulares das empresas construtoras que compunham o Consórcio, também eram oferecidos cursos de treinamento com especialistas em administração de recursos humanos e desenvolvimento organizacional. O objetivo destes treinamentos eram sempre manter e elevar os níveis de produtividade do trabalhador ou dos setores em conjunto.

Outra forma de treinamento e capacitação de trabalhadores paraguaios de Itaipu, empreiteiras e subempreiteiras era através da parceria com escolas de treinamento profissional como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, no Brasil, e “Servicio Nacional de Promoción Profesional – SNPP”, no Paraguai. Organismo dependente do “Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social”, o “Servicio Nacional de Promoción Profesional – SNPP” foi criado pela Lei nº 253, de 02/07/1971, e posteriormente, modificado por Leis tais como a nº 1265, de 04/11/1987. Conforme Ramón Cañete Núñez⁹: “[...] SNPP foi criado através de um contrato com a OIT [Organização Internacional do Trabalho – OIT], o governo paraguaio fez o contrato aos moldes do PPO e

⁹ Nascido em Assunção/PY e formado em Engenharia Rural pela Universidade de Louvain - Bélgica. Trabalhou no SNPP por 19 anos como instrutor. Atualmente é proprietário da “Indústria Mecânica Cañete”, situada em Hernandarias /PY.

SENAI também fez.” (NÚNEZ, 2016, acréscimos nossos). As atividades do SNPP no Paraguai tiveram início em 1972, voltadas a capacitar trabalhadores para atenderem a política ocupacional do governo.

A unidade do SNPP em Hernandárias começou a funcionar em 1981, quando foram construídas as edificações próximas ao Canteiro de Obras da margem direita paraguaia. Foi difícil precisar a data de criação do SNPP em Hernandárias, pois os funcionários relatam não haver documentação disponível na unidade, apenas na sede em Assunção. Relatam que, aproximadamente nesta data, foi firmado um Convênio entre o SNPP e a Itaipu Binacional, para formação técnica profissional, que teria permanecido vigente até 1990. Conforme Carlos Ferreira¹⁰, atual diretor do SNPP de “Hernandarias”, esta unidade tinha como função principal atender as necessidades da Usina de Itaipu: “O de Hernandarias foi construído para atender a construção da ITAIPU, para formar os trabalhadores no canteiro de obras porque a construção estava em andamento. Todas as ações eram feitas dentro do canteiro, principalmente paraguaios, mas também brasileiros foram alunos. Trabalhos começam em 1981 aproximadamente.” (FERREIRA, 2016). No início, a maioria das atividades de formação desenvolvidas pelo SNPP ocorriam no interior do Canteiro de Obras, como formação em serviço, pois as atividades da obra não podiam parar.

No Paraguai, Itaipu e CONEMPA também atuavam no controle do espaço de viver e tempo ocioso do trabalhador e seus dependentes, utilizando de estratégias ideológicas e repressivas similares às utilizadas na margem esquerda. Contudo, embora as estratégias de controle e obtenção do consenso fossem similares, na margem direita parece ter havido muito mais participação do poder público paraguaio na oferta da educação formal.

4. Considerações Finais

Muito longe da pretensão de esgotar o assunto, com este trabalho objetivamos contribuir com a discussão sobre o impacto social de

10 Nasceu em Assunção/PY e possui curso técnico em eletricista pelo SNPP. Ingressou como instrutor no SNPP em 1986. Atualmente é o Diretor Regional do SNPP.

“grandes projetos” e sobre as estruturas ideológicas montadas para legitimação da exploração do trabalho e aprofundamento da estratificação entre as classes e frações de classes. A cada fração da classe de trabalhadores de Itaipu foram idealizadas estratégias diferenciadas para o controle ideológico e obtenção do consenso, com características e públicos distintos, dos “altos escalões”, de gerentes e engenheiros, aos mais baixos postos de trabalho operário. O tratamento diferenciado e a gestão e controle autônomos dos serviços pela entidade, a configurava como um “Estado à parte”. Diante das ações de Itaipu junto às Vilas/Áreas Habitacionais e Canteiro de Obras, equipados com sistemas de segurança autônomos, centro de serviços e lazer, controle sobre as moradias, assistência à saúde e educação etc., podemos afirmar que Itaipu funcionou num regime que Leite Lopes (1988) chamou de “governo local de fato”.

Em Itaipu, tudo tinha que ocorrer da melhor maneira possível, pois nada poderia atrasar as obras da usina, total prioridade dos governos militares do Brasil e do Paraguai. Na medida em que contribuía com a formação dos trabalhadores e seus dependentes, Itaipu controlava à educação de crianças e jovens e exercia o domínio sobre os operários, no trabalho e fora dele. Através da educação formal e não-formal, trabalhadores e dependentes tinham seus comportamentos moldados para respeitarem as normas de trabalho em Itaipu, tão imbricadas aos espaços de moradia e educação. Aparentando uma educação privilegiada, o Projeto Educacional de Itaipu, ao mesmo tempo em que oportunizava o acesso dos trabalhadores e seus dependentes a algum tipo de educação, obtinha o controle de todos os aspectos da vida, reforçava a manutenção da dominação da entidade sobre os trabalhadores e seus dependentes e, sobretudo, reforçava a estratificação de classe já existente nas Vilas Habitacionais, na medida em que destinava uma qualidade de educação para cada fração da classe trabalhadora.

A qualidade da infraestrutura e dos serviços oferecidos reproduzia a hierarquia social e econômica presentes em Itaipu, e as diferenças entre as frações da classe social trabalhadora. Foram utilizadas estratégias para destinar educação de qualidade e voltada à “formação” ge-

neralista aos dependentes de trabalhadores dos altos níveis funcionais/fração de classe, enquanto aos trabalhadores e seus dependentes dos baixos níveis funcionais/fração de classe era oferta educação qualitativamente inferior, limitada ao “cuidado” e técnica-profissionalizante.

Segundo Harvey (1982), o controle do trabalhador ocorre não apenas no espaço de trabalho, mas também no “espaço de viver”. Todas estas atividades culturais, recreativas e desportivas eram formas de educação não formal, parte de estratégias de controle da vida do trabalhador e de seus dependentes nos espaços das Áreas Habitacionais. A experiência de Itaipu mostrou que em casos de grandes obras há necessidade de uma estrutura ideológica para conter e doutrinar o trabalhador no seu espaço de trabalho e fora dele. Uma obra de tamanha magnitude, que demandou instalar grande número de trabalhadores ao seu redor, não poderia, mesmo em tempos ditatoriais, controlar este contingente apenas através da força repressiva. Nisso reside a função central do Projeto Educacional de Itaipu: formar e disciplinar as frações da classe trabalhadora.

Referências

CATTA, L. E. P. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

DREIFUSS, R. A. **1964 - a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. RJ/Petrópolis: Vozes, 2006.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. **Anais 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social**, março/2006.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, Ano II, n. 6, Jun./set./1982, p. 6-35.

KUENZER, A. Z. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. **Capitalis-**

mo, Trabalho e Educação. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2004.

LAMBERTI, E. **Regulação e Reprodução do Sistema Socioeconômico:** análise da trajetória do desenvolvimento do Paraguai. Porto Alegre: Doutorado em Economia/UFRGS, 2011.

LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** São Paulo: Marco Zero/UnB/MCT/CNPq, 1988.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

PEREIRA, O. D. **Itaipu, prós e contras:** ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do concreto:** vozes na construção da Itaipu. Coleção Thésis. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

RIBEIRO, F. de M. Inventário de ciclo de vida da geração hidroelétrica no Brasil - **Usina de Itaipú:** primeira aproximação. Dissertação (Mestrado em Interunidades em Energia), USP, São Paulo, 2003.

SILVA, J. da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor:** o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). Mestrado em História/PUC/SP, 2010.

SOUZA, A. A. de. **Itaipu e a Urbanização da zona de fronteira do Iguçu:** cidade e conjuntos habitacionais da Usina Hidrelétrica. Campinas: Mestrado em Urbanismo/PUC, 2011.

Documentais:

Informativo UNICON. Ano II, n.º 37, 17/11/1979.

Informativo UNICON. Ano IV, n.º 68, 02/04/1981.

ITAIPU Binacional. Resolución RDE-053, de 27/04/1976.

ITAIPU Binacional. Relatório Anual Itaipu, 1985.

ITAIPU Binacional. Carta I/AD-RH/SS-0152/87, 03/09/1987.

ITAIPU Binacional/MEC – Itaipu Binacional/Ministerio de Educación y

Culto. **Convênio n.º 336**, 05/07/1977 (Convenio de Educación entre el Ministerio de Educación y Culto y la Itaipu Binacional).

Revista Construção da Pesada, 1979.

SENAI. Projeto Especial – Foz do Iguaçu, s/d.

THEMAG. Engenharia e Gerenciamento Ltda. Relatório, 1982.

Entrevista:

FERREIRA, C. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto. Hernandarias/PY, 18/08/2016. Tradução da pesquisadora.

NÚNEZ, R. C. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto. Hernandarias/PY, 18/08/2016. Tradução da pesquisadora.

OLIVEIRA, S. P. de. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto. Foz do Iguaçu/PR, 17/08/2013.

ORTIZ, A. R. T. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto. Ciudad del Este/PY, 18/08/2016. Tradução da pesquisadora.

3. AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES DA BARRAGEM DE ITAIPU

Odirlei Manarin

Este texto é a republicação do primeiro capítulo da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, Campus Mal. Cândido Rondon (PR), “Peões da Barragem” (2008). O objetivo deste capítulo foi analisar as trajetórias e experiências dos trabalhadores que trabalharam em meados da década de 1970 na construção da hidrelétrica de Itaipu. Entendemos que é a partir das experiências dos operários que emerge a dinâmica do processo de construção e composição da barragem. Assim, analisando as expectativas desses trabalhadores na busca pelo emprego na obra, as dificuldades enfrentadas quando chegaram à cidade até conseguir emprego, moradia e adaptação ao serviço, passando a entrelaçar e constituir a história da usina e também da cidade são compreendidas num mesmo campo de possibilidades, compartilhadas de experiências plurais, diferentes da memória que aparece cristalizada e perpetuada pela empresa.

Este capítulo também analisa alguns materiais produzidos pela direção da Itaipu Binacional que estabeleceu seus marcos da construção, guiados pelas fases, os desafios, as conquistas, o desempenho da equipe administrativa, compondo uma suposta memória hegemônica sobre a edificação da barragem. Esta memória dominante, que se pretende ser hegemônica, necessita integrar a participação dos trabalhadores que estiveram presentes neste processo, porém a empresa não o fez da maneira “correta”. Neste sentido, justifica-se a maneira como ela confecciona esta memória de acordo com seu interesse, em que os trabalhos elaborados pelos operários denominados “peões da barragem”,

quando citados, aparecem de forma a engrandecer a importância e a beleza da obra.

A partir dessas questões, estabelecemos um diálogo com os materiais produzidos pela direção da Itaipu e os depoimentos dos trabalhadores para problematizar a constituição da “memória oficial” da construção. Nas situações, uma vez que entendemos estas relações como disputas, onde valores são projetados, elaborados e perpetuados num processo de construção e reconstrução do passado.

Portanto, as memórias e experiências dos trabalhadores da barragem de Itaipu, produzidas ao longo da confecção deste estudo, constituem-se como expressão de sentidos, valores e significados.

O artigo de Khoury (2003), sobre a cultura e o sujeito na história, referindo-se a historiadores comprometidos com a realidade social, relacionando a reflexão histórica na dinâmica social mais ampla, contribui para pensar os modos como os processos sociais criam significações e como estes interferem na própria história.

Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social (KHOURY, 2004, p.125).

Portanto, inserido nesta perspectiva de trabalho, é importante entender como os trabalhadores interpretam a chegada à cidade de Foz do Iguaçu, em quais condições, interesses e objetivos. Ao construir sua avaliação a partir de seu próprio ponto de vista, os momentos que marcaram suas trajetórias, vão possibilitar explorar modos como às narrativas abrem e delineiam horizontes na realidade social. Assim, estas pretensões estão impulsionadas pela perspectiva de transformação do presente, que possibilita avançar na valorização das experiências dos trabalhadores, diferente da imagem propagada pela administração da usina.

O projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu vem sendo associado ao longo das obras como um empreendimento de binacionalidade que tinha como desafio dominar e aproveitar a energia do rio Paraná, possibilitando o abastecimento energético e o crescimento econômico

do país. No decorrer da sua edificação e com o aumento de consumo na década de oitenta, quando passou a enfrentar dificuldades no campo energético provocadas pela escassez de chuvas e pelo considerável crescimento da demanda. Percebe-se que os administradores da Itaipu expressam em seus materiais sentidos e significados que a barragem deixava de ser uma promessa de projeto, para a abordagem de necessária ao Brasil (MANARIN, 2008).

Dos materiais produzidos de responsabilidade da Itaipu Binacional com esta finalidade, tem-se o jornal “Canal de Aproximação”, publicado bimestralmente a partir de janeiro de 1987 e distribuído nas dependências da barragem, com a tiragem de 3.000 exemplares. Essa publicação a princípio tinha como público alvo seus funcionários e os trabalhadores das empreiteiras, porém o número impresso era quatro vezes inferior ao total de trabalhadores. O ano de sua fundação foi marcado por artigos informando a inauguração das geradoras 14 e 15 de energia elétrica, realizada pelos presidentes do Brasil e Paraguai. O título de uma das reportagens era “*A hora do Reconhecimento*”:

Desta vez, mesmo os mais céticos de Itaipu silenciaram durante as solenidades de inauguração das unidades geradoras 14 e 15 pelos presidentes José Sarney, do Brasil e Alfredo Stroessner, do Paraguai. Mais do que nunca, as vozes foram unânimes em reconhecer que sem Itaipu o Brasil sofreria uma grande crise energética e econômica. Enfim, depois de quase 12 anos, desde que a obra foi iniciada, a realidade revelou que a maior hidrelétrica do mundo não é apenas a concretização de um sonho tomado pelo gigantismo. Como disse o presidente José Sarney em seu discurso durante a inauguração, as críticas contra Itaipu “justificavam-se contra o pano de fundo da recessão, numa época em que a demanda de energia elétrica sofreu quedas acentuadas, alterando sensivelmente o quadro de previsões que orientou o projeto. Hoje, contudo bastou que a retomada do crescimento econômico se firmasse para que tais críticas fossem desautorizadas” (Jornal Canal de Aproximação, Foz do Iguaçu, janeiro/87, p. 2).

Desde então, a imagem da hidrelétrica de Itaipu era associada ao reconhecimento do seu trabalho saindo da incômoda posição de mito à realidade. O início da publicação, deste jornal, evidencia a preocupação em estabelecer alguns marcos selecionados pelos administradores da hidrelétrica. Destaca-se a defesa do projeto de construção que deixava de ser visto pelos olhares de desconfiança, para o sonho de gigantismo. Além disso, associada à sua importância para evitar uma possível crise

econômica e energética em meados da década de oitenta.

Entretanto, naquele momento, não era somente divulgar a inauguração das geradoras que estava em jogo para enaltecer a imagem da hidrelétrica. Buscava-se também, silenciar debates e negociações que Itaipu enfrentava, antes deste marco. Pode ser citado o conflito gerado pela desapropriação das terras que seriam atingidas com a formação do reservatório da usina e que teve grande destaque na imprensa local. Este fato que ocorreu no início da década de 1980 quando um grupo de colonos em processo de serem desapropriados por Itaipu construiu com apoio de algumas instituições religiosas, sindicais, o “Movimento Justiça e Terra”, tendo em uma das questões a reivindicação de melhorar a indenização ofertada pela usina. Esta situação rendeu já no início das obras a direção da Itaipu uma exposição negativa para sua imagem, pois foi alvo de críticas nas publicações de livros, reportagens e panfletos denunciando as formas como estavam ocorrendo às indenizações das terras desses agricultores¹.

Essas questões indicam que as pressões sofridas pela hidrelétrica no início da edificação não ocorreram apenas por parte dos trabalhadores no canteiro de obras. Neste sentido, o jornal “Canal de Aproximação”, desde o ano de sua fundação – 1987, teve como uma de suas atribuições, integrar os trabalhadores nos marcos que eles selecionavam para elaborar a memória oficial da construção, sendo perpetuada até os dias atuais pela direção da usina. Assim como, estabelecer diálogos com seus críticos, procurando apresentar notícias da importância que o empreendimento traria para o desenvolvimento regional e nacional. Portanto, este veículo passa a ter como atribuição a defesa dos interesses da parte administrativa da Itaipu. Isto é, divulgando reportagens sobre a edificação da barragem, apresentando um espaço sem conflitos e disputas entre os diferentes sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na construção.

Outra questão presente na reportagem citada no jornal da Itaipu, e que se fez presente durante aquele ano relacionado às críticas sofridas

1 Um dos primeiros livros publicado foi “A Taipa da Injustiça”, escrito pelo jornalista Juvêncio Mazzarollo, financiado pela Pastoral da Terra, que estava envolvida no movimento. Além disso, o jornal “Nosso Tempo”, da cidade de Foz do Iguaçu, tendo com corpo editorial principal Aloísio Palmar e Juvêncio Mazzarollo, ambos se apresentavam como críticos ao regime militar e a construção da hidrelétrica de Itaipu, nos artigos publicados neste jornal.

pela construção da barragem, passaram a ser atribuídas aos eventuais problemas e desconfianças vividas pelo país num período anterior. O posicionamento neste jornal buscava minimizar as críticas do projeto da obra argumentando que naquele momento o cenário passava a ser favorável economicamente ao Brasil e, por isso, as desconfianças não se justificavam mais. Isso significa que o jornal procura desvincular a imagem da hidrelétrica projetada e iniciada durante o regime político civil/militar, que ao seu final estava associado a um período de recessão e crise, dando lugar às conquistas e benefícios proporcionados pela hidrelétrica estabelecida num governo democrático. Da mesma forma, o que se percebe no conteúdo dessas reportagens a tentativa de conciliar a barragem com as necessidades nacionais mais recentes, operando a dissociação da Itaipu com o regime político anterior, conseqüentemente atribuindo a ela todos os problemas enfrentados antes de 1987.

Contudo, não podemos deixar de perceber este veículo de comunicação como um instrumento ideológico que passou a divulgar notícias, a partir dos interesses da empresa, atribuindo ao conjunto da obra, a junção de diversos fatores: a dedicação, a capacidade técnica, gerencial, empresarial, financeira e administrativa. Da mesma forma a competência, a coragem e a determinação de homens e mulheres, dirigentes e dirigidos, mais o firme apoio dos governos do Brasil e do Paraguai. Estes fatores, amplamente divulgados, no “Canal de Aproximação”, indicam a importância que o jornal teve ao ser um dos elaboradores, divulgadores e definidores, desde então, na constituição da memória divulgada pela direção da hidrelétrica.

Seguindo este raciocínio, a busca pela construção de uma imagem positiva da Itaipu, significou estabelecer diálogos com a imprensa nacional para fortalecer a ideia de que a mesma sempre foi necessária para o país. Quando a imprensa nacional divulgava reportagens que exaltavam sua importância no desenvolvimento local e regional, referindo-se aos Municípios que foram atingidos com a formação do lago da barragem, esses conteúdos eram vinculados em um espaço de destaque no “Canal de Aproximação” como “O reconhecimento de nosso trabalho”:

Em 1987, a maior hidrelétrica do mundo não foi apenas enfocada pela

sua importância como produtora de energia, mas também pelos efeitos positivos que gerou em outras áreas, como, por exemplo, o turismo e a conservação ambiental. Praticamente todos os principais jornais, revistas, rádios e televisões do Brasil marcaram sua presença em Itaipu para registrar a vida na região oeste do Paraná, depois da construção da Usina. Segundo a Revista “Veja”, Itaipu está gerando mais do que energia: “A Usina vem gerando um torvelinho humano à sua volta, dando vida nova às cidades que a rodeiam”. Em matérias abordando este enfoque, revelações importantes começaram a chegar ao resto do Brasil. Numa delas demonstrou que Itaipu, sozinha, ajudou a aumentar em 60 por cento a rede hoteleira da cidade (Jornal Canal de Aproximação, Foz do Iguaçu, janeiro/fevereiro, 1988. p. 11).

Embora, as reportagens não afirmem que os embates enfrentados pela barragem tenham sido encerrados neste momento, evidenciam quais foram os elementos escolhidos para compor a memória construída pelos seus administradores e a maneira como estava sendo realizada a obra.

A organização das reportagens do jornal “Canal de Aproximação” evidenciou a escolha de duas das principais ações realizadas pela Itaipu. A primeira, a produção e distribuição de energia que beneficia o desenvolvimento industrial, isso no âmbito nacional. A segunda, a edificação da infraestrutura composta de canchas esportivas, escolas, pavimentações, ginásios de esportes, obras de iluminação, centros comunitários, poços artesianos, entre outros equipamentos urbanos para atender a população das cidades envolvidas com a formação do reservatório, permitindo um possível desenvolvimento local. Como apresenta a matéria “A cidade que Itaipu está construindo”:

[...] Esta cidade é, na verdade, o resultado da soma de todas as obras que Itaipu Binacional vem fazendo nos oito municípios abrangidos pela hidrelétrica e seu reservatório – Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Missal, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu.

Concretizadas ao longo dos últimos quatro anos, tais obras estão permitindo o desenvolvimento desses municípios, além, é claro de proporcionar a exploração racional do Lago de Itaipu, principalmente na área turística (Jornal Canal de Aproximação, junho/1989. p. 3)

É possível entender que a história narrada a partir dos interesses da barragem, projeta-se de uma trajetória vencedora, na qual superou a desconfiança relacionada ao momento de recessão econômica vivida pelo país no final do regime civil/militar. Portanto, o caminho escolhido

para divulgar uma imagem positiva da empresa, se remete ao projeto faraônico e desnecessário atribuído a ela, até a confirmação de que a sua inexistência estaria provavelmente, acarretando racionamento de energia elétrica na região sul, sudeste e centro oeste do Brasil.

Tal postura é ampliada e complementada em comemoração aos vinte e cinco anos da construção da hidrelétrica, quando a Assessoria de Comunicação Social da Itaipu Binacional, produz o livro “Itaipu, a luz”, voltada para produção da síntese de sua história:

Este livro procura retratar e homenagear a epopeia vivida por milhares de brasileiros e paraguaios que, nas décadas de 70 e 80, ergueram a maior hidrelétrica do mundo, e os homens que hoje mantêm e operam Itaipu.

[...] Itaipu, no início, foi vista e criticada como uma obra megalômana pelos seus números e dimensões. O tempo, porém, cuidou de mostrar que os 12 milhões de 600 mil quilowatts (KW) seriam fundamentais para acompanhar o desenvolvimento econômico dos anos 90.

Hoje, suas 18 unidades geradoras, às quais se somarão outras duas na virada de século, geram 25% do consumo de energia elétrica do Brasil, ou 33% do eixo Sul/Sudeste/Centro-Oeste do país.

[...] O texto e as fotos das páginas deste livro são os melhores testemunhos dos desafios superados por anônimos trabalhadores, técnicos, engenheiros e profissionais de todas as áreas, que dedicaram e dedicam parte de suas vidas à maior usina hidrelétrica do mundo (MONTEIRO, 1999, p. 57).

A divulgação deste livro se apresenta como objetivo maior, homenagear uma suposta epopeia vivida por milhares de brasileiros e paraguaios que, nas décadas de 1970 e 1980, ergueram a maior hidrelétrica do mundo. Estendendo essa homenagem aos homens que hoje operam Itaipu, ou seja, uma história de superação e conquista. Essa produção ratifica o caminho escolhido pela empresa na composição da memória divulgada da construção da barragem pelos números, recordes de produção, acordos políticos, etc. Admiti também, que a postura inicial de dúvida foi superada pelos resultados obtidos ao seu término como a maior fornecedora de energia hidroelétrica do país.

Considero desta forma, que a assessoria da Itaipu ao longo desse tempo definiu uma memória que deveria ser lembrada e divulgada. Este processo ocorreu a partir da construção e reconstrução de senti-

dos, expressos na produção de seus materiais, integrando numa suposta memória hegemônica em que contempla diferentes versões, interpretações e práticas dos sujeitos. As lembranças escolhidas pela empresa são constituídas de significados que apontam uma história de superações, conquistas e desenvolvimentos proporcionados pela sua edificação.

A essas produções estabelecem-se num campo de disputas de forças e da memória sobre sua construção em relação a outros segmentos da sociedade, inclusive os trabalhadores que chegavam a meados da década de 1970. Isto é, este fato passa ser apresentado como sendo um acontecimento que proporcionou a mudança da cidade pelo crescimento demográfico determinado pela chegada dos contratados para trabalhar na barragem, segundo indica o livro “Itaipu, a luz” como o título “Uma verdadeira cidade”:

Em 1974, Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, era uma cidade quente e poeirenta, com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil pessoas assustadas com o movimento humano que começava a perturbar seu ritmo pacato de viver. O impacto pode ser mensurado pelo crescimento vertiginoso da população urbana no município: em 1970, Foz do Iguaçu tinha 20.147 habitantes; dez anos depois, a população havia quintuplicado: 101.447 pessoas. As notícias da construção da hidrelétrica e o desembarque em massa dos primeiros contratados para trabalhar na linha de frente do projeto, ao mesmo tempo que encantavam, deixavam a cidade em polvorosa (MONTEIRO,1999, p. 58).

Não se pode negar, que o crescimento populacional enfrentado pela cidade de Foz do Iguaçu, nesse período, tenha sido significativo devido à construção da hidrelétrica de Itaipu. O que se propõe a refletir é a maneira como foi utilizada pela empresa na edificação da memória da obra em relação aos trabalhadores. As estatísticas apontam para um acentuado crescimento populacional enfrentado pela cidade entre as décadas de 1970 e 1980:

Tabela I – Evolução da população de Foz do Iguaçu

Evolução da População	Foz do Iguaçu
1960	28.080
1970	33.966
1980	136.321
1990	190.194

Fonte: IBGE Estimativa entre os meses de 01 a 07 de cada ano.

Com base nos dados do IBGE, entre 1960 e 1980 o município teve um crescimento da sua população de 383% em apenas vinte anos¹⁰. Somente nos últimos cinco anos da década de 1970 esse número foi de 102.355 pessoas (339%), isso equivale a um índice de 68% ao ano aproximadamente. Se compararmos com o crescimento do Paraná e de outras cidades do Estado, esses números indicam que Foz do Iguaçu teve o maior crescimento populacional registrado no período:

Tabela II – Evolução da população no Paraná

Evolução da População	Cascavel	Curitiba	Paraná
1960	39.598	-	4.268.239
1970	89.921	609.026	6.929.868
1980	163.459	1.024.975	7.629.392
1990	192.990	1.315.035	8.415.659

Fonte: IBGE/2004 *Estimativa IBGE.

Comparando com a população de Cascavel, cidade próxima, apresenta-se um crescimento menor, aproximadamente de 175%. O crescimento verificado no período de 1960 a 1970 na cidade é de 127,08% e 81,78% no período de 1970 e 1980, de acordo com os dados da tabela. A porcentagem de crescimento equivale a 208,86% ao ano. A capital do Estado teve taxas de crescimento menores em torno de 5,82% entre 1960/70 e de 5,34% 1970/80. Segundo o senso de 1970 registrava que o Paraná tinha 36,1% da sua população vivendo em meio urbano. No censo de 1980, essa proporção já havia subido para 58,6% indicando que em algum momento ao longo dos anos setenta, a população urbana ultrapassara a população rural.

A construção da Itaipu foi um diferencial desse processo de crescimento populacional, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, os quais vão apresentar sua chegada em Foz do Iguaçu determinada pela oportunidade de emprego na barragem. Diferente dos motivos de crescimento populacional em outros centros do Paraná, mesmo que se considere no conjunto dessas pessoas que vieram

para a cidade também pelos determinantes apontados pelas estatísticas de Cascavel e Curitiba, que receberam em grande medida pessoas oriundas da substituição da mão de obra agrícola pelas máquinas.

Ao comparar o crescimento que Foz do Iguaçu alcançou do início da década de 1970 com os trabalhadores que conseguiram ser absorvidos pela construção, até 1981, pelo Consórcio UNICON, chega aos valores de 55% dos habitantes do município.

Tabela III – Número de empregados na construção da Itaipu

ANO	UNICON	CONEMPA	ITAMON	OUTROS	TOTAL
1974	-	-	-	-	-
1975	-	-	-	-	-
1976	5.949	1.402	-	4.654	12.005
1977	12.975	4.499	-	3.386	20.860
1978	19.000	7.266	-	3.161	29.427
1979	17.147	5.792	-	1.651	24.590
1980	17.112	4.551	-	1.063	22.726
1981	20.496	3.399	1.324	689	25.908

Fonte: Relatório Anual Itaipu Binacional, 1981.

Neste sentido, os dados nos materiais da Itaipu Binacional, vão procurar representar esses sujeitos através dos feitos e dos números da obra – residências, alimentação, produção, trabalhadores, etc. – da mesma forma caracterizando a cidade como atrasada e poeirenta, estava também submetida ao ciclo de desenvolvimento que seria possível conquistar com a construção da barragem.

A postura de construir uma memória fundamentada pela presença hegemônica de registros oficiais, quando pensada a partir dos depoimentos orais dos trabalhadores sobre sua trajetória até serem empregados na construção, não se configura uma poesia conforme a história apresentada pela empresa. As histórias e trajetórias dos trabalhadores são diferentes dos testemunhos apresentados pelos materiais da Itaipu, principalmente quando se serve de números, tratados, acordos entre nações, fotos e textos para ilustrar os records em produção e os equipamentos utilizados nas obras.

A divulgação das obras de Itaipu realizadas pela imprensa, como o

“boca a boca” dos operários, possibilitou que vários trabalhadores viessem para Foz do Iguaçu pela primeira vez. Mesmo não tendo nenhuma garantia que seriam empregados na barragem quando chegassem, esses trabalhadores traziam junto com sua bagagem o sonho, a esperança, a expectativa de uma vida melhor. O trabalhador Ademar Casado Calicchio foi um dos operários que soube da construção através de conversas com amigos e em novembro de 1977, veio para Foz do Iguaçu sem ter nenhum conhecimento sobre a obra, deixando a família na casa do sogro e o emprego de caminhoneiro, na perspectiva de arrumar trabalho na barragem, pois ouvia dizer que se ganhava muito bem:

Odirlei: Como que o senhor soube da construção?

Ademar: Conversa de pião lá. Conversa de pião lá que aqui era bão aqui juntava dinheiro fácil e eu vim embora pra cá, saí de lá e vim embora pra cá. Sofri aqui, dormi em cima de caminhão toldo. Cheguei aqui eu não tinha conhecimento. Tinha um cara que eu conhecia ele aqui, mas até que eu fui encontrar com ele tudo eu posei várias noite em cima de caminhão toldo aí, não tinha dinheiro pra pagar hotel, né? Então dormia lá no Posto Presidente, lá do café, lá do Café Presidente, lá o posto da Transporte. Os caminhão pousava lá e eu dormia em cima¹¹ (CALICCHIO, 2007, entrevista).

De acordo com sua narrativa, veio para cidade atraído pela propaganda feita por outros trabalhadores sobre os trabalhos da construção da barragem. A possibilidade apontada de juntar dinheiro foi o que motivou este trabalhador chegar a Foz do Iguaçu. Seria seu primeiro emprego em construção de barragem, já que sua trajetória ocupacional se deu na maior parte em trabalhos realizados na roça desde a infância. Quando indagado sobre os lugares que trabalhou, Ademar narra:

Primeiro trabalho eu trabalhei na lavoura de café, eu tocava meus irmão, o meu pai faleceu eu era muito pequeno, muito jovem, né? Eu tinha 9 ano de idade. Então a gente trabalhava em lavoura de café. Depois da lavoura de café aí a gente conseguiu comprá um pedaquinho de terra, também fumo mexer com café só que aí já era nosso, era dos meus irmão e meu aí isso aí isso aí foi em 64 até 77. Aí 77 compramos um sítio de mata na região de Goioerê, derrubamos o mato e plantamos algodão. Aí em 68 eu fui se cobrador de ônibus pra arrumar dinheiro pra sustentar a família, né? Porque a situação apertou então saí trabalhar fora. Eu trabalhava como cobrador de ônibus na Auto Viação Mariluz e o dinheiro que eu ganhava eu mandava pros meus irmão no sítio e minha mãe. E assim foi até 77 e um mais ou menos aí a gente saímo dali compramo outro sítio e continuamo plantando algodão também no outro sítio já diferente, não esse mato que derrubamo até 74. Aí 74 comecei trabalhar de motorista, aí fui trabalhar com caminhão, aí fui caminhoneiro até 77. Em novembro de 77, aí eu vim pra

Itaipu, dia 20/11/77 eu cheguei aqui na Usina de Itaipu, no canteiro de obra, era na época, né? Num era usina, não gerava energia ainda (CALICCHIO, 2007, entrevista).

O trabalho realizado como pequeno agricultor, em que sua rotina de trabalho braçal se estabelecia em derrubar o mato e preparar a terra para o plantio, é lembrado pelas dificuldades financeiras. O período que aguardavam a primeira safra, Ademar com dezoito anos, teve que buscar emprego na cidade para sustentar a mãe e os irmãos até a colheita. Nesta ocupação de agricultor permaneceu até os vinte e cinco anos de idade, quando já estava casado, saindo do campo para trabalhar como caminhoneiro, na busca de maior remuneração para sustentar a esposa e filhos. A expressão “*num era usina*” significa que entrou no período da construção, exatamente na primeira etapa, durante a realização dos trabalhos na escavação do Canal de Desvio do rio Paraná.

É interessante notar que este trabalhador, assim como outros, ao construírem suas trajetórias apresentam-se diversos elementos da vida que passa pelo trabalho, as dificuldades e a esperança de um futuro melhor, migrando para outras cidades que possam satisfazer suas necessidades e expectativas. A constituição de uma família evidencia nos depoimentos, meios de entender a procura de emprego e a mudança para viver e trabalhar em outras cidades.

A demanda de emprego proporcionada pela construção de Itaipu influenciou a chegada de vários trabalhadores, assim, Ademar motivado pela possibilidade de aumentar a renda familiar se arriscou durante quatro dias dormindo em cima de caminhões até ser contratado. A primeira função desempenhada na construção foi de motorista de caminhão, como autônomo, transportando explosivos utilizados para escavação do Canal de Desvio do rio Paraná. Por ser autônomo, não lhe dava o direito de se alojar no canteiro de obras, muito menos nos conjuntos habitacionais.

Odirlei: E quando que a família veio pra Foz?

Ademar: Em 1978 no começo, em janeiro.

Odirlei: Foram morar aonde?

Ademar: Fomo morá ali na vila, na Trans-Paraguaia. Ali, uma via que tem ali na cidade pra cá do batalhão, ali um pouquinho descendo pra baixo, ali um favelão desgramado lá. Morei numa casa quatro pés, só que eu morei só em duas parede e meia e não era forrada a casa. E a água pra tomar eu tinha que levá da usina porque a água lá onde que eu morava não prestava pra tomá. Era um poço lá que a mulecada tomava banho dentro dele. Um poço de dois metros de fundura (CALICCHIO, 2007).

Mesmo com as dificuldades enfrentadas junto à família em Foz do Iguaçu, o que pesou na decisão para não ir embora foi o cronograma inicial das obras estimada em mais de dez anos. Por isso, organiza-se a viver e trabalhar durante vários anos nesta cidade. Como também o pagamento de cem cruzeiros por dia, que superava o valor recebido enquanto caminhoneiro, em turnos de doze horas, todos os dias da semana, sendo que em alguns dias trabalhava vinte e quatro horas, esperando receber a autorização para iniciar as montagens dos explosivos². Nestes casos a diária era dobrada.

A intensa e constante movimentação no início das obras apresentou diversos caminhos e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores até conseguirem ser registrados. Valdizar Luiz da Silva, trabalhava na roça desde os oito anos, plantando amendoim e algodão em terras arrendadas na região de Presidente Prudente/SP, até entrar na construção da Usina de Capivara por dois anos (1973 a 1975), chegando a Foz do Iguaçu em abril de 1976, pois os maquinários da empresa que trabalhava, a CBPO (Cia Brasileira de Projetos e Obras), vieram para Itaipu, assim como muitos trabalhadores que os acompanharam.

Ah, o primeiro serviço foi na roça, né? Tinha uns 8 anos naquela época foi na roça e em 73 que eu fui pra lá usina de Capivara 73 e 75. Foram 2 anos e meio lá. Aí em seguida eu vim, pra 76, eu vim aqui pra Itaipu e fiquei de 73 até hoje trabalhando aqui na usina (SILVA, 2007, entrevista).

O trabalhador Valdizar, 59 anos, reside na mesma casa de quando era funcionário da UNICON, ou seja, desde 1979, comprando-a em meados da década de noventa após o término da construção de Itaipu. Está aposentado, mas continua trabalhando em uma das empresas que pres-

² Este trabalho de transporte e montagem dos explosivos situa-se no "Setor de Fogo", para detonar bancadas de rochas nos trechos que passariam o canal de desvio do rio Paraná. As explosões eram realizadas em sua maioria uma vez por dia, pois se fossem feitas várias explosões numa jornada, isto causaria sérios transtornos e atrasos nos trabalhos que se desenvolvem no canteiro de obras. (Informativo Unicon, 03/03/1978. p. 3).

ta serviços para o transporte de funcionários da hidrelétrica de Itaipu, na função de motorista. Sua trajetória de trabalhador iniciou com as atividades na roça até os vinte e oito anos quando ingressou na construção da usina de Capivara na função de serviços gerais, onde realizou o curso técnico de operador de máquinas pesadas, possibilitando ascender dentro da empresa. Ficou sabendo da contratação de mão de obra para Itaipu ainda quando estava nesta usina, pois no término das atividades de construção e a dispensa dos trabalhadores, o maquinário foi transferido para Itaipu, assim como muitos companheiros.

Odirlei: O que motivou o senhor vir pra Foz do Iguaçu?

Valdizar: Pela grandeza dessa obra de Itaipu que era naquele tempo foi muito comentada e o salário também era bem atrativo, que dizê que o salário bem atrativo, bem maior que o pessoal ganhava lá, e aqui era uma obra grande, aqui tinha uma expectativa de grande futuro, esse que troxe maior ainda o pessoal pra cá, era o salário que era fronteira, era longe, ninguém queria vim, então o salário foi bem compensado (SILVA, 2007, entrevista).

Ao lembrar-se deste fato, Valdizar expressa suas esperanças e razões de sua vinda, apresentando a divulgação da construção e o salário que seria pago, devido a sua localização, o maior que já havia recebido, permitindo à este trabalhador desempregado há cinco meses, visualizar a possibilidade de ter a carteira de trabalho assinada (MANAIN, 2008). Para isso, ficou um mês em Foz do Iguaçu, até ser contratado, pois a empresa não havia terminado a construção dos alojamentos para abrigá-los.

A experiência que trouxe dos anos trabalhados como ajudante na construção da barragem de Capivara e o curso técnico de operador de máquinas, davam-lhe a noção e o conhecimento de como era o funcionamento deste tipo de serviço, cuidados, riscos, adaptação ao ritmo de produção, todos os desafios de uma ocupação diferente da habitual realizada em seu passado, na roça.

Odirlei: Então, o senhor antes de vir para trabalhar na usina já tinha uma experiência na Capivara?

Valdizar: Já tinha, tinha trabalhado 3 ano.

Odirlei: Facilitou isso?

Valdizar: Facilitou. Uma puxa a outra, né? Porque você já tem mais coragem, já tem um pouco de experiência, já era operado de máquina, bem diferente de quando eu saí da roça pra, né? Dá roça pra i pro primeiro emprego.

Odirlei: E tem que ter coragem pra trabalhar na usina?

Valdizar: Tem que te muita coragem.

Odirlei: Por que?

Valdizar: Porque ali é sempre perigoso, né? Sempre acidente, sempre acontece, então cê tem que tê o máximo de cuidado, né? E procurá trabalhá direito, porque ali na usina você não pode errá duas vezes, aqui na Unicon era assim, você erra só uma vez já era dispensado então cê tinha que tê muita atenção. Muito cuidado (SILVA, 2007).

Sua narrativa aponta para as dificuldades que teve que superar quando iniciou os trabalhos na barragem, classificando como mais perigoso, necessitando de cuidados para não provocar acidentes. A escolha de trabalhar na barragem de Itaipu, mesmo sendo atividades perigosas na sua função, que dispunha de cuidados para evitar erros que pudessem ocasionar sua dispensa, foi alimentada pelo desejo e a expectativa desse “grande futuro”.

O reconhecimento da divulgação projetada pelos trabalhadores sobre a construção influenciava, na decisão de outros tentarem empregar-se na obra. Outra forma eram as indicações e referências dadas por parentes que já estavam trabalhando na barragem, dando apoio financeiro e facilitando o processo de contratação. Como o caso do trabalhador João Honório Neto, a convite de seus cunhados, em 1980 quando ficou desempregado em São Paulo.

Odirlei: Como o senhor soube da construção?

João: Eu fiquei sabendo que eu tinha meu cunhado aqui, né? Eu vim passeá na casa dele, e ele fez a proposta pra mim: “se você quisê trabalhá aqui, eu vou arrumá emprego pra você”. Aí foi o que deu né? Aí foi o que deu, fiquei quase um mês parado aí na casa dele, aí quando eu consegui trabalhá na obra já entrei direto, não precisei fazê teste nada (NETO, 2007, entrevista).

Ao mencionar que não precisou fazer teste para entrar na barragem, João estava se referindo à experiência que adquiriu desde os seus quatorze anos, quando entrou em uma marcenaria para aprender

este ofício, permanecendo até os dezoito anos sem ter salário fixo. Esta profissão segundo João, possibilitou deixar de trabalhar com os pais e irmãos como boia-fria, catando e limpando algodão, colhendo e carpindo as plantações de café. Desde então, trabalhou como marceneiro em diversas empresas até iniciar os trabalhos na barragem de Itaipu, quando chegou de São Paulo e recebeu a ajuda do cunhado para se estabelecer no emprego e na cidade, narrando este período cheio de obstáculos que teve que superar com a família.

Odirlei: E quando o senhor veio? Quando veio de São Paulo pra cá?

João: Foi bom. Passei dificuldade, claro, nos primeiro mês, meu dinheiro acabou senti dificuldade, tive a ajuda dos meus cunhado que me ajudaram, né? Chegava no fim do mês um me dava um pouco, outro me dava outro. Porque fiquei uns mês parado, fui comendo, comendo, comendo aí acabou o dinheiro, acabou tudo. Aí comecei trabalhá aqui aí com mais trinta dias, ia recebê só daqui a trinta dias, aí eles me deram uma mão, me ajudaram, inclusive eu morei junto com um, uns tempo até aplumá minha situação. Aí quando aplumei fui me virá, fui pagá aluguel.

Odirlei: O senhor foi entrar em fevereiro de 81, aí depois trouxe a família?

João: Aí como minha muié falou, foi em abril, né? De 81memo eu trouxe a família, aí fiquei morando na casa do meu cunhado, ali fiquei morando um tempo na casa dele, até ganhá casa, ganhá não, eu aluguei um casa ali no Jd. Carla [...] Aí ganhei casa lá no Paraguai, quando eu ganhei casa no Paraguai aí eu mudei lá pro Paraguai. Aí fiquei lá nove meis lá no Paraguai, aí vim pra cá, morei [...], aí vim pra qui e tô até hoje. E daqui só Deus me tira.

Odirlei: Na casa do seu cunhado que o senhor ficou morando ficou vocês cinco, mais quantos da parte dele?

João: Da parte dele tinha mais três, sem ele e a muié.

Odirlei: Cinco também. Dez pessoas morando numa casa?

João: Dez pessoa, então morava no quarto, no quarto eu dormia tudo com meus filhos que dormia tudo. A casa era grande, três quartos. Um quarto era dele, um quarto das crianças dele, as minhas crianças dormia com as crianças dele, né? E eu dormia num quarto e as crianças no outro.

Odirlei: Ficou muito tempo assim?

João: Quanto tempo à gente ficou ali na casa do Quinha? Esposa: 6 meses [...] (NETO, 2007, entrevista).

A trajetória desse trabalhador possibilita visualizarmos algumas das dificuldades que muitos tiveram ao chegar à cidade de Foz do Iguaçu, sem mencionar aqueles que não conseguiram ser contratados pelas empresas que estavam construindo a barragem. O companheirismo e a solidariedade de familiares possibilitaram superar transtornos iniciais, como no caso do trabalhador João, a mudança com a esposa e filhos para conseguir emprego em outro estado. Não havendo casas disponíveis no bairro Conjunto “C” na margem esquerda da barragem – no seu caso não tinha condições de pagar aluguel – os trabalhadores eram alojados momentaneamente nas vilas construídas pela barragem do lado paraguaio – margem direita – até ter disponível uma residência do outro lado da margem do rio Paraná. Mas isso poderia levar alguns meses ou anos.

Passando por estes transtornos assim que chegou a Foz do Iguaçu, este trabalhador quando indagado se pensava retornar para São Paulo, apresenta que tinha como intenção permanecer até conseguir sua aposentadoria,

João: Não. Minha vontade era de vencê, trabalhá e porque não adianta cê ficá correndo o mundo, cê tem família, cê tem que chegá num lugá e aposentá chega e fica naquele lugá não adianta cê corre o mundo. Fica correndo o mundo, a família sofre, os filhos. Meus filhos tão aqui, tá tudo bem empregado, graças a Deus, né? Meus filhos aí tá tudo bem, e eu tô aqui também empregado, tô aposentado. Trabalho e aposentado, tô bem. Então quée dizê chegô, parei aqui memo (NETO, 2007, entrevista)

Ao lembrar da decisão de trabalhar na barragem e suas dificuldades iniciais, João deixa claro as opções, os interesses e os objetivos que o trouxeram para Foz do Iguaçu. Assim, não podemos dizer que os trabalhadores ao enfrentarem as dificuldades iniciais de se habituar na cidade e superar os problemas financeiros não tinham o interesse de permanecer na cidade, já que aquilo que os motivou a migrar para este lugar foi possível realizar-se com o passar dos anos, como sustentar a família, educar os filhos, comprar a casa própria e aposentar.

A expectativa de emprego numa grande obra preteria as aspirações dos trabalhadores que se mudavam para Foz do Iguaçu. Outro trabalhador entrevistado que veio influenciado por familiares foi Osval-

do Cardoso Ribeiro em 1979. Antes de vir para Foz do Iguaçu, trabalhou como vendedor ambulante, comerciante, motorista e na roça. Ao chegar na cidade foi trabalhar como motorista na empresa do cunhado que prestava serviços para Itaipu.

Oswaldo: [...] é que daí meu cunhado veio pra cá né? Eu tava em Campinas, aí terminou o serviço lá em Campinas aí nós veio pra cá. Mais aí já tinha um irmão dele pra cá. É dois cunhado aí. Esses caminhãozinho. Aí eu vim pra cá, vai te vaga aqui, vão fichá aqui. Chegamo lá disse que não tinha vaga. Chegamo em janeiro não tinha.

Odirlei: Janeiro de 79?

Oswaldo: É. Aí não tinha vaga. Aí fiquei com eles, arrumou um crachá pra mim entrá ali dentro, aí fiquei trabalhando com os caminhãozinho deles. Aí quando surgiu vaga pro transporte pesado, pesadão memo, concreto aí eu já tava na fita. Nem teste prático eu fiz, porque eu já tava com caminhão entregando os bandeco lá pro setor de transporte o encarregado via que eu tava andando pra tudo aí quando deu, foi lá no trecho avisá eu pra mim trazê a carteira. Entreguei lá e continuei com o caminhãozinho, aí uns dois dia, vem amanhã cedo pra trabalhá. [...] Dali eu já emendei, só que eu continuei morando lá alojado. Aí surgiu é um absurdo falá pra você. Morá na Área 6 [Paraguai]. Ixi! Morá na Área 6. Vixi! Ninguém quiria, não na época eu falei não eu não vou. Aí tu vê a família lá ou aqui né? Era sofrido ficá aí alojado né? Aí eu peguei uma casa pra mim, olhei acho que dá pra enfrentá os cunhado, enfrentá a muié, né? Mais foi embora, chegamo aí tudo diferente, isquisito né? Pra nós saí dessa Área 6 pra vim pra cá deu trabalho. Quando ganhamo uma casa aqui daí (CARDOSO, 2007, entrevista).

Por ficar desempregado em Campinas, onde trabalhava anteriormente, chegou à Foz do Iguaçu para obter emprego na construção influenciado pelos parentes. Durante cinco meses, Oswaldo ficou aguardando abrir vagas na barragem. Enquanto isso, trabalhou com o caminhão da empresa dos cunhados transportando marmitta para o canteiro de obras.

Observa-se em sua fala que era utilizado pela empresa antes de fazer a contratação o teste prático, que no seu caso não foi necessário, já que trabalhava nas mesmas atividades que os demais trabalhadores, só que para outra empresa.

Oswaldo teve como primeira experiência morar em outro país, apresentando a mesma trajetória, a partir da contratação pelo Consórcio UNICON, que o trabalhador João, quando ambos receberam o direito de morar na casa cedida pela barragem no Paraguai, livre das despesas de água, luz, aluguel. Mas, no caso deste trabalhador, a família estava

em Apucarana/Pr e gostaria de sair do alojamento do canteiro de obras. Contudo, na narrativa de Osvaldo, evidenciou que a infraestrutura da hidrelétrica para os operários foi se constituindo na medida em que estavam sendo contratados e que eram alertados por outros companheiros sobre as condições e o descontentamento com aquele lugar. Em outro trecho da sua entrevista, a qual será analisada posteriormente, a empresa passou a minimizar os problemas a partir das reclamações e resistências dos operários em residir naquele país.

O trabalhador Odélio Batista, mais conhecido na construção e no bairro que mora como Tizio, aponta que o motivo da vinda para Itaipu foi o término da barragem de Cachoeira do Marimbondo, onde foi dispensado e influenciado pelos companheiros que já estavam trabalhando na barragem. Ele também apresenta as dificuldades enfrentadas com a adaptação na cidade e a recusa em morar nas casas cedidas pela empresa no lado paraguaio.

Odírlei: O senhor estava desempregado, aí veio pra cá tentar [...]

Tizio: Aí viemo pra cá. Aí chegemo aqui pra ficá pouco tempo também, negócio não era ficá muito tempo. Chegemo aqui, fichemo logo nos dia frio, pelo amor, aqui fazia um frio qui nós trabalhava aí lá pras dua hora, três hora da manhã vinha um café pra nós. Você descia da máquina ficava 15 minuto, dava 10 minuto pra tomá o café, tomava um cafezinho um pãozinho pra comê quando subia na máquina o capu tava igual esse papel branquinho de gelo. E o motô por baixo naquele tempo era nova, assim bem forrada por dentro, a gente não aguentava o frio, né? Puxa vida, mais que frio nessa Foz do Iguaçu, a eu não vou ficá muito tempo aqui não. Aí foi indo, foi indo os engenheiro ali sempre falando traz a família pra cá, eles quiriam que eu fosse pro Paraguai. Ah não, Paraguai eu não vou não. Tem uma turma aí que tinha mudado pra lá e já tá arripindido, né? Água tinha dia que tinha, outro dia não tinha e quando chegava aquela água gelada era água com barro, né? Tinha pião quando trazia almoço de casa, precisa ta tirando por cima assim por cima aquela terra da comida. Aí eu um dia falei pro seu Luiz Coutinho que era engenheiro, acho que é mió vocês me mandá embora do que eu tô aqui minha família lá contando dois gasto, quando vou pra lá tô gastando, venho pra cá to gastando, né? Aqui ainda tenho que lavá roupa uma coisa outra aí ele disse: "não rapaz esquentá cabeça não, arruma uma casa aí, traz a família". Aí um dia saí eu e um colega meu aí, nós fomo em Santa Terezinha arrumemo uma casa (BATISTA, 2007, entrevista).

A chegada à Foz do Iguaçu, os trabalhadores que vinham para trabalhar na Itaipu traziam consigo, além da expectativa de conseguir emprego na construção, a experiência adquirida em outras barragens.

Embora Tizio tenha trabalhado na roça desde os quatro anos de idade, veio para Itaipu com a experiência de ter percorrido várias construções de barragens ao longo de sua vida, Promissão/SP (1968-1969), Cachoeira do Marimbondo/SP e MG (1970-1974 / 1975-1976), Canal São Simão/GO (1974), Itaipu Binacional/PR (1977-1991). Este trabalhador, se somarmos com os anos que esteve empregado na barragem de Itaipu, trabalhou mais de vinte anos da sua vida nesta ocupação e em várias regiões do país.

Na fala de Tizio, a primeira intenção não é se estabelecer na cidade, passar apenas uma temporada, por mais que a construção fosse projetada até o final da década de oitenta. As condições iniciais oferecidas pela infraestrutura da cidade, no começo das obras na usina e das áreas reservadas para os trabalhadores estavam sendo um dos empecilhos da sua permanência. O outro motivo era o clima: vindo de uma região mais quente, teve dificuldades para habituar com o inverno rigoroso da cidade. Além disso, a família permaneceu na cidade de São José do Rio Preto/SP, onde residiam, dificultando sua adaptação por mais que dependesse deste emprego para mantê-la. Assim, este trabalhador avalia que só permaneceu na construção, pois foi possível trazer sua família para morar em Foz do Iguaçu.

Aí fui pra São José do Rio Preto e truxe o pessoal pra cá, pra vim. Aí já começou a melhorá um pouco lá, né? Trabalhá tem que trabalhá em todo lugá memo, né? A gente já tá fichado aqui, a família tá aqui, já não tem mais aquela dor de cabeça de ficá aqui e a família lá, naquele tempo era difícil de você i pra São José do Rio Preto, difícil memo, né? Você pegava o carro aqui ia até Londrina. Londrina você chegava lá meia noite, uma hora da manhã aí cê tem que esperá de novo até sete hora da manhã do outro dia pro cê pegá um carro pra i pra São José do Rio Preto, né? E esse carro ia passando para um lado, passando pra outro cê chegava lá cinco, seis hora da tarde dava quase dois dias de viaje e hoje cê sai cedo daqui, sai de noite daqui no outro dia você amanhece lá, i a estrada muito ruim. Aí a família veio pra cá já que tem que trabalhá então vamo trabalha. Aí melhorou cem por cento, aí a molecada já entro na escola, os colégio muito bom, você chego a estudá no Anglo, né? Colégio muito bom. E muita gente conhecida foi chegando também, muita gente conhecida foi chegando [...] (BATISTA, 2007, entrevista).

Para Tizio, o trabalho se apresenta como a única possibilidade para criar a família. Este significado desenvolvido pela classe trabalhadora se dá pela educação, tradição, costume etc., o que estabelece um

entendimento das exigências do modo de produção capitalista como se naturalizasse a venda de sua força de trabalho (MARX, 1988), “*trabalhá tem que trabalhá em todo lugá memo*”. Por sua vez, as dificuldades enfrentadas na separação da família expressam valores e uma importância que ela tem nesse processo, o que, em determinado momento vai dar outros sentidos ao trabalho. Assim, o motivo de sua chegada é compreendido como uma ocupação da qual poderia ter um salário que garantisse sua sobrevivência cotidiana, e também a realização de expectativas e a possibilidade de um futuro melhor para ele e sua família.

A narrativa deste trabalhador indica que o salário era determinante na escolha de trabalhar na barragem. No entanto, outros elementos são evidenciados como a família ao seu lado e a residência. Isso aponta para algumas das condições específicas que se referem à infraestrutura que a barragem deveria construir para atrair os trabalhadores, além de ofertar um salário melhor. Assim sendo, os depoimentos desses trabalhadores demonstram que a infraestrutura da barragem de Itaipu para atender os operários foi sendo realizada e melhorada a partir das insatisfações destes sujeitos no processo da chegada e durante a construção. Portanto, os trabalhadores agiam como sujeitos nesse processo, uma vez que expressavam interesses e condições como critérios para permanecerem no trabalho da barragem e na cidade.

Neste aspecto, a projeção da infraestrutura para atender os trabalhadores é ressignificada pela administração da obra. Isto é, utilizada como marco de qualidade em se tratando de condições de trabalho, a imagem de responsável e preocupada com o bem-estar de seus trabalhadores, além de ser um mecanismo de propaganda para atrair a mão de obra especializada. Estas questões são utilizadas na confecção da memória produzida pela direção da Itaipu, em que a infraestrutura se estabelece como marco divisório a BR-277, sendo que do lado direito estavam os trabalhadores ligados à construção da barragem e do lado esquerdo os moradores da cidade.

A construção das vilas residências em uma área próxima à usina e, portanto, longe do centro da cidade, serviu como arma para os setores mais resistentes à nova realidade, que traçavam a rodovia BR-277 como fronteira entre a “cidade de cá”, dos habitantes nativos, e a “cidade de lá”, dos forasteiros, que chegavam com bons salários, ga-

rantia de moradia e assistência médica para a família, além de outras vantagens, como escola para os filhos, clube social, quadras esportivas e centros comerciais, transporte para o trabalho e para os colégios. O programa de apoio aos trabalhadores foi feito nos mesmos moldes de outras hidrelétricas para atrair os barrageiros e os melhores técnicos e engenheiros para Itaipu. A conquista da “nata” dos profissionais do setor no Brasil foi possível não apenas graças a esses atrativos e à grandeza do desafio, mas também a uma circunstância favorável: as grandes obras do setor elétrico, como Marimbondo, Ilha Solteira e Itumbiara, além de Itaúba, Tucuruí e Salto Santiago, entre outras estavam em fase de conclusão e a tendência natural para os barrageiros [...] era seguir para a fronteira com o Paraguai, no Oeste do Paraná (MONTEIRO, 1999, p. 58).

A construção dos bairros foi concebida enquanto um projeto, segundo noticiado pela empresa como marco divisório da BR-277, como “a cidade de cá, dos habitantes nativos, e a cidade de lá, dos forasteiros”. Esta divisão faz sentido para esta análise, quando considerada a partir dos interesses que levava a empresa a realizar esta construção. Entretanto, a edificação foi se articulando e se fazendo a partir das relações com a cidade, mas constituindo-se por dinâmicas distintas, que diz respeito ao controle da vida e trabalho de seus funcionários, estabelecendo horários controlados e vigiados pela segurança privada da hidrelétrica, em se tratando da entrada e saída dos moradores e visitantes. Portanto, a projeção da infraestrutura da barragem não foi cedida aos trabalhadores como benefício ou privilégio, muito menos, para caracterizar as diferenças entre os dois polos na cidade. Mas, deve ser entendida como necessária para estabelecer níveis aceitáveis de produção e na realização das metas e prazos das obras.

Não concebo que tal infraestrutura organizada para atender os trabalhadores foi algo peculiar na construção de Itaipu, já que a própria empresa reconhece que o modelo é o mesmo utilizado em outras barragens, mas que inicialmente adotou-se para os fins de atrair mão de obra qualificada ou experiente em construções de barragens. Porém, estas eram ao mesmo tempo, necessárias para o controle e a extração do máximo de produção dos trabalhadores.

De 1975 a 77, foram construídas 5,1 mil casas – 2.708 na margem esquerda do rio, junto à cidade de Foz do Iguaçu, e 2.392 na margem direita, entre as cidades de Porto Presidente Franco e a colônia Porto Stroessner. Em 1978, foram construídas mais de 3.960 habitações, 2.227 na margem esquerda e 1.733 na direita (MONTEIRO, 1999, p. 58).

Estas casas abrigavam trabalhadores que exerciam diferentes cargos na construção: engenheiros, diretores, técnicos e ajudantes de serviços gerais, de trabalhadores com ensino superior completo entre outros que mal sabiam escrever seu nome. Assim, a administração da obra estabeleceu critérios para selecionar, organizar e distribuir os moradores nas vilas, por exemplo, os funcionários da Itaipu Binacional residiam nas Vilas “A” e “B” e das empreiteiras que tinham pouca escolaridade e exerciam as funções braçais na obra e outros, eram encaminhados para o Conjunto “C”, quando houvesse casas disponíveis.

A edificação dessas casas corresponde à necessidade da realização do Projeto Itaipu que estava organizado a partir das metas de produção. Esta infraestrutura se constitui perante a empresa, essencial para o predomínio do excelente padrão de produtividade, por parte do contingente humano que nela atuava. No Relatório Anual referente ao ano de 1982, divulga-se sobre este processo:

Há uma notória relação de causa e efeito entre, de um lado o desempenho em atividades na área do projeto de Itaipu, e do outro lado, a categoria do apoio físico e social que a Entidade Binacional proporciona ao contingente humano e a seus familiares na área do projeto [...]. Em 1981 [...] continuava a predominar expressivo padrão de produtividade por parte do contingente humano na área do projeto de Itaipu, estimulando, entre outras circunstâncias, pela existência, desde o início da obra, de um ambiente sadio nas relações de serviço, de trabalho e no relacionamento social entre diversos grupos existentes [...] a [...] infraestrutura física e social implantada pela Itaipu em exercícios anteriores e que vem sendo mantida administrativamente, em excelente nível de funcionamento [...] entre outras facilidades: ótima alimentação no canteiro de obras, residências confortáveis, bem como instalações de saúde, de educação e de lazer, todas excelentemente equipadas (Itaipu Binacional, 1981, p. 15).

Neste relatório, que se propõe a fazer uma síntese anual das principais realizações da construção da usina, aspectos econômicos e financeiros desde 1974, evidenciou de maneira única a concepção de planejamento das atividades no canteiro de obras que supostamente facilitaria estabelecer maior controle dos trabalhadores na sua área de influência, com a finalidade de constituir um *“ambiente saudável nas relações de trabalho e à harmonia social dos diversos grupos existentes.”* Poder-se-ia, ainda, acrescentar a esta infraestrutura mencionada, a alimentação dos trabalhadores para que pudessem repor suas energias e

retornassem ao trabalho, de forma que não interferissem na racionalização da produção.

Percebemos que, a infraestrutura apresentada e direcionada para os trabalhadores é reconhecida e aprovada por eles, mas isso passa a ser entendido a partir de outras circunstâncias. Na medida, em que a construção necessitava de mais trabalhadores, o número de casas foi sendo aumentado nos bairros administrados pela hidrelétrica. O bairro Conjunto “C” arquitetado no lado brasileiro, sendo o mais próximo do canteiro de obras, destinava-se aos trabalhadores casados e que executaram os serviços braçais no canteiro de obras. Inicialmente, foram construídas 1.300 residências, mas no decorrer das obras esse número aumentou para 2.900. (Revista Construção Pesada. 1979, p. 176)

Embora, as construções das residências foram sendo ampliadas no andamento da barragem, os trabalhadores quando chegaram à cidade, tiveram problema em conseguir de imediato a casa, como o exemplo de Osvaldo, assim que contratado pela UNICON, ganhou casa na Área 6, bairro localizado no Paraguai, para trazer sua família e sair do alojamento da empresa.

No começo a gente achava estranho era as paraguaias, porque ia conviver com um, num país que a gente, entende? Não tinha nada a vê. Só que a Itaipu nessa área aí ela ajudou muito. Tipo ela pegava as crianças e trazia pra cá, tinha ônibus pra pegar a mulher pra, os homens não só quando tava de folga, ou quando trabalhava uma semana de noite e outra de dia, aí vinha pra cá fazer compra. Toda a semana, duas vezes por semana tinha os ônibus que pegava o pessoal que vinha por lá pra fazer compra. Então nessa parte favoreceu muito, mesmo lá na Itaipu, Unicon oferecia gênero de primeira necessidade, assim, feijão, arroz. Então nessa área ela ajudou muito e tudo baratinho, o que você comprasse deles ali, tudo preço, eles não visava lucro, né? Tinha pão, leite, de manhã passava a caminhonete entregando pão, entregando leite (CARDOSO, 2007, entrevista).

A fato de estar longe da família há mais de um ano, viajando a cada dois meses, pesaram na decisão para aceitar morar na casa cedida pela empresa no bairro construído do lado do Paraguai. Embora todos os moradores deste lugar também trabalhassem no canteiro de obras, se sentiu desconfortável em conviver em um país que não fosse o seu. Porém, a empresa interessada na produtividade dos trabalhadores, colaborou para amenizar este desconforto inicial até conseguir mudar-se

para o bairro construído no Brasil.

Residir em outro país implicava em distanciar de antigas práticas e de estratégias criadas que emergem, com o forjamento de outros modos de vida, entendidos como disputas. Durante três anos este trabalhador residiu neste bairro, evidenciando em sua fala uma possível adaptação no convívio com os paraguaios, devido à prestação da empresa para suprir as necessidades básicas, mudando seu posicionamento inicial, quando ganhou a casa, conforme foi apresentado. A construção dos bairros para os trabalhadores e o apoio social mencionado teve como dinâmica contribuir para o viver e trabalhar desses sujeitos, como narrou Osvaldo, evitando assim, as viagens de funcionários para visitar a família em outras cidades.

Osvaldo: A firma dava dois, aí cê domingo não trabalhava aí cê interava. Porque lá era o seguinte, você trabalhava lá uma semana de dia e outra di noite, domingo você pega de manhã, se trabalhasse domingo de manhã aí você ia saí segunda de manhã, aí cê ia pra casa dormi de noite cê voltava. Então domingo que você não pegava, que ia pegá à noite cê saía naquele domingo, como ela dava segunda e terça, aí eu ia e voltava que era dois dia. Aí saía no sábado à noite.

Odirlei: Mas era por mês que ela dava esses dois dias?

Osvaldo: Ela dava, não lembro se era de um mês ou em dois e dois meses. (CARDOSO, 2007, entrevista).

A formação de novos bairros em Foz do Iguaçu deve ser compreendida a partir do interesse da empresa em atender as necessidades das rotinas de trabalhos para construção da barragem com jornadas de 10 a 12 horas. Com isso, ocorreu à reorganização de alguns espaços urbanos da cidade com a constituição das vilas residenciais de Itaipu registrado pela empresa como algo positivo e que despertava em outros segmentos da cidade o estabelecimento do marco divisório da BR-277.

Os trabalhadores das empreiteiras que tinham pouca escolaridade e exerciam as funções de ajudante, motorista, feitor, apontador, sinalheiro, carpinteiro, pedreiro, encanador, entre outros, eram encaminhados para o bairro Conjunto “C”. Este bairro era constituído por uma diversidade de trabalhadores que já tinham experiências com as rotinas e os trabalhos na construção de barragens, do mesmo modo trabalhadores que estavam saindo de outras ocupações para ingressar nesta atividade.

de, quando muitos ainda não tinham a experiência de morar em uma casa com tais características.

A maneira como os trabalhadores avaliaram a casa cedida pela empresa está impregnada de sentidos, significados e historicidade, como narra Valdizar ao ser indagado sobre a moradia cedida aos trabalhadores da construção da barragem:

Valdizar: Entrei aqui em, no dia 05/11/1977.

Odirlei: Então era confortável a casa?

Valdizar: Eu achei, porque da onde eu vim, quando eu cheguei aqui falei, tô numa mansão. Que eu pagava aluguel era duas pecinha ali no fundo, na cidade, não tinha água, não tinha nada. Era um problema, cheguei aqui, casa com água, luz e tudo e não pagava nada pra mim foi uma melhora boa do dia pra noite (SILVA, 2007, entrevista).

O bairro operário Conjunto “C” construído entre os anos de 1977 a 1979, na margem brasileira, para abrigar provisoriamente os trabalhadores da usina, sendo duas de 2 quartos e duas de 3 quartos, cuja área total é de 280 m². A casa de dois quartos tem 60m², e a de três tem 80m². Essa era a construção mais simples, barracões de blocos de concreto, divididos com parede meia em quatro residências, cobertos com zinco e forro de isopor. Mesmo assim, Valdizar narra que as condições de moradia que tinha antes de residir neste lugar edificado pela empresa, faz esse trabalhador avaliar como uma “mansão”, a casa oferecida a ele, pois deixou de pagar aluguel, água, luz diminuindo desta forma as despesas pessoais.

As dificuldades que os trabalhadores tiveram para ingressar na empresa e depois conseguir a casa no bairro dos operários da construção da barragem se estabeleceram como sujeitos ativos que buscaram modificar suas condições de vida. Este terreno comum de experiências e compartilhado de possibilidades foi para esses trabalhadores, quando migraram para Foz do Iguaçu, convidados por amigos, parentes ou agenciados de outras empresas determinados pela intenção de melhorar o salário. Após aguardarem em casas de parentes, ou pagando aluguel – algumas fora de Foz – ficarem no alojamento, buscou-se consequentemente, trazerem a família, vislumbrando melhorar as condições para criar os filhos com a “seguridade” no emprego proporcionada pela barragem.

Portanto, no início das obras o aumento de casas construídas a partir de 1977 até 1979, ocorreu para responder a demanda dos trabalhadores que queriam trazer suas famílias ou assegurar sua presença com a oferta da casa. De modo a responder às necessidades dos trabalhadores que determinou ao final dos trabalhos de responsabilidade do Consórcio UNICON à permanência do bairro quando inicia a venda das casas a partir de 1991/1992 e não demolidas, conforme o planejamento inicial da Itaipu.

Neste mesmo período, de finalização do contrato de prestação de serviço do Consórcio UNICON, ocorria a demissão dos trabalhadores e a desmobilização de uma parte da infraestrutura que atendia esses operários

As residências do Conjunto “C” colocadas à venda nesse período passaram a manutenção dos serviços de saúde, educação, segurança e outros, para a Prefeitura da cidade. Após o repasse ao governo municipal, o bairro vivenciou várias mudanças, principalmente no que se refere ao número de desempregados, aumento da violência, aparecimento de ocupações em terrenos baldios, etc. Esta mudança é reconhecida pela maneira de avaliar dos trabalhadores presentes nas duas formas de administração que o bairro presenciou durante a construção – isentos de algumas despesas – e depois do término das obras, quando inclui o pagamento das taxas de água, luz, iluminação pública, conseqüentemente, aumentando o custo de vida desse grupo de pessoas.

Definitivamente, a “projeção racional” da Itaipu Binacional e suas empreiteiras na edificação de casas e no planejamento de demolição delas após o término da construção foram ao longo das obras constituídas a partir das dinâmicas dos trabalhadores. Neste sentido, que estou propondo refletir sobre o trabalho na vida desses operários, o que permite também compreender seu significado mais do que uma ocupação ou um salário para garantir sobrevivência cotidiana.

Enfim, a realização de expectativas e a possibilidade de um futuro melhor para ele e sua família, determinando a chegada em Foz do Iguaçu pelo salário ofertado, vão se constituir no canteiro de obras as relações antagônicas entre aos interesses da empresa que buscava com o ritmo

de produção, o controle, a vigilância sobre os trabalhadores extrair da sua força de trabalho a produção suficiente, neste caso, construir a hidrelétrica de Itaipu.

Referências

- KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In FENELON, D. R. (Org.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. Olho d'água, maio/2004.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- PORTELLI, A. A Filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, v. I, n. 2, 1996.
- PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral. **Revista Projeto História – Cultura e Representação**, n. 14, p. 7-24, 1997.
- THOMPSON, E. **Costumes em Comum**. São Paulo. Companhia da Letras. 1998.
- WEBBER, D. **FOZ em números**. S.W Pesquisa S/C Ltda. FI, 2003.

Documentos

- Jornal **Canal de Aproximação**, Foz do Iguaçu, janeiro/87; janeiro/fevereiro/ 1988; junho/1989.
- MONTEIRO, N. **Itaipu, a luz**. Curitiba, Itaipu Binacional/Assessoria de Comunicação Social, 1999.
- Itaipu Binacional. **Relatório Anual**, 1981.
- Revista Construção Pesada**, 1979.

Entrevistas

- CALICCHIO, Ademar Casado. Entrevista realizada pelo autor em 31/01/2007, em sua residência.
- BATISTA, Odélio Batista (TIZIO). Entrevista realizada pelo autor em 10/11/2006, em sua residência.

NETO, João Honório. Entrevista realizada pelo autor em 26/03/2007, em sua residência.

RIBEIRO, Osvaldo Cardoso. Entrevista realizada pelo autor em 25/03/2007, em sua residência.

SILVA, Valdizar Luiz da. Entrevista realizada pelo autor em 26/01/2007, em sua residência.

PARTE II

PSICOLOGIA, SAÚDE E SOCIEDADE

4. CONFIGURAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO REJEITO: apontamentos sobre o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG¹

Milena Maciel de Carvalho
Simone Santos Oliveira

1. Introdução

Neste capítulo, são apresentados alguns apontamentos sobre os resultados da pesquisa de doutorado da primeira autora (CARVALHO, 2019), realizada entre os anos de 2015 e 2019. O estudo teve como foco apresentar, a partir dos aspectos psicossociais e da promoção da saúde, caminhos para uma intervenção integral em desastres. Dentre os eventos estudados, insere-se o do rompimento da barragem de Fundão em 2015, pertencente a Samarco Mineração S.A., na cidade de Mariana, em Minas Gerais.

Este evento é considerado o maior desastre socioambiental do país e o maior desastre mundial envolvendo o rompimento de barragem de rejeitos (BARRETO *et al.*, 2020; ZORZAL E SILVA *et al.*, 2019). O estudo teve como um dos objetivos analisar as ações e necessidades psicossociais nesse contexto, bem como identificar elementos facilitadores e dificultadores de ações efetivas de promoção da saúde e suporte psicossocial.

O rompimento da barragem de Fundão, no dia 05 de novembro

¹ A pesquisa de doutorado referenciada neste capítulo foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - e do Programa Bolsa Nota 10, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

de 2015, teve como consequências mortes, interrupção de atividades de sustento de centenas de famílias, especialmente as ribeirinhas, contaminou o sistema fluvial e tem impactado a vida de milhares de pessoas ao longo do Rio Doce e seus afluentes. Tais danos, muitos irreparáveis, repercutem até o momento atual, seis anos depois do rompimento. O evento também jogou luz ao contexto da mineração brasileira, à forma como se processam os licenciamentos, regulações e fiscalizações na área, expondo os impactos da atividade mineradora na territorialidade e na construção socioeconômica e simbólica de muitas comunidades (COTA *et al.*, 2020; DIAS *et al.*, 2016, WANDERLEY *et al.*, 2016).

Com o rompimento da barragem, que pertence a Samarco, uma *joint-venture* das empresas Vale (brasileira) e BHP Biliton (anglo-australiana), foram despejados ao longo de mais de 700 Km de extensão, um volume estimado de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério. Calcula-se que desse montante cerca de 34 milhões de metros cúbicos tenham atingido a barragem de água de Santarém, tornando os rejeitos mais fluidos (liquefação) e aumentando seu volume, que foi lançado na Bacia do Rio Doce. A lama devastou municípios, como Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues (BARRETO *et al.*, 2020; COELHO, 2015; MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Apesar da Samarco contestar relatórios que indicam a alta concentração de metais pesados na lama gerada pelo rompimento da barragem, muitos estudos apontam ao longo dos anos que os rejeitos de mineração ainda produzem impactos e riscos à saúde humana e animal, além do impacto ambiental (GRUBBA; MONTEIRO, 2018; EXAME, 2015; CORDEIRO *et al.*, 2019; BASTOS *et al.*, 2017; GREENPEACE, 2017).

Os riscos e efeitos deste desastre se estendem além dessas contaminações, impactando de maneira decisiva a saúde psíquica das populações atingidas. Os aspectos psicossociais, foco deste estudo, são compreendidos como componentes-chave de análise, tanto das necessidades dos atingidos² como das estratégias de ação mais efetivas após

² Neste capítulo, assim como no estudo de doutorado a que ele se refere, o termo *atingido* é utilizado para nos referirmos às pessoas que foram afetadas/impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG. Esta é a terminologia adotada pelos próprios atingidos pelo desastre/crime da Samarco. O uso do termo, segundo os atingidos, é uma forma de fortalecimento da causa pela luta e reconhecimento de direitos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016; VAINER, 2008). O conceito de *atingido* tem

o rompimento da barragem. Nesta perspectiva, considera-se o cuidado e a saúde em sua integralidade, ou seja, a partir das diferentes dimensões do sujeito e do contexto social. Assim, o termo *psicossocial* abrange múltiplas dimensões, como a física, social, psíquica, material, espiritual e simbólica, não se restringindo exclusivamente a uma concepção voltada apenas para o campo da Saúde Mental, como tem sido apresentada em muitas discussões na literatura internacional e nacional (PAIVA, 2013). Tal entendimento, tende a compreendê-los por um prisma individualizante e focado no apoio clínico psicológico e psiquiátrico, o que se mostra limitador e patologizante. Entendemos que “essa forma de compreensão que individualiza o cuidado em detrimento do cuidado coletivo, acaba reforçando uma tendência mundial de fazermos uma leitura dos fenômenos sociais pela ótica biomédica, oferecendo também respostas por essa lógica” (CARVALHO, 2019, p. 311), além de desconsiderar em certos casos as vulnerabilidades sociais estruturais. Essa perspectiva de particularização, de responsabilização em função do sintoma, pode contribuir para que o Estado se exima de intervir em questões estruturais, desconsiderando os aspectos sociais como fatores psicossociais. É fundamental que a compreensão sobre sintomas, queixas, saúde e adoecimento considere os mesmos como resultado de uma dinâmica social atravessada pelas vulnerabilidades e não como meramente representativos de um cenário epidemiológico.

Os aspectos psicossociais, no contexto de desastres, precisam levar em conta todas essas dimensões mencionadas e os recursos existentes naquele contexto específico, dando voz aos atingidos e ao que já vem sendo vivido e construído naquele espaço social.

2. Processos de vulnerabilização do território atingido

Um dos componentes centrais atrelados à ocorrência de desastres é a vulnerabilidade prévia do contexto em que ocorrem. Nesse sentido, quando avaliamos o cenário do rompimento da barragem de Fundão,

sido alvo de polêmicas no processo de reparação, sendo defendido pelos movimentos sociais como um termo que deve abranger todos os que têm sido impactados com o desastre (XAVIER, VIEIRA, 2016; MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

é importante que de antemão tenhamos a compreensão de que uma série de aspectos contribuíram para o cenário que se configurou. Diversos estudos indicam a situação de negligência da Samarco em relação a um possível rompimento da barragem, reforçada pela prática do auto monitoramento das mineradoras no país e pela ausência de fiscalização das mesmas (WANDERLEY *et al.*, 2016; MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Nessa linha de raciocínio que defendemos, a fase da reconstrução no desastre, por exemplo, se mostra uma oportunidade de reformulação e construção de uma realidade mais salutar, resiliente e menos vulnerável, a partir da participação social. Essa problematização acerca da reconstrução é importante no sentido de trazer para a reflexão que no território já existiam os processos de vulnerabilização, de várias ordens. Assim, reconstruir não necessariamente deve ser encarado como retornar ao que já existia, mas construir um ambiente fortalecido e sustentável.

Diante do desastre – considerado aqui não só o rompimento da barragem propriamente dita, mas todos os processos danosos que se seguiram em função dele e de outros atravessamentos – o que se observa é a ampliação das vulnerabilidades sócio-econômico-ambientais. A negligência prévia e a omissão após o rompimento da barragem de Fundão são citadas por Milanez e Losekan (2016), no livro *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes e ações sobre a destruição*. Segundo os autores, esses aspectos determinaram a insegurança generalizada que acometeu a população, seja por conta do desabrigoamento, dos danos simbólicos e materiais, da ausência do local onde viviam, seja pela forma de suporte recebido.

Espindola *et al.* (2019) trazem uma referência interessante do autor Yi-fu Tuan acerca dessa insegurança e incerteza. Segundo Tuan (2005) esses fatores de instabilidade e vulnerabilidade propiciam o que ele chama de “paisagem do medo”, em que o medo surge frente a um ambiente suspeito, incerto e inseguro, que traz a sensação de que o agente danoso não pode ser controlado.

Um dos recursos fundamentais para o fortalecimento da potência social, capaz de mudar essa perspectiva, são as estratégias comunitárias, que consideram a participação da comunidade em todas as fases

do desastre. No caso do rompimento da Barragem de Fundão temos as experiências da equipe *Conviver*, do Jornal “A Sirene” e do ato “Um minuto de silêncio”, dentre outros que deram voz aos atingidos, visibilizando suas necessidades e fortalezas.

3. Caminhos percorridos

Para o desenvolvimento do estudo, de caráter qualitativo e abordagem descritivo-interpretativa, foram realizadas visitas ao local e entrevistas semiestruturadas com profissionais. As visitas a campo ocorreram nos anos de 2017 e 2018, para conhecimento dos locais afetados e entrevistas com profissionais de saúde que atuaram neste desastre. Além de entrevistas com profissionais de saúde do município de Mariana, foram entrevistados profissionais de saúde do setor humanitário (Cruz Vermelha Brasileira e Médicos sem Fronteiras). Também foram realizadas: análise documental e pesquisa bibliográfica nas principais bases indexadas.

As entrevistas buscaram identificar e compreender a partir da perspectiva dos profissionais, os aspectos facilitadores e dificultadores do apoio psicossocial nesse cenário, bem como as principais demandas das populações afetadas e as respostas do setor saúde.

Foram entrevistados cinco profissionais de saúde do município e sete profissionais de saúde vinculados às organizações humanitárias, cujas áreas de atuação incluíam a *Atenção Primária à Saúde* (Estratégia Saúde da Família), *Atenção Psicossocial*, *Saúde Mental*, *Vigilância em Saúde*, *Atenção Secundária à Saúde* e *Educação e Saúde*. Os profissionais de Mariana estavam vinculados às áreas de *Atenção Psicossocial e Saúde Mental* e *Atenção Primária à Saúde - Estratégia Saúde da Família*.

A análise de dados se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (BARDIN, 2015).

Como escolha epistemológica para a interpretação dos resultados do estudo, tendo como eixo central de discussão a tríade desastres-apoio psicossocial-promoção da saúde, parte-se dos conceitos de promoção da saúde, cuidado integral e resiliência, amparada pelos refe-

renciais teóricos de Georges Canguilhem (2009) sobre saúde e o Modelo Salutogênico de saúde, de Aron Antonovsky (1987).

As concepções teóricas desses dois autores compreendem a saúde como o resultado da interação do homem com o meio e sua capacidade de enfrentar os desajustes inerentes à condição humana, não sendo a saúde, portanto, a ausência de doenças. Além disso, defendem a visão de que a saúde extrapola a dimensão biológica.

Desse modo, adotou-se o enfoque da saúde enquanto processo, e a adaptação dos sujeitos frente aos estressores, sendo a estratégia do cuidado integral para a promoção da saúde e o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas, elementos fundamentais nesse processo.

4. Fase de recuperação marcada pela sobreposição de danos

Em nosso estudo, levantamos a discussão sobre o que chamamos de “*duas facetas da judicialização*”, fortemente expressas no processo de recuperação em Mariana e, especialmente, no município de Barra Longa. Neste último, há um grande número de casos de problemas respiratórios em que os atingidos têm sido compelidos a comprovarem judicialmente a relação entre suas condições de saúde e o desastre. Observa-se que a judicialização, que por sua finalidade deve operar como agente garantidor de direitos, funciona também como elemento punitivo e adoecedor. Isso pode ser constatado por meio de algumas ações, dentre elas o próprio reconhecimento dos atingidos enquanto tal.

O não reconhecimento por parte da Fundação Renova³ desses indivíduos enquanto atingidos, enquanto detentores de direitos, atua na manutenção dos estressores e revela a desatenção e desprezo pela dimensão existencial dos mesmos. Alguns autores que abordam o sofrimento social em contextos de desastre, indicam que essa dimensão existencial não é considerada nas situações de licenciamento ambiental e que muitos têm sido os impactos desse abandono na existência des-

³ A Fundação Renova é uma organização de direito privado sem fins lucrativos, criada em 2016 através de um dispositivo jurídico, com o objetivo de reparar e compensar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão (CARVALHO, 2019; TTAC, 2016).

ses indivíduos. Observam que nesses contextos e nos arcabouços legais, os danos morais são considerados na análise, mas os danos existenciais são ignorados como dimensão (BARBOSA, 2019; GIONGO, 2018). Os processos reparatórios acabam por não compreenderem com clareza quem são esses sujeitos e os impactos em seus modos de vida e existência, especialmente nos desastres tecnológicos (GIONGO, 2018).

No caso do rompimento da barragem da Samarco, além da dificuldade da Fundação Renova em reconhece-los como atingidos, os mesmos também tiveram dificuldades em comprovar seus trabalhos informais no processo reparatório. Como muitos trabalhadores nos subdistritos mais afetados (como Paracatu e Bento Rodrigues) eram informais, há dificuldade no reconhecimento dessas atividades, que conseqüentemente leva a uma omissão na reparação.

Muitas pessoas viviam da subsistência ali, ou então faziam um bico... capinava (sic)... e uma dificuldade de ser reconhecido pela empresa... é das mulheres... elas faziam costura, ou então vendia (sic) uma quitanda, vendia biscoito... e aí, uma dificuldade assim até para as pessoas se reconhecerem, reconhecerem que aquilo era um trabalho e que elas tinham direito, enfim... Então isso gerou uma série de conflitos para várias famílias, que a gente acompanha. (profissional da área de Atenção Psicossocial e Saúde Mental do Município de Mariana)

A necessidade de que os atingidos comprovem em diversos momentos sua condição, leva a um desgaste emocional desnecessário diante da própria conjuntura que se coloca, revelando a incoerência no que tange ao ônus da prova no campo jurídico. O sujeito adoecido e atingido é quem precisa provar sua evidente condição e garantia de direitos, inclusive arcando com os custos desses exames.

Dentro da categorização de *atingido* constante no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)⁴, firmado entre, de um lado, os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e a União e, do outro, Samarco/Vale/BHP Billiton, há uma diferenciação entre os que eles chamam de 'atingidos diretos' e 'atingidos indiretos' (TTAC, 2016). Essa distinção também é um aspecto controverso. De acordo com alguns juristas, a classificação 'atingido indireto' não teria uma fundamentação

4 O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) é um dispositivo jurídico que visa a resolução de casos que envolvem conflitos socioambientais no país de forma menos burocrática e pautada na negociação entre as partes. É considerado no meio jurídico como um recurso extrajudicial alternativo à Ação Civil Pública (ZORZAL E SILVA et. al., 2019).

jurídica no Direito Ambiental. O que pode ser mensurado são os tipos de danos (diretos ou indiretos) e não a condição de atingido. Na prática, o que se observa é que ser classificado como um 'atingido indireto', tem como implicação a limitação de direitos e um atravessamento contínuo no processo de reparação e compensação.

Essa necessidade de legitimação das condições de saúde e o "ofuscamento" da realidade e das necessidades por quem deveria acolher-las, atuam como um elemento causador de danos, se sobrepondo aos já existentes. Essa necessidade de comprovar o nexo causal entre a condição de saúde e o rompimento da barragem, além de enfraquecer os atingidos, evidencia que as consequências do rompimento se revelam por longos períodos após o evento em si, não sendo possível precisar seu alcance e impactos.

A Fundação Renova classifica os atingidos como beneficiários e, ao mesmo tempo, questiona a autenticidade da sua condição de atingidos. Isso levou a Polícia Civil a abrir investigação sobre falsidade ideológica - por exemplo, para verificar se há pessoas se passando por pescadores para receber o benefício pago a esse grupo por terem tido de paralisar suas atividades em razão do desastre. O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP-MG), o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DP-MG) e a Defensoria Pública do Espírito Santo (DP-ES) expediram recomendação às empresas Samarco, Vale e BHP Billiton contra o comportamento da Fundação Renova. A atitude dos poderes Legislativo e Executivo de Minas Gerais, desde o primeiro momento e nos 3 anos que se seguiram, foi de flexibilizar o licenciamento ambiental para o funcionamento das mineradoras, desde a aprovação da proposta do Executivo de número 2.946/2015, em turno único, 20 dias depois do rompimento da barragem de Fundão (25 nov. 2015). O conflito de narrativas e os comportamentos dos tomadores de decisão fazem crescer as incertezas e, assim, fortalecem o sentimento de que se sucederão outras ocorrências danosas (ESPINDOLA, 2019, p.148-149).

O desgaste e o sofrimento emocional em virtude dessa necessidade de comprovação do nexo causal se somam ao cansaço da própria condição de adoecimento, levando em muitos casos a uma descontinuidade do processo judicial pelos atingidos, também por conta dos baixos recursos financeiros para mantê-lo. Essa avaliação acerca da judicialização também é defendida por Pinheiro (2019) e Xavier e Vieira (2016), que entendem que essa prática acaba por transferir as obrigações e desgastes do agente causador do dano para a vítima, tanto em termos

de ônus dos custos judiciais como a própria revitimização e sofrimento pela demora na efetivação das penas. Nas palavras de Pinheiro (2019), essa forma de condução que temos visto seria o que ele traduz como “*tática de utilizar o tempo para apagar os rastros da tragédia*” (PINHEIRO, 2019, p. 81).

Portanto, os resultados do estudo revelam que a judicialização atua como um elemento patologizante, levando a sobreposição de danos e diminuindo a capacidade de recuperação dos atingidos.

Foi possível verificar no estudo que o reconhecimento da condição de *atingidos* por parte das equipes de saúde do município, especialmente enquanto coletivos organizados e fortalecidos, operou como um fator protetor para o não adoecimento. Um apoio psicossocial que promova o senso de pertencimento, identidade e autodeterminação revela-se a porta de entrada para que os mesmos estejam acessíveis para o recebimento do cuidado (CARVALHO, 2019).

A fala de um dos entrevistados acerca dos fatores protetores para o não adoecimento, retrata a importância desse reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e os impactos quando ele não ocorre:

Grande parte desses locais em que eu estive, era se reconhecer enquanto coletivo organizado, se reconhecer enquanto pertencente membro de um coletivo, seja de um grupo, seja de uma família, seja de um grupo de reivindicação... era algo muito protetor, era algo muito protetor... se reconhecer como pertencente a um coletivo organizado ou um coletivo fortalecido, certamente é algo que protege sim em termos de saúde mental... [...] Perceber que as reivindicações, principalmente as reivindicações para gestões ou para instituições locais, serem atendidas, enquanto reivindicação coletiva, também é algo bastante protetivo... é como se essas pessoas, de fato, sentissem que elas são, de fato, sujeitos de direitos. [...] serem tratadas como seres humanos, né? De alguma forma ser escutada como seres humanos, não só pelas equipes “psi”, mas pelas equipes de cuidadores, também é algo bastante protetor... é como se essas pessoas sentissem que de fato, sim, elas não estão sozinhas... que elas têm suas demandas escutadas e processadas... (profissional da área de Saúde Mental da Organização Médicos sem Fronteiras)

Em contrapartida à judicialização, a criação da Fundação Renova através de um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) também é avaliada pelos profissionais entrevistados no estudo como danosa quanto à sua atuação no processo de recuperação. Primeiramente, por conta da natureza jurídica da Fundação, que diferentemente

do que havia sido proposto (ser pública de direito privado), foi criada como entidade privada, que é acompanhada e fiscalizada por um Comitê Interfederativo (CIF), constituído por diversos órgãos do poder executivo das três instancias de governo – federal, estadual e municipal. Segundo porque essa estrutura mantém sob o controle da empresa os recursos para a recuperação. O que se observa é que, apesar das fiscalizações, monitoramento e validação dos programas e ações pelo CIF, a empresa não vem cumprindo os acordos estabelecidos com o Ministério Público e atingidos e tem violado direitos como os já mencionados nesse capítulo, como os critérios adotados para considerar as vítimas como atingidos pelo desastre (HELLER, 2019; ZORZAL E SILVA *et al.*, 2019). Zorzal e Silva *et al.* (2019) apontam duas questões importantes em relação a constituição da Fundação Renova. Para os autores, tanto a estrutura de governança como o desenho institucional instituídos através do TTAC, demonstram a conformação das relações de poder entre as empresas de mineração e o poder público. Segundo eles:

Decorrem desse modelo institucional dinâmicas muito complexas na interação entre os governos e suas diversas instituições envolvidas, o Comitê Interfederativo e as Câmaras Técnicas, de um lado e, a Fundação Renova e suas mantenedoras, de outro. A forma como esse conjunto de instituições governamentais e a Fundação Renova visualiza as metas e os objetivos dos programas a serem implementados, conflua para um processo decisório no âmbito do CIF que nem sempre encontra trânsito fácil, o que acaba gerando morosidade na definição dos mesmos e, por conseguinte, a situação de atraso e não atendimento das populações impactadas na urgência necessária que a situação de desastre socioambiental exige (ZORZAL E SILVA *et al.*, 2019).

Além da judicialização, outros aspectos têm se colocado como obstáculos no processo de recuperação, causando sobreposição de danos. Diante do desabrigamento e da devastação de alguns subdistritos, como Bento Rodrigues, por exemplo, centenas de pessoas foram obrigadas a se deslocar para outras áreas, muitas delas saindo da zona rural para a centro urbano. E essa nova realidade, ainda presente até os dias de hoje, já que as obras para a reconstrução do que hoje é chamado de “Novo Bento” ainda não foram concluídas, causam impactos de diversas ordens, muitas delas imensuráveis e irreparáveis. Como destacam Silva e Faulhaber (2020, p.2):

As pessoas comumente denominadas de atingidas, dentro do espec-

tro da tragédia, enfrentam uma situação limite de abandono do território, sendo obrigadas a abdicarem de suas terras, de seus costumes e de suas tradições. São forçadas não somente a se adaptarem a uma nova realidade e a um novo lugar, mas também a reconstruírem seus laços familiares e sociais em um novo território. [...] No processo de deslocamento causado pelo rompimento da barragem, em meio à reparação da tragédia, os atingidos tomaram consciência de que seriam reassentados em uma outra localidade, cujo espaço, como foi dito, é denominado de 'Novo Bento'. Diante dessa ideia do 'novo', o que se destaca é como eles lidam temporalmente com o passado na dinâmica que envolve pensar de que maneira será estruturado esse futuro.

O estudo também mostra um interessante e compreensível deslocamento dos atingidos no território durante esses anos após o rompimento da barragem, numa tentativa de se agruparem novamente. Na ocasião do rompimento, novembro de 2015, após alguns dias alocados em hotéis, foi determinado judicialmente que os atingidos fossem alojados em imóveis na cidade até o dia 25 de dezembro de 2015. Levando em conta a escolha pessoal e critérios de prioridade, como por faixa etária, por exemplo, os atingidos foram sendo alocados em imóveis em Mariana, em sua grande maioria na área urbana.

Muitas pessoas relatam que elas chegavam l , viam a casa e 'Ah, é aqui'. Tipo, num desespero para poder, n , ter o próprio canto... sair um pouco daquela loucura do hotel, mas não fazia ideia nenhuma de onde que era a casa, que bairro... [...] tem atingidos espalhados, assim, por todos os extremos da cidade... eles estão bem dispersos mesmo, não estão juntos... e não teve nenhum critério, assim, de proximidade, de família, de vizinhança... então agora, n , nesse período que passou, o que a gente percebeu foi que muitas famílias se mudaram, porque aí teve essa possibilidade depois de uma ano solicitar uma mudança para uma outra casa... porque muitas vezes as casas eram muito ruins. [...] A gente v  depois um movimento das famílias de irem se deslocando no território (profissional da área de Atenção Psicossocial e Saúde Mental do município de Mariana)

Chama a atenção o fato de que a ressignificação do desastre pelos atingidos e seu processo de cuidado e apoio psicossocial, têm se dado desde o rompimento da barragem em um novo território, muito diferente do contexto em que viviam anteriormente. Os profissionais entrevistados fizeram referência, por exemplo,   dificuldade dos atingidos em se deslocarem no centro urbano, pegarem ônibus e estarem nas ruas até determinadas horas pela insegurança gerada em áreas urbanas. E os aspectos atrelados a essa situação de deslocamento forçado e desterritorialização, têm sido o foco de atuação da equipe *Conviver*. Esta equipe,

criada a partir de um acordo entre o município e a Renova, e inspirada no projeto *Acolhe Saúde* de Santa Maria/RS (em virtude do incêndio na Boate Kiss), oferece suporte psicossocial aos atingidos pelo desastre, com atuação no território, articulada diretamente aos dispositivos de atenção psicossocial do município e vinculada e coordenada pelo setor público.

O deslocamento forçado, a desterritorialização, a incerteza do futuro, a perda e luta por direitos pelas áreas devastadas em que eram proprietários, a reconstrução de vida em uma realidade diferente da que viviam, com as particularidades e desafios que um centro urbano apresenta, além da convivência diária com as memórias de um contexto que não poderá ser reproduzido e com a perda de bens materiais e imateriais, concretos e simbólicos. Todos esses aspectos são fonte de sofrimento e adoecimento, também atuando como agravantes do dano e como obstáculos na capacidade de enfrentamento do desastre. Dentre as estratégias de apoio psicossocial da equipe *Conviver* aos atingidos durante esses anos, podemos citar: a criação de espaços coletivos, fortalecimento individual e coletivo, retorno de atividades comunitárias antecedentes ao desastre, atividades de integração de novos moradores, dentre outras ações de fortalecimento coletivo e comunitário.

5 O retrato da falta de ingerência nos desastres tecnológicos – conflitos na relação público x privado

O desastre causado pelo rompimento da barragem da Samarco revelou aspectos importantes no que tange ao gerenciamento e governança de ações de suporte no contexto de um desastre tecnológico no país. A heterogeneidade nas visões de integralidade e condução do cuidado à população, além da ausência de uma comunicação fluida e integrada na construção de estratégias de resposta e recuperação dos atingidos, marcam a relação entre o setor público e o privado (serviço oferecido pelo SUS e o serviço ofertado pela Samarco).

Ao mesmo tempo em que a empresa, através da Fundação Renova oferecia ações de cuidado por meio da contratação de profissionais de

saúde, estas eram desarticuladas das ações que já estavam sendo oferecidas pelo município antes do evento. Essa falta de integração e comunicação sobre o trabalho que já estava sendo realizado com a população, através da Estratégia Saúde da Família (ESF) e a rede de cuidados local, acarretou uma sobreposição de ações, revitimizações e sobreposição de danos psicossociais. Somada a essa situação, aparecendo como um agente potencializador de danos, destaca-se o grande número de profissionais voluntários da área da saúde mental que atuavam sem um preparo adequado para situações de desastre.

O contexto demandava resposta rápidas e eficientes, que não gerassem maior risco de danos à população atingida e ao funcionamento cotidiano das comunidades, já imensamente impactado.

Nesse cenário de incertezas, a indefinição de quem ficaria responsável pelo suporte à população foi mais um elemento de insegurança. Quem deveria estar à frente? O agente causador do dano – no caso uma empresa privada – ou a rede pública, já com um trabalho articulado entre as UBS (Unidades Básicas de Saúde), Estratégia Saúde da Família (ESF), CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), RAPS (rede de atenção psicossocial), SUAS (Sistema Único de Assistência Social), dentre outros dispositivos que integram o município? Quem arcaria com os custos no processo de resposta e recuperação?

O trabalho desarticulado com a rede de cuidados do município a que nos referimos, ocorreu especialmente na fase de resposta ao desastre, onde os profissionais contratados pela Fundação Renova realizavam atendimentos nos hotéis da cidade, local em que as vítimas foram alojadas logo após o rompimento da barragem. Após a sinalização da rede de apoio psicossocial de Mariana acerca da importância de que o próprio SUS desse seguimento aos cuidados à população e que houvesse uma articulação entre as duas partes em prol dos atingidos e da população em geral, as estratégias foram ganhando novas formas, com destaque para a criação da equipe *Conviver*, formada por profissionais das áreas de saúde mental e assistência social para atuação junto a esse grupo específico, vinculada à rede de atenção psicossocial de Mariana.

Os profissionais de saúde de Mariana entrevistados revelam como

a importância da existência de uma rede de apoio prévia ao desastre contribuiu para a sustentação das ações psicossociais e norteou o trabalho dos profissionais na construção de estratégias e na condução do cuidado. Para os profissionais de saúde mental, a atuação nos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) auxiliou na configuração do trabalho em crises.

A constituição da equipe *Conviver*, vinculada ao sistema público do município, também representa um atravessamento nessa relação público-privado, já que a contratação desses profissionais foi uma demanda do município, mas custeada pela empresa geradora do dano. Essa relação tem impactado a relação dos atingidos com esses profissionais, levando a situações de desconfiança e insegurança. Muitos atingidos entendem que por serem pagos pela Renova, esses profissionais estão sujeitos e subordinados a ela.

Para além da questão do financiamento, o que se observa é que esses atravessamentos extrapolam o lugar de onde esses profissionais atuam, mas recai sobre quem custeia seu trabalho. Como menciona um dos profissionais entrevistados fazendo referência à fala de um dos atingidos, “*quem manda é quem paga*”.

[...] essa relação público-privada para a gente aqui é muito difícil, né? É difícil para os profissionais, é difícil ter profissionais com um tipo de contratação diferente. Para a gente enquanto gestão, a gente tem que ficar nesse movimento de orientar os profissionais o tempo todo... (...) essa instabilidade de um formato de contratação, profissionais angustiados com muita frequência. Então acho que essa relação público-privado e esse formato de contratação hoje, institucionalmente, é a principal dificuldade (profissional da área de Atenção Psicossocial e Saúde Mental do município de Mariana)

[...] a Renova é um grande problema. Tanto assim, dessa relação dessa instituição com os atingidos e o adoecimento que vem dessas negociações, dessa enrolação, quanto das equipes que atuam a partir desse contrato... essa questão público-privado é um problemão (profissional da área de Atenção Psicossocial e Saúde Mental do município de Mariana)

Esses atravessamentos na relação público-privado, portanto, também são evidenciados na fase de recuperação.

6. Estratégia de cuidado e a importância da articulação com a rede existente

Um aspecto fundamental no trabalho de apoio psicossocial em Mariana foi a continuação do trabalho que já havia sendo realizado nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e pela rede de atenção primária do município, especialmente pela Estratégia Saúde da família (ESF). Após o rompimento da barragem, atendimentos especializados foram mantidos e acrescidos pelos dois CAPS e as informações prévias da população favoreceram o acompanhamento que já estava sendo realizado pela rede de cuidados. Os profissionais entrevistados em Mariana reforçaram a importância da articulação entre os serviços prévios de atenção e o novo cenário psicossocial que se apresentou após o rompimento da barragem. A partir dessa articulação se estabeleceu uma estratégia de cuidados.

[...] a empresa tinha muita necessidade de dar respostas e a gente também. Então assim, até localizar onde é o espaço de atuação do espaço público, do poder público... onde é o espaço de atuação da empresa privada... Porque assim, naquele momento a Samarco já começa a contratar empresas de assistência humanitária para atuar no município... e aí a gente teve que ter muitas conversas, assim, para mostrar até onde vai o nível de atuação de cada um, né? (...) dentro dos nossos serviços seriam os nossos profissionais que atuariam... (...) até onde eles poderiam atuar, a necessidade dessa identificação dos casos que fossem identificados por essa equipe privada que eles contrataram, que fosse repassado isso para a gente... então a gente passou a ter algumas reuniões também com a empresa para alinhar isso, assim, e às vezes até para que fosse passado alguns casos por essa empresa que foi contratada por eles na época (profissional da área de Atenção Psicossocial e Saúde Mental do município de Mariana)

[...] já entendendo a necessidade de ter uma equipe específica, a gente entra em negociação com a empresa de que... 'Bom, o cuidado é nosso, mas o custeio é de vocês... porque a gente precisa de profissionais... mas o município não vai arcar com isso... Não tem condições e não é responsabilidade dele... arcar com um dano que foi causado por uma empresa...'. E aí a gente parte para organização de um plano de ação... (profissional da área de Atenção Psicossocial e Saúde Mental do município de Mariana)

Em relação ao trabalho da equipe *Conviver*, que é itinerante, a equipe circula por todo o território, possibilitando ações em diversos espaços e alcançando pessoas em diferentes cenários. Seja através da es-cuta ou das ações de integração com o novo território, as intervenções

têm como foco o fortalecimento individual e coletivo, o apoio na garantia de direitos e o resgate de vínculos fragmentados em função das distâncias físicas que se impuseram com os novos domicílios. E um dos importantes recursos de articulação do trabalho em rede, foi a manutenção e trabalho conjunto com as equipes da Estratégia Saúde da Família, dentre outros dispositivos, como as escolas, por exemplo. Em contrapartida, os profissionais revelaram nas entrevistas a importância de manterem um certo distanciamento da Fundação Renova, justamente pela ambiguidade causada na relação de contratação entre o público e o privado, o que afetaria a condução do cuidado. Defendem que o setor público é quem deve coordenar e conduzir as estratégias de cuidado, fazendo uso das redes, ações, serviços e dispositivos já existentes e que a relação com a Fundação Renova deve se limitar a situações que possam afetar o andamento dos casos.

[...] nós somos categóricos. Se a Renova vier discutir caso conosco, não vou discutir caso com a Renova não... Quem coordena e trata somos nós... Eu posso discutir com a Renova outra coisa, eu posso mandar um e-mail pedindo "Olha, eu preciso da troca de casa...". E isso interfere no meu projeto psicossocial com meu paciente. Isso é outra coisa. Ai eles vão fazer a mudança da casa. Mas discutir clinicamente o caso, a gente não faz isso com a empresa não... [...] porque a empresa não trata... quem cuida somos nós... A empresa, ela vai cuidar dessa questão do reassentamento. Do adoecimento não é a empresa que vai cuidar... [...] a gente consegue isso muito na saúde, de falar para os profissionais, esse cuidado ético... muitas famílias se sentem... [...] não gostam de muito contato com a Renova... porque são os culpados e tal... [...] eles fazem distinção... "Ah não, então só o pessoal da saúde...". Nós não somos o pessoal da Renova. Então tem esse cuidado, porque senão interfere diretamente no tratamento. [...] se a gente ficar se confundindo demais com a empresa, nosso tratamento vai para outro lugar... (profissional da área de Atenção Psicossocial e Saúde Mental do município de Mariana)

Considerando que os desastres já indicam a vulnerabilidade prévia do cenário em que ocorrem, atuar na redução desse elemento é importante para se pensar em promoção da saúde de forma integral. Nesse sentido, o trabalho da equipe *Conviver* atua como promotor de saúde através da perspectiva de uma clínica ampliada, que extrapola o tecnicismo, a dimensão biológica e fortalece e dá voz aos atingidos, de forma coletiva e não individualizada, não patologizante.

Importante ressaltar que não se trata de desconsiderar o cuidado

individualizado e os quadros clínicos que precisam de um acompanhamento particularizado. Há casos em que essa necessidade é colocada e precisa ser atendida. A subjetividade, a experiência pessoal e a forma de enfrentamento de cada pessoa atingida pelo desastre precisam ser consideradas, além do contexto do desastre.

7. Considerações finais

Diante do que foi levantado neste capítulo, destacamos a inquietação que se estabelece entre estudiosos e vítimas em função dos cenários de rompimento de barragem e da situação permanente de risco para aqueles que vivem no entorno de barragens no país. A convivência com o risco, com a insegurança e com a ausência de mecanismos que garantam seus direitos, tornam as pessoas que habitam nesses locais alvos de adoecimento e de sofrimento, nos mais variados domínios: físico, mental, simbólico, estrutural, social, relacional, existencial. E esse aspecto precisa ser profundamente considerado nas políticas, nas intervenções psicossociais e especialmente na legislação de barragens.

Passados cinco anos do rompimento da barragem de Fundão, os moradores dos subdistritos próximos a Mariana convivem com a insegurança diária do rompimento de outras barragens e com informações desconexas e pouco claras que chegam das empresas de mineração sobre a estabilidade. A realidade dos moradores de Antônio Pereira, por exemplo, distrito de Ouro Preto, cidade vizinha à Mariana, é muito bem retratada no documentário *Territórios Minerários: muito além da lama* (2020). O documentário mostra que muitos moradores desse e de outros distritos convivem com a inquietude e a falta de confiança nas ações dessas empresas, e estão suscetíveis a vivenciarem outros desastres socioambientais. Em muitos casos os moradores precisam usar como acesso a outras localidades, zonas de alto risco, como as chamadas zonas de auto salvamento (ZAS). Um outro aspecto abordado é que, por serem avaliados como estando fora do desenho da 'mancha' (área considerada potencialmente impactada por um eventual rompimento), não têm suas demandas e preocupações consideradas e respeitadas,

apesar da exposição evidente (TERRITÓRIOS MINERÁRIOS, 2020).

No que diz respeito aos deslocados internos, situação dos atingidos em Mariana, a literatura tem indicado que há um grande número de pessoas nessa situação no país e no mundo em função não só do rompimento de barragens, mas também por conta da construção das mesmas. E o que chama a atenção é que a maioria dessas pessoas não recebe compensação pelos danos sofridos. De acordo com dados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mesmo quando há compensação, não há garantia de que seja plenamente justa, pois o deslocamento impacta seus modos de vida, sustento e especialmente o senso de territorialidade. Em muitos casos são comunidades tradicionais que dependem daquele território e têm relações simbólicas e históricas com aquele local específico (GRUBBA; MONTEIRO, 2018; DINNEBIER, 2017; MAB, 2008; JERONYMO, 2007).

Em síntese, trata-se das várias facetas do desprezo e rejeição a esses grupos populacionais, mostrando as configurações do rejeito, do descarte para além do propriamente dito.

Referências

BARBOSA, V. K. **O sofrimento socioambiental dos deslocados internos do desastre de Mariana e a configuração do dano existencial**. Doutorado (tese). Universidade Feevale, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edição 70, 2015.

BARRETO, L. C.; ROSA, D. D.; MAYORGA, C. Comunidades sujas de lama: da destruição à ressignificação e a resistência em Mariana/MG. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e. 214674, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100224&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32214674>

BASTOS, A. *et al.* (Orgs.). **Monitoramento da influência da pluma do Rio Doce após o rompimento da barragem de rejeitos em Mariana/MG** – Novembro de 2015: Processamento, Interpretação e Consolidação de dados. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Oceanografia, Vitória, 2017.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Edição revista. Tradução:

Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARVALHO, M. M. **Apoio psicossocial e promoção da saúde**: caminhos para uma intervenção integral em contexto de desastre. Tese (doutorado). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

CASTRO, M.; ROQUE, M.; FREITAS, A.; GARCIA, F. (Orgs.) **PRISMMA**: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

COELHO, R. **Existe governança das águas no Brasil?** Estudo de caso: o rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG). Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico, v. 24, 2015.

CORDEIRO, M. *et al.* Insights on the freshwater microbiomes metabolic changes associated with the world's largest mining disaster. **Science of the total Environment**, v. 654, p.1209-1217, 2019.

COTA, G. *et al.* Panorama dos rompimentos de barragens de rejeito de minério no mundo. Panorama of ore tailings dam disasters in the world. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 368, 2020. doi: 10.5752/p.2318-2962.2020v30n61p368.

DIAS, A. P. M. *et al.* Algumas análises sobre os impactos à saúde do desastre em Mariana (MG). In: MILANEZ, B; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do rio doce**: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016, v. 1, p. 163-196.

MORATO, J. R.; DINNEBIER, F. F. (Orgs.). **Estado de Direito Ecológico**: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017.

ESPINDOLA, H. S.; NODARI, E. S.; SANTOS, M. A. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 141-162, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882019000200141&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-07>.

EXAME. **Samarco rejeita relatório da ONU sobre “lama tóxica” em MG**. Novembro, 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/samarco-rejeita-relatorio-da-onu-sobre-lama-toxica-em-mg/>. Acesso em: 20 out. 2020.

GIONGO, C. R. **“Futuro roubado”**: banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas. Tese (Doutora-

do). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GREENPEACE. **Avaliação dos riscos em saúde da população de Barra Longa/MG afetada pelo desastre. 2017.** Instituto saúde e sustentabilidade. Março de 2017. Vormittag et al.

GRUBBA, L. S.; MONTEIRO, K. F. Deslocamento interno e direitos humanos: o problema dos desastres ambientais. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 218-243, 2018. doi: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v9i1.16457

HELLER, L. Desastres de mineração e saúde pública no Brasil: lições (não) aprendidas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, 2019.

JERONYMO, A. **Deslocamentos de populações ribeirinhas e passivos sociais econômicos decorrentes de projetos de aproveitamentos hidrelétricos:** a usina hidrelétrica de Tijuco Alto/SP – PR. USP- Universidade de São Paulo, 2007.

MAB. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Cartilha de Estudos:** Hidrelétricas do Rio Madeira. Energia para que? E para quem? p. 6, 2008. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/cartilha_riomadeira_miolo_2ed.pdf Acesso em: 4 nov. 2020.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. **Desastre no Vale do Rio Doce:** antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

NOTA TÉCNICA CONJUNTA, de 01 de março de 2016. **Anexo à Cláusula 141 do TTAC.** Apresenta Programas socioeconômicos e despesas extraordinárias que compõem a Proposta de Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta relativo à recuperação dos impactos ambientais e socioeconômicos do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTACFINAL.pdf> Acesso em: 30 out. 2020.

PAIVA, V. S. F. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira. **AIDS. Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n.3, p. 531-549, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300002&lng=pt&nrm=iso> acesso em 01 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.3-EE00-PT>.

PINHEIRO, T. M. M.; POLIGNANO, M. V.; GOULART, E. M. A.; PROCIPIO, J. C. (organizadores). **Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce:** em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019.

SCOTT, P. **Descaso planejado:** uma interpretação de projetos de barra-

gem a partir da experiência da uHE Itaparica no Rio São Francisco. In ZHouri (Org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília, DF: ABA, 2012, p. 122-146.

SILVA, A. F.; FAULHABER, P. Bento Rodrigues e a memória que a lama não apagou: o despertar para o patrimônio na (re)construção da identidade no contexto pós-desastre. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciênc. Hum. Belém, v. 15, n. 1, e20200126, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222020000100209&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2020.

TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC). Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

TUAN, Y. **Paisagem do medo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

WANDERLEY, L. et. al. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais. **Ciência e Cultura**, v. 68, p. 30-35, 2016. doi: 10.21800/2317-66602016000300011.

ZORZAL E SILVA, M., CAYRES, D. C., SOUZA, L. A. M. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: o caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, v. 19, n. 2, p. 464-488, 2019. doi: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.2.30227>.

5. FAZERES DA PSICOLOGIA EM UM CANTEIRO DE OBRAS DE UMA USINA HIDRELÉTRICA

Priscila Pavan Detoni

1. INTRODUÇÃO

Uma boa parte das pessoas talvez desconheça o trabalho da Psicologia dentro de um canteiro de obras para a construção de uma hidrelétrica. Apesar dos últimos anos a construção civil tenha vivenciado uma expansão significativa no Brasil, em decorrência dos empreendimentos a serem construídos para a Copa do Mundo de 2014 e para o programa de moradia do governo federal, bem como na geração de produção de energia. E em seguida, após 2016, enfrentou um momento de retração e suspensão em virtude da crise econômica e política. Parte-se da experiência no campo de pesquisa sobre a construção das masculinidades dentro de um canteiro de obras na fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no Sul do Brasil, por ser este um lugar tipicamente de trabalhadores homens, os quais compuseram noventa por cento dos/as trabalhadores/as da obra estudada, considerada de médio porte na construção de hidrelétricas, onde manteve durante os quatro anos de construção cerca de 5 (cinco) mil trabalhadores/as, sendo 2 (dois) mil deles alojados entre 2008 e 2010 (DETONI, 2010).

Esta pesquisa explorou o contexto da construção das performances masculinas de trabalhadores que ficavam alojados em um canteiro de obras para a construção de uma usina hidrelétrica no Oeste catarinense, no Sul do Brasil, com base nas teorizações de Michel Foucault

e Judith Butler. A metodologia foi guiada pela abordagem etnográfica (FONSECA, 1998; ECKERT; ROCHA, 2008; SOUZA, 2015) e análise das formações discursivas (FOUCAULT, 2005). O corpus foi constituído basicamente por observações de campo e entrevistas (BEAU; WEBER, 2007). Então, descreveu-se ao longo do estudo como são (redes) construídas estas subjetividades masculinas, desde o processo de mobilização para a vinda e instalação destes trabalhadores, a composição da cidade temporária mantida no canteiro de obras até o processo de desmobilização. Este processo refere-se a itinerância destes homens interpelados como “barrageiros” por construírem barragens – as represas. Contudo, neste capítulo vamos focar nos fazeres da Psicologia dentro deste canteiro de obras.

Este estudo permitiu conhecer melhor os aspectos particulares dos processos de construção das masculinidades de tais trabalhadores, nas experiências de si e de como eles se enunciaram dentro de uma cidade temporária de homens. O local do canteiro de obras, onde se constituem sujeitos produzidos, precisa ser entendido enquanto uma experiência localizada e histórica (HARRAWAY, 1995). Bem como, o trabalho da Psicologia que ali estava inserida com o propósito de auxílio na organização local, no acesso às prevenções e tratamentos em relação à saúde dos/as trabalhadores/as, no escopo da Psicologia Organizacional e do Trabalho.

A entrada no canteiro de obras para a realização da pesquisa se deu através da entrada da pesquisadora via espaço da Psicologia, portanto, a produção dos resultados da pesquisa se produziu através de um lugar de psicólogo/a e, efetivamente, nos espaços físicos e sociais ocupados por estes/as profissionais. Para tanto, foi preciso conhecer as práticas da Psicologia dentro do canteiro de obras para (re)conhecer o terreno em que estávamos percorrendo.

Quando iniciada a pesquisa, trabalhavam neste canteiro de obras, um psicólogo, duas psicólogas e uma estagiária de Psicologia, que mais tarde foi efetivada como psicóloga. A existência desse lugar da Psicologia nos canteiros de obras convoca a pensar nas intervenções da profissão já realizadas e a se realizar nos espaços de canteiros de obras, e

também nos deslocamentos geográficos de diferentes tipos de populações, que mesmo quando urbanas, interferiram diretamente nos contextos rurais e os impactos destas construções que mobilizaram uma população maior ou quase igual à local.

2. FAZERES DA PSICOLOGIA NO CANTEIRO DE OBRAS

“A academia não prepara para lidar com peão, para trabalhar na obra” (Diário de campo) (DETONI, 2010, p. 45).

Os/as psicólogos/as trabalhadores/as deste canteiro de obras resumiram sua atividade de trabalho como diferente de algumas práticas ensinadas na academia – na formação tradicional em Psicologia. Ao trabalhar num canteiro de obras, estes profissionais se depararam com uma realidade para a qual não foram preparados/as a lidar, o que fica explícito na frase de uma das psicólogas, conforme destacamos acima. Dentro deste despreparo, emerge a questão de como intervir com estes/as trabalhadores/as de diferentes lugares, culturas e costumes em que se apresenta a cidade do canteiro de obras. Estas diferenças estão conectadas aos marcadores sociais da diferença – como gênero, raça, etnia, regionalização, classe social – que pouco são abordadas dentro da graduação de Psicologia e outras áreas que atuam nesse contexto, o que acaba desencadeando o estabelecimento de práticas uniformes para abordar os sujeitos (DETONI, 2010).

Dessa forma, produz-se um padrão que não cabe em todos os indivíduos, como é o caso do trabalhador designado “peão” no sentido daquele que compõe a maioria dos trabalhadores da obra que fazem o trabalho braçal e provém de uma realidade dura, no sentido da precarização das condições socioeconômicas de não acesso a escolarização, moradia e trabalho. Assim, o canteiro de obras passa a ser um lugar de identidade, onde se pode ocupar o lugar de sujeito do trabalho e de ascensão profissional para os cargos mais elevados de “encarregado” e “supervisor”, mesmo com as prescrições e as hierarquias que repercutem nas formas de organização do trabalho e se relacionam diretamente com o trabalho em Psicologia neste espaço social.

As particularidades do trabalho da Psicologia dentro do canteiro de obras em questão apresentaram intervenções que costumam ser pontuais focais, auxiliando no processo de organização desde a construção da cidade temporária, em especial, no recrutamento, na seleção e no treinamento de trabalhadores/as, para iniciar e dar continuidade às demandas da construção desta barragem. Os/as psicólogos/as também realizavam mediações de conflitos nas áreas de trabalho e moradia, nos alojamentos dentro do canteiro de obras, trabalhavam com prevenção e acompanhamentos de acidentes de trabalho e auxílio no reforço às instruções da segurança do trabalho, além de encaminharem e organizarem o processo de escolarização e documentação dos/as trabalhadores/as no próprio canteiro de obras. E, além disso, buscavam articulação com a rede de saúde pública para que esta população de “barrageiros” pudessem acessar os serviços básicos de saúde, educação e assistência social, bem como suas famílias.

Tanto na entrada quanto na saída desta obra os/as trabalhadores/as passavam pelo setor de Psicologia. Na chegada para fazerem a avaliação psicológica, depois de já terem passado pela avaliação médica e avaliação prática no trabalho e, na saída, para realizarem a entrevista de desligamento. Então, de alguma forma, o setor de Psicologia fazia parte do que permitia ou negava o aval tanto na entrada quanto na saída dentro do canteiro de obras, através das técnicas de saber-poder que constituem a profissão (DETONI, 2010).

A Psicologia, historicamente, tomou das ciências naturais as instâncias de regulação e adaptação dos sujeitos ao campo social, concebidas através da divisão das ciências e da normalização das disciplinas do final do século XIX (FOUCAULT, 1999). Desta forma, coube aos profissionais da Psicologia designarem o/a trabalhador/a conforme o trabalho; e isso continua presente nos enunciados que constituem as práticas em Psicologia.

Nesse sentido, pode-se dizer que a Psicologia se constituiu como uma “ciência social”, promovendo uma “psicologização” das vidas individuais e coletivas. Passada pelos estudos de Psicologia Social do pós-primeira e segunda guerras, com pesquisas de atitudes e trabalhos

sobre grupos, culminando na noção de empreendimento, construindo e regulando as ações humanas, especialmente, com foco inicial na produção das indústrias (ROSE, 2008).

Apesar do espaço de recrutamento e seleção ser função da Psicologia nesse canteiro de obras, a maioria das contratações nesse canteiro de obras de hidrelétrica ainda acontecia em decorrência das indicações por pessoas que já trabalhavam em barragens, como familiares e amigos, o que confere em uma forma de permanência das relações sociais e familiares, dentro do processo de constantes mudanças geográficas que passam estes trabalhadores. Uma das posições do setor de Psicologia era tentar evitar as indicações absurdas, podendo analisar os cargos e as suas atribuições, tendo em vista principalmente o cuidado com a questão dos locais que oferecem maior risco ocupacional dentro da obra, como o trabalho com solda, com a operação de máquinas de grande porte com carga e descarga de blocos de vigas e cimento, explosão de rochas, trabalho com o concreto dentro da água e/ou em trabalhos feitos em alturas.

As seleções feitas pelos/as psicólogos/as costumam contar com testes padronizados que avaliavam a escolaridade, já que muitas vezes os trabalhadores não trazem consigo seus históricos escolares e, muitas vezes, nem as documentações básicas, as quais precisam ser resgatadas ou refeitas via auxílio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2004). Isso se faz necessário, pois, conforme as normas trabalhistas, a escolaridade é um dos componentes que poderia inserir ou excluir em determinadas atividades de trabalho que estão prescritas dentro das ocupações profissionais. Os testes admissionais também contavam com a avaliação psicológica, por meio de testes de personalidade, atenção e inteligência.

As contratações chamadas de “fichamento” pelos/as trabalhadores/as – “barrageiros/as” aconteciam no próprio canteiro de obras, no momento em que chegavam os ônibus contratados pela construtora vindos dos estados do Norte e Nordeste do país, indicados geralmente pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE). A oferta de trabalho costumava ser maior do que o número de trabalhadores/as durante o período do

ápice da construção da obra, o que possibilitou a contratação em massa num período e desencadeou sua decadência ao final da construção.

Após a seleção inicial dos/as trabalhadores/as era realizado o treinamento de integração com a empresa e das regras locais. Entre estas regras estava o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), que incluía o uso de capacete e de sapatos fechados o tempo inteiro no canteiro de obras, exceto dentro dos escritórios e refeitórios. Além disso, cada setor tinha suas especificidades no uso de equipamentos e cuidados, adicionalmente aos cuidados consigo e com o alojamento para quem ficasse residindo ali. Bem como, estas prescrições de segurança, também era conferida aos/às trabalhadores/as dos setores administrativos, de engenharias e psicológico.

Como seria possível articular as práticas da Psicologia nas obras de hidrelétricas? Existia uma demanda intensa de trabalho, eram realizadas em média entre vinte e trinta avaliações/seleções de entrada e dez a vinte entrevistas de desligamento por dia, somadas às intervenções feitas com as famílias e, em situações de acompanhamento de acidentes de trabalho, muitas vezes, em hospitais ou outros serviços fora do canteiro de obras.

Ao acompanhar o setor de Psicologia, foi possível perceber o fluxo de itinerância dos/as trabalhadores/as que, na medida em que concluíam uma tarefa específica dentro da obra, iam se mudando para outras construções que precisavam de determinado serviço. Caso não seguissem este itinerário de trabalho, muitos acabavam voltando para as suas regiões de origem à espera de outro trabalho.

Algumas entrevistas de desligamento, acompanhadas nesta pesquisa, costumavam ocorrer durante o meio dia, para fechar com as trocas de turno que são de três no dia (três turnos de oito horas). Todas as entrevistas de desligamento continham o registro que constava a data de entrada e de saída do funcionário, o cargo, o setor, a escolaridade e o seu encarregado (chefe do setor que responde por cada setor), e nela os trabalhadores podiam avaliar os seguintes aspectos – departamento de pessoal, refeitório, alojamento, ambulatório médico, segurança do trabalho, treinamento, encarregado, local de trabalho (recursos físicos, mate-

riais e tecnológicos), salário. Este espaço da entrevista de desligamento funcionava como um retorno para a empresa, segundo os profissionais da Psicologia responsáveis pela devolução dessas informações para a gestão institucional.

Ainda, visualizou-se que os/as psicólogos/as, também trabalhadores/as deste canteiro de obras, estavam vinculados/as e implicados/as aos/às demais trabalhadores/as, tanto que eles/elas investiram na continuidade da sua formação e buscavam articulação com setores de saúde e administração dentro da cidade temporária do canteiro de obras e nos municípios locais, onde a obra se estendia para esses trabalhadores e suas famílias. Por isso, os/as profissionais da Psicologia obtinham o retorno dos/as trabalhadores/as quando eles se mudam para outra obra, dizendo: “Tô indo pra [Obra Tal], quem sabe a gente se vê lá” (Diário de campo) (DETONI, 2010).

A Psicologia apesar de realizar diversas atividades descritas no canteiro de obras, a placa que nomina o setor de Psicologia dizia: “Treinamento: desenvolvimento de talentos humanos” (Diário de campo) (DETONI, 2010). Existe ainda uma lógica em não mais falar em recursos humanos, mas gestão de pessoas, mesmo que ainda possa se repetir a lógica de separação que contém o cerne da fundação da Psicologia enquanto disciplina que pode disciplinar e classificar os sujeitos para o trabalho.

Ao realizar encaminhamento dos trabalhadores para escola dentro da obra, como na inserção, modificação e saída de um contexto de trabalho, as práticas desenvolvidas pela Psicologia iam produzindo verdades sobre os próprios sujeitos no que diz respeito às suas atividades, às suas capacidades e às suas atribuições no trabalho e nas relações sociais, ao mesmo tempo em que a Psicologia ali também se apresentasse como prática inventiva nas relações pessoais.

3. MOBILIZAÇÕES PELA PESQUISA E PELA PSICOLOGIA

Desde um primeiro momento da apresentação da proposta da pesquisa sobre masculinidades nos canteiros de obras, os/as psicólogos/psicólogas referenciaram as casas de prostituição no contorno do

canteiro de obras. Como aquele lugar poderia ser considerado “a cidade dos homens”, precisa supostamente de mulheres à sua volta, conforme a lógica heteronormativa e, desta forma, a prostituição existe ali e em outras obras, mas precisa ser organizada como, por exemplo, estar do lado de fora, como também se apresenta em outras obras.

A partir deste contexto social, os/as profissionais da Psicologia relataram a falta da assistência social estar trabalhando em conjunto, pois esta prestação de serviço comumente está disposta para os/as moradores atingidos por barragens e não para os/as trabalhadores/as – “barrageiros/as”, que também seriam de outras formas “atingidos” pela construção destas obras (DUARTE, 2009; DETONI, 2010). A falta da assistência social era sentida, em especial, pelo fato de o setor de Psicologia precisar assumir este papel, além do envolvimento com a gestão de pessoas e recursos humanos e cuidados preventivos com os/as trabalhadores/as, tanto quando encaminham denúncias, se suspeitavam que existiam adolescentes envolvidos/as na prostituição, bem como, quando acompanhavam as famílias dos/as trabalhadores/as diante de dificuldades sociais, como adaptação com a região e com o enfiletamento da itinerância e do preconceito produzido junto a ela.

Destacaram-se, também, as limitações vivenciadas em trabalhar com promoção e prevenção da saúde, ligados em especial à sexualidade destes homens trabalhadores, pela relutância em se aliarem aos serviços da saúde pública, produzido pelo estigma em torno da itinerância destes trabalhadores, o que nem sempre possibilitou o acesso dos barrageiros dentro da proposta mal interpretada de “regionalização” do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1988, 1990). Desta forma, o acesso de serviços da atenção primária à saúde, como o acesso de medicamentos, preservativos e outros insumos era intermediada pelos profissionais da Psicologia, através de reuniões com as redes locais.

Neste canteiro de obras não existia uma área para os familiares dos trabalhadores alojados, entretanto, havia uma área específica para os alojamentos exclusivos dos homens, pois eles ainda representam a maioria no ramo da construção civil. Essa construção de hidrelétrica não contava com uma vila para os trabalhadores e suas famílias, visto que

esta não era uma obra de grande porte e, sendo assim, essa cidade temporária tinha a infraestrutura dos alojamentos do canteiro de obras, chamados de alojamentos internos e com casas alugadas nos municípios mais próximos, com o auxílio da construtora – os alojamentos externos, nos quais as famílias se instalavam.

Próximo aos alojamentos internos dos trabalhadores, o canteiro de obras contava ainda com uma área de prestação de serviços e com uma área de lazer. Na área de lazer não estava permitida a circulação de mulheres, o que proporcionou questionar as demarcações e inscrições que vão sendo “generificadas” e transgredidas neste lugar. Afinal, a cidade precisa de normas, e para Foucault (2008) a disciplina se institui entre o normal e o anormal. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais.

Ao atentar o olhar para as marcas das relações de gênero, verificamos que existe um psicólogo trabalhando nesta cidade em uma das salas, mesmo assim, a plaquinha nominava “Psicóloga”, afinal esta profissão, que imita as funções privadas, como o cuidado, a organização, a atenção e às emoções, diz sobre elementos que constituem o que é diferente dos homens e, portanto é destinada às atividades femininas, em que o Conselho Federal de Psicologia aponta que em 2013 a categoria estava composta por 89% de diferentes mulheres (LHULLIER, 2013).

A esfera do feminino restringiu-se ao privado e do masculino ao público (KERGOAT, 1996; HOLZMANN, 2006). Argumentos de ordem biológica foram e ainda são utilizados para considerar este processo de divisão do trabalho como natural; os estereótipos de como ser homem e mulher são construídos culturalmente. Quando se fala numa seleção de trabalho no canteiro de obras, presumia-se desde o início que as mulheres teriam medo de altura e, por isso, não poderiam ser contratadas diretamente na realização deste tipo de atividade. Argumentos estes de que naturalizavam a inserção e oportunidades diferentes para homens e mulheres. Assim, os cargos de chefia ou aqueles que envolvem mais riscos ainda eram cargos atribuídos, essencialmente, aos homens.

No percurso de dois anos acompanhando esse canteiro de obras como mulher cis, branca, pesquisadora e psicóloga, reafirmei e mobilizei

também o lugar da Psicologia neste canteiro de obras, utilizando os espaços que compuseram o trabalho da Psicologia na obra e me apresentando como tal. Afinal, as observações e a direção das repostas para a questão central deste estudo também são produzidas ao que se espera ouvir e o que se pode falar dentro de uma ciência, de uma profissão. Por isto, em diferentes entrevistas da pesquisa a palavra “normal” foi recorrente, durante a descrição de cenas do cotidiano ou comportamentos que falavam sobre as masculinidades, trabalho, sexualidade, família e relações de gênero. Como se coubesse a minha função enquanto profissional da área da Psicologia, pesquisadora pontuar o que era normal ou não, mas seria: Normal pra quem? Normal onde? Que normal é este? E parecia que este normal era o óbvio, ou aquilo que se espera dentro de uma norma, dentro de um regime moral. Como no exemplo na fala de um dos entrevistados “[...] Pra mim é normal. O serviço tu faz de qualquer jeito, com barragem, sem barragem, qualquer tipo de construção. Pra mim é normal, né?” (DETONI, 2010).

Normalidade – esse produto da construção da Psicologia enquanto ciência nas empresas, e como fundante organizadora dos sujeitos (ROSE, 2008). Foucault (2006) considerou que só podemos existir dentro da norma, por mais que possamos transgredi-la, sempre somos sujeitos a regimes que constituem uma moral. Por exemplo, temos o código de ética profissional e resoluções que guiam os procedimentos de pesquisa, mas só a forma refletida deste pode produzir o que Foucault (2006) designa como ética, ou seja, a reflexão da norma e da moral. Esta tensão entre moral e ética diz respeito ao papel que exercem os/as psicólogos/psicólogas que são vistos como aqueles que podem conduzir as pessoas às escolhas corretas e a uma vida sã, as quais teoricamente reproduziriam a norma, assim se constrói o normal e o anormal, como o sadio e o doente/o louco, o que não poderia ser tão avesso aos outros lugares empíricos.

O lugar de ser mulher cis e pesquisadora perguntando para homens sobre as masculinidades, fez com que durante a pesquisa ecoasse de outros profissionais, especialmente de homens: “Isto eles não vão te falar.” Como se houvesse segredos desta masculinidade que uma mu-

lher não deveria ter acesso e, também, como se este fosse um conteúdo impróprio para que me falassem. Weltzer-Lang (2001) abordou essa temática no silêncio da casa dos homens, em que a palavra dos homens é o silêncio, o que explica em parte a produção de masculinidades tóxicas e que se colocam em situações de risco, como com o não uso de EPIs na atividade de trabalho, envolvimento em brigas e de menor investimento em prevenção e cuidado com a saúde. O que faz parte da lógica do dispositivo da eficácia, que marca o lugar social esperado de virilidade e de provedor dos homens, porque não podem se colocar no lugar de sujeitos que expressem seus sentimentos ou se sensibilizem (BAERE; ZANELLO, 2018).

4. IMPLICAÇÕES PRODUZIDAS

Ao entrar em um campo de pesquisa assumiu-se um lugar incerto e marcado. O que permitiu analisar o objeto de pesquisa de um determinado ângulo e explorar o inesperado no campo. Como objeto de pesquisa traçou-se a construção das performances masculinas de trabalhadores que ficam alojados em um canteiro de obras de uma usina hidrelétrica. As análises compuseram-se por elementos que tomam eixos, os elementos fundamentais da edificação destas masculinidades – a atividade sexual, a relação com a prostituição, o trabalho pesado e arriscado ligado à construção civil, a convivência regionalizada e hierarquizada nos alojamentos, a relação com as famílias, a corporalidade, as relações de amizade/solidariedade que se constroem no processo de “seguir barragens”. A partir deste estudo, vislumbraram-se diferentes modos de ser homem e trabalhador dentro de um canteiro de obras, apesar de existirem modelos hegemônicos de masculinidades conectados à hegemonia heterocisnormativa (BUTLER, 2013), os quais entram em tensão e se reformulam de acordo com os marcadores sociais em questão – origem, escolaridade, idade – à época, o local e as relações que se estabelecem dentro da continuidade e da estabilidade que se constrói na itinerância dos/as seguidores/as de barragens (DETONI, 2010).

Encontraram-se, neste percursos, interlocutores-chave, colegas,

profissionais psicólogos/as implicados/as com a dimensão do “novo” trazido pelo contexto de estar em um canteiro de obras, o que fazia com que eles/as se questionassem de forma permanente sobre suas práticas, o que se mostrava na relação de acompanhar esses trabalhadores, mas também ser trabalhador/a ali naquele lugar, bem como itinerante, e também inseridos/as pelas exigências contemporâneas do capital e dentro das relações de saber-poder, que precisa também construir no trabalho estratégias de cuidado, para não ser mais um/a ou descartável dentro das substituições empresariais. Essa lógica de trabalho produziu um ritmo intenso de trabalho, o que não dilacerou possibilidades de redes de solidariedades para lidar com a competição e ascensão no trabalho, dar continuidade a formação acadêmica e buscar articulação com outros profissionais dentro da própria obra e da rede de serviços dos municípios, para produzir uma prática que possibilitasse o objetivo de melhores condições de acesso à saúde para esses/as trabalhadores/as.

Muitas das práticas descritas, feitas pelos/as psicólogos/as no canteiro de obras que não eram – recrutamento, seleção, avaliação psicológica e elaboração de laudos – como a organização de momentos culturais, informativos e de integração entre os/as trabalhadores/as do canteiro de obras eram vistos pelos outros setores da obra como não correspondente à demanda de prazo para entrega da construção da barragem, mas permitia que se criassem redes de apoio fundamentais entre os/as trabalhadores/as, permitindo o reconhecimento deles dentro da atividade laboral executada. Assim a invenção de uma Psicologia na obra possibilitou outras interações entre os trabalhadores, especialmente com os alojados. Dessa forma, isso fazia com que ali fosse, em alguns momentos, a Psicologia fosse um espaço privilegiado de acolhimento aos sujeitos na experiência de compor esta cidade temporária de homens.

Para que esta obra e estas vidas fossem possíveis, houve um processo quase que contínuo de construção, desconstrução e reconstrução. Para agregar o novo, para poder edificar questões que compõem modelos valorativos do masculino, do trabalho e da força. Por isso, o termo (re-des) construções das masculinidades, posicionou o que o campo

trouxe, pois, ao mesmo tempo em que existiam hegemonias para a manutenção das performances masculinas, estas sofriam tensões, oposições e reestruturações, no modo de se cuidar e se auto referenciar pelas estruturas laborais e familiares (DETONI, 2010).

As posturas no campo da Psicologia produzem subjetividades e faz-se imprescindível a desacomodação e desnaturalização de práticas que somente padronizam e normalizam os sujeitos. O que entra em constante (des)acomodação no trabalho de “inventar” uma Psicologia dentro de uma proposta mais ligada a Psicologia do Trabalho e Organizacional em um canteiro de obras que se constitui numa Psicologia Social, se pensarmos que toda a Psicologia é Social, no sentido que é construída pelo social, na forma da emergência do conhecimento e das suas práticas humanas construídas (SILVA, 2004).

O discurso psicológico que caracteriza a não implicação com o método e a existência de uma compreensão global do sujeito não pode se adaptar à realidade da composição dessa etnografia realizada na cidade temporária de homens, compostas por pessoas de quase todos os lugares do Brasil e profissionais que atentaram a essas questões de diversidades. Apontamos o quanto a Psicologia ainda precisa se deslocar, como se permitir ações de cuidado junto com as obras e a itinerância dos/as trabalhadores/as da construção civil, saindo dos ambientes quase assépticos das clínicas tradicionais para compor em outros espaços inclusive empoeirados a reinvenção e a reedição de práticas.

O trabalho por si só está em constante (re)produção e transformação, o que garante a subsistência e já traz o desenraizamento dos sujeitos como parte do processo neoliberal (CASTEL, 1998; NARDI, 2006) de como se a mobilidade se constituísse natural e universal, conforme vem trazendo os trabalhos feitos dentro dos espaços de canteiros de obras de construção de hidrelétricas (DUARTE, 2009), bem como discutido no III Encontro Latino-americano de Ciências Sociais e Barragens.

O elemento central destas construções está em tensões e disputas que percorrem os âmbitos territoriais, culturais, ambientais e profissionais, sem perder de vista as questões sociais, econômicas e ambientais imbrincadas. Por vezes, discorre-se sobre a população local

atingida pelas barragens, como a única a ser afetada, em detrimento da produção dos sujeitos que percorrem estas obras como trabalhadores/as, que também trazem suas memórias e precisam reinventar suas identidades, e enfrentar os estigmas que são produzidos como a relação da sua migração e itinerância, que toma para si a responsabilidade pelas implicações da obra, quando na verdade esta produção está atrelada a uma engrenagem maior do que a que gira a turbina da hidrelétrica, onde o fazer da Psicologia poderá fazer diferenças.

Referências

- BAERE, F.; ZANELLO, V. O gênero no comportamento suicida: Uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Estud. psicol.**, Natal, v. 23, n. 2, p. 168-178, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180017>.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 05 out. 2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>. Acesso em: 18 set. 2011.
- BUTLER, J. Diagnosticando o gênero. Tradução: André Rios. Revisão Técnica: Márcia Arán. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

DETONI, P. P. **“Seguir barragem”**: (re-des) construções das masculinidades num canteiro de obras de uma usina hidrelétrica. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2010.

DUARTE, D. A. **A migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica**: efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 10 out. 2015.

FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: **Anais XXI Reunião Annual da ANPEd**, Caxambu, 1998.

FOUCAULT, M. A Psicologia de 1850 a 1950. In: **Ditos e escritos v. I** - problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária, 1999. 122-139 p.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória Filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população. **Curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em: 24 dez. 2016.

HOLZMANN, L. Divisão Sexual do Trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Ed.) **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre, RS: Ed. Da UFRGS, 2006. p. 101-103

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. **Gênero & Saúde**. Porto

Alegre, RS: Artes Médicas, 1996. p. 19-27

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade:** trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

LHULLIER, L. A. (Org.) **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho/Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicol.**

Soc., Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000200002>.

SILVA, R. N. Notas para a genealogia de uma psicologia social. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, RS: v. 16, n. 2, p. 12-19, 2004.

SOUZA, M. R. Psicologia social e etnografia: histórico e possibilidades de contato. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 389-405, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000200389&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 12 out. 2015.

WELZER-LANG, DI. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

6. INDICADORES DE SAÚDE AMBIENTAL DE MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ

Felipe Hochheim Argerich

João Vitor Assmann Fontana

Simone Cristine dos Santos Nothaft

Maria Assunta Busato

1. INTRODUÇÃO

Durante o processo de implantação de usinas hidrelétricas (UHE) ocorrem modificações no ambiente que podem afetar a saúde da população local a partir de impactos ambientais, que modificam o estilo de vida da população local e podem aumentar a prevalência de enfermidades como doenças psiquiátricas, cardiovasculares, respiratórias e digestivas, além do impacto em áreas sociais como a renda, educação, saneamento e cultura (QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012).

No oeste de Santa Catarina foi construída a UHE Foz do Chapecó, no período de 2006 a 2010, ano que entrou em operação. Ela abastece cerca de 25% da energia consumida em Santa Catarina e 18% do Rio Grande do Sul (quantidade suficiente para suprir a demanda de pelo menos cinco milhões de residências). Doze municípios (de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul) formam a área do reservatório da usina e fazem parte das Áreas de Preservação Permanente, sendo que a região atingida no território gaúcho são os municípios objeto deste estudo: Alpestre, Erval Grande, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Nonoai e Rio dos Índios (FOZ DO CHAPECÓ, 2019).

Antes da construção de usinas hidrelétricas, é obrigatória a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Ele avalia se um projeto é viável de ser realizado a partir do seu potencial de impacto ao ecossistema local, a fim de reconhecer as modificações que serão feitas no território e tornando possível proposição de medidas protetivas e de mitigação. Contudo, no Brasil, uma Avaliação de Impacto à Saúde (AIS) não é obrigatória durante esse processo. Esse documento tem o intuito de expor impactos que, habitualmente, não são considerados consequências diretas da modificação ambiental e, por fim, são subtraídos ou suprimidos dos programas governamentais (BARBOSA; BARATA; HACON, 2012). Assim, os agravos à saúde decorrentes da implantação de UHE não são exigidos no projeto da obra, o que dificulta a criação de políticas públicas voltadas ao tema e, conseqüentemente, o manejo por parte dos gestores. Portanto, a AIS serve como uma ferramenta para tomada de decisões, pois pode subsidiar a avaliação de potenciais efeitos que uma proposta (nesse caso, a implantação de uma UHE) poderá causar à população-alvo. Com base nisso, pode-se deduzir que a realização da AIS possibilita que os impactos à saúde não sejam negligenciados, pois oferece recursos para que esses agravos sejam levados em consideração desde o início de desenvolvimento de projetos arquitetônicos (ABE; MIRAGLIA, 2017). Essa prática já está presente em países desenvolvidos, como Canadá, Reino Unido, Irlanda, Espanha, Suécia, Estados Unidos, entre outros (BRASIL, 2014).

Na América Latina a aplicação da AIS é tímida, estando em desencontro com a tendência mundial (DREWRY; KWIATKOWSKI, 2015). No Brasil, não existe regulamentação e obrigatoriedade de realização de AIS (SILVEIRA; ARAUJO NETO, 2014), o que representa um prejuízo no âmbito da saúde pública, uma vez que a população fica desassistida e, como consequência, mais suscetível a doenças ambientais, fato que poderia ser evitado. Além disso, deve ser observado que, no Brasil, as AIS muitas vezes não são vistas como instrumentos de precaução e proteção à população, mas sim impedimentos ao desenvolvimento regional, pois poderiam deter a construção de obras, sendo contrapostas e negligenciadas pelo poder público (SILVEIRA, 2016).

Diante do exposto é necessário que se estude as transformações ambientais e sociais geradas a partir da instalação da UHE no oeste de Santa Catarina e que abrange, também, municípios gaúchos. Considerando as UHE já construídas e as que estão projetadas para serem implementadas, é necessário observar os possíveis problemas de saúde associados à modificação do ambiente, para que se entendam aos possíveis agravos da saúde que impactam na população local.

O objetivo deste capítulo é apresentar os indicadores de saúde ambiental a partir da identificação das doenças ambientais do período de cinco anos antes, durante e cinco anos após a construção da UHE Foz do Chapecó, e da identificação das dimensões das políticas de saúde, ambiental e socioeconômica dos municípios gaúchos atingidos pela hidrelétrica.

O percurso metodológico da pesquisa se constitui em um estudo quantitativo transversal com desenho ecológico. A pesquisa é dita quantitativa, pois trabalha com números; transversal, pois analisou um certo período de tempo (um recorte temporal) e ecológico, pois experimentou hipóteses e confirmou, ou contestou, a efetividade de determinadas intervenções (GREENLAND; MORGENSTERN, 1992). A abrangência do estudo compreende municípios gaúchos considerados oficialmente atingidos pela UHE Foz do Chapecó, edificada no município de Águas de Chapecó, em Santa Catarina.

A coleta e análise de dados foi orientada pela Matriz de Saúde Ambiental, uma vez que ela é composta pelas dimensões: Política de Saúde, Política Ambiental, Política Socioeconômica e Doenças Ambientais (CUNHA, 2014). Para este estudo foram feitos ajustes no indicador de doenças ambientais. Este estudo é parte de um macroprojeto que adaptou a Matriz no que diz respeito à alteração na lista de agravos e doenças ambientais, considerando as contribuições de Venoz, Abe e Miraglia (2018). A adaptação corresponde à Dimensão das Doenças Ambientais (CUNHA, 2014), para as categorias Doenças Infeciosas e Parasitárias, Doenças Cardiorrespiratórias, Doenças Infectocontagiosas, Câncer, Acidente de Trabalho, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Doenças Psicossociais e Neuropsiquiátricas, Violência, Doenças Asso-

ciadas ao Stress, Acidentes de Transporte.

Os dados coletados correspondem ao período de cinco anos anteriores à instalação do canteiro de obras da UHE (2001-2005), o intervalo de tempo correspondente ao período de construção do empreendimento (2006-2010), e cinco anos posteriores ao início de geração de energia (2011-2015). A opção por este recorte temporal foi definida a fim de obter uma análise dos indicadores de saúde da população dos municípios gaúchos atingidos pela UHE Foz do Chapecó antes de sua construção, durante e posteriormente a ela, possibilitando a identificação de alterações em indicadores durante alguma dessas fases. Considera-se o período desde a negociação de terras, migração de trabalhadores de locais distintos do país para o canteiro de obras, inundação para formação do lago e construção da barragem, deslocamento da população que morava no local do canteiro de obras para outro local (etapas comuns à construção de qualquer UHE). Observa-se que nesses períodos, também, ocorrem alterações nos municípios gaúchos atingidos pela UHE, incluindo as adaptações que a população sofreu após o término da obra.

As variáveis analisadas e as respectivas fontes de coleta de informações estão relacionadas a seguir:

- Indicadores de vigilância em saúde: a capacidade instalada, a intersetorialidade, a informatização e nível de atendimento da vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental, saúde do trabalhador e laboratório de referência.

- Indicadores relacionados à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA): licenciamento de empreendimentos e outros serviços de controle ambiental. Os dados referentes aos indicadores de vigilância em saúde e à PNMA foram coletados no Plano Municipal de Saúde (PMS) disponíveis de forma on-line.

- Indicadores socioeconômicos: relacionados à qualidade de vida da população: Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Coletados de sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- Doenças relacionadas ao ambiente: os dados relacionados às doenças ambientais foram coletados do Departamento de Informática

do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e tabuladas de acordo com as especificidades do site. Foram pesquisadas com seu respectivo Capítulo no CID-10: infetoparasitárias (Capítulo I do CID-10); cardiorrespiratórias (Capítulos IX e X do CID-10); infectocontagiosas (doenças e agravos de notificação – SINAN); neoplásicas (Capítulo II do CID-10); psicossociais e neuropsiquiátricas (Capítulo V do CID-10); por acidente de trabalho (atendimentos registrados no sistema de informação da atenção básica – acidentes de trabalho); sexualmente transmissíveis (atendimentos registrados no sistema de informação da atenção básica – IST/AIDS); por violência (internações por causas externas; X60-X64 lesões autoprovocadas voluntariamente e X85-Y09 agressões); associadas ao estresse (transtorno neurótico e relacionado com stress e somatoformes; úlcera gástrica e duodenal; gastrite e duodenite; outras doenças do estômago; hipertensão arterial sistêmica; outras doenças hipertensivas, acidente vascular cerebral isquêmico e hemorrágico, infarto agudo do miocárdio e transtornos de condução e arritmias cardíacas); por acidentes de transporte (internações por causas externas; V01-V99 acidentes de transporte).

Os dados foram coletados de maneira individual por duas pessoas e os resultados comparados entre si, sendo que os divergentes foram submetidos a uma nova pesquisa para verificação.

A análise e interpretação dos dados foi feita de acordo com a Matriz de Saúde Ambiental (CUNHA, 2014) na qual os componentes recebem uma gradação de um a dez, sendo 1 (um) a pontuação mais alta e 10 (dez) a pontuação mais baixa, que é multiplicada pelo peso em valor relativo, atribuído ao item em questão.

A referida tabela apresenta a classificação de impacto utilizando a seguinte pontuação:

- Sem impacto à saúde: < 129 pontos;
- Com reduzido impacto à saúde: entre 129 e 206,50 pontos;
- Com médio impacto à saúde: \geq 206,50 até 310 pontos;
- Com grave impacto à saúde: \geq entre 310 até 425 pontos;
- Com severo impacto à saúde: \geq 425 pontos.

Na análise de doenças ambientais, foi calculada a prevalência de

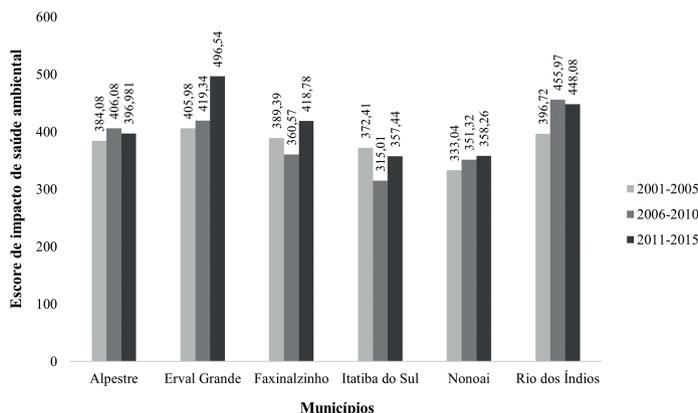
cada doença em cada período de tempo, e depois realizada média ponderada dos valores. As doenças cuja prevalência foi maior que 1% foram classificadas como frequentes – nota 10 (dez); as entre 0,1 e 0,99% ocasionais – nota 5 (cinco); e menores que 0,1% raras – nota 1 (um).

Pelo cálculo de prevalência (/100 habitantes) de cada doença ambiental por intervalo de tempo, foram comparadas entre si e entre os períodos estudados. Os resultados foram dispostos por meio de tabelas elaboradas com o *software* Microsoft Word e os gráficos com o *software* Microsoft Excel, ambos em sua versão de número 1909, *build* 12026.20264. Destaca-se que, por ser um estudo que utilizou dados secundários de fontes de domínio público, não houve necessidade da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

2. O CENÁRIO ENCONTRADO NOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ

O impacto na saúde ambiental dos municípios gaúchos atingidos pela UHE Foz do Chapecó, considerando os indicadores de Política de Saúde, Política Ambiental, Política Socioeconômica, Vigilância em Saúde e Doenças Ambientais, estão dispostos na Figura 1.

Figura 1 – Escore do impacto de saúde ambiental nos municípios gaúchos atingidos pela UHE Foz do Chapecó, antes, durante e após a construção.



Houve um aumento médio geral de 1% ao avaliar o impacto ambiental no período de construção em relação ao período anterior. Já cinco anos após a construção, houve um aumento médio geral de 7% da pontuação em relação ao período inicial.

A média do escore dos municípios, por período, foi de 380,27 pontos no anterior a construção; 384,72 durante e 412,68 após. Isso classifica todos os períodos como, segundo Cunha (2014), “grave impacto a saúde”. Nenhum município atingiu o estágio de “severo impacto a saúde”. Apesar de não haver mudança na classificação de impacto em saúde ambiental de Cunha (2014) entre os municípios, houve aumento progressivo na pontuação.

Os resultados da prevalência (/100 habitantes) das doenças ambientais, por município, estão dispostos nas Tabelas 1, 2 e 3 considerando os períodos antes, durante e depois da construção da UHE.

Tabela 1 - Prevalência das doenças notificadas (/100 habitantes) nos municípios gaúchos atingidos pela UHE Foz do Chapecó, no período de cinco anos antes de sua construção (2001-2005).

Doenças	Alpestre	Erval Grande	Faxinalzinho	Itatiba do Sul	Nonoai	Rio dos Índios
Infectoparasitárias	4,47	0,81	2,94	1,41	3,67	4,3
Cardiorrespiratórias	15,24	17,32	20,36	9,39	20,54	18,1
Neoplasias	1,16	1,77	1,85	3,03	1,3	1,04
Psicossociais e neuropsiquiátricas	0,56	0,53	0,75	0,8	0,41	0,49
Acidentes de trabalho	0	0	0	0	0,07	0
Infecções sexualmente transmissíveis	0,23	16,2	0,03	0,78	0,76	2,3
Violência	0,1	0,05	0,07	0,08	0,16	0,11
Acidentes de transporte	0,15	0,18	0,1	0,1	0,1	0,02
Infectocontagiosas	0,81	1,68	0,55	0,19	0,53	0,34
Relacionadas ao stress	1,59	1,93	0,86	1,29	0,76	1,25

Fonte: Brasil (2019).

Tabela 2 - Prevalência das doenças notificadas (/100 habitantes) nos municípios gaúchos atingidos pela UHE Foz do Chapecó no período da sua construção (2006-2010).

Doenças	Alpestre	Erval Grande	Faxinalzinho	Itatiba do Sul	Nonoai	Rio dos Índios
Infectoparasitárias	2,68	1,95	2,77	0,46	2,94	2,81
Cardiorrespiratórias	16,48	16,26	21,31	6,85	18,36	15,61
Neoplasias	2,25	3,74	3,87	3,01	2,17	2,32
Psicossociais e neuropsiquiátricas	0,31	0,78	1,54	0,59	2	1,62
Acidentes de trabalho	0,13	0,04	0	0	0,05	1,06
Infecções sexualmente transmissíveis	1,78	16,89	0,03	0,29	0,67	3,55
Violência	0,02	0,02	0,07	0,04	0,2	0,09
Acidentes de transporte	0,06	0,09	0,1	0	0,21	0,13
Infectocontagiosas	1,03	1,17	0,55	0,34	1,24	1,02
Relacionadas ao stress	0,63	1,15	0,86	0,84	0,56	0,77

Fonte: Brasil (2019).

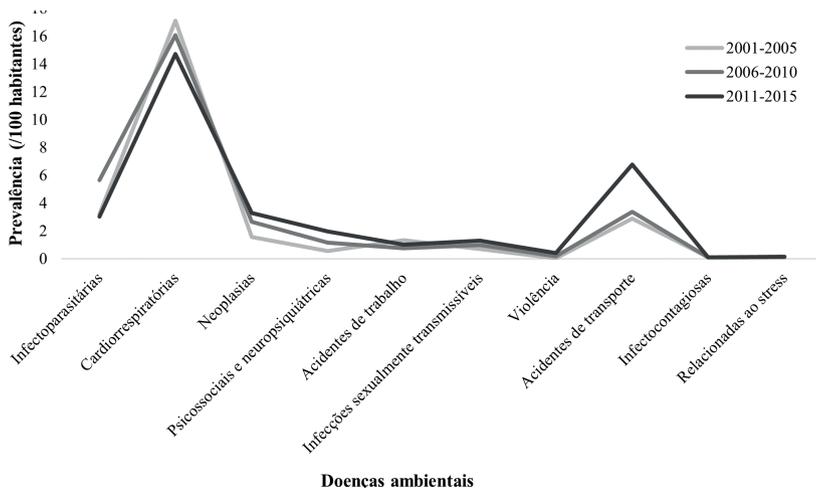
Tabela 3 - Prevalência das doenças notificadas (/100 habitantes) nos municípios gaúchos atingidos pela UHE Foz do Chapecó no período de cinco anos após sua construção (2011-2015).

Doenças	Alpestre	Erval Grande	Faxinalzinho	Itatiba do Sul	Nonoai	Rio dos Índios
Infectoparasitárias	1,76	1,94	3,74	0,53	4,75	3,9
Cardiorrespiratórias	17,62	12,71	13,56	5,54	16,64	16,12
Neoplasias	3,69	4,47	3,43	4,46	2,35	2,35
Psicossociais e neuropsiquiátricas	1,4	1,53	1,99	0,86	3	1,71
Acidentes de trabalho	0	1,8	0,93	0	0	0,61
Infecções sexualmente transmissíveis	18,76	15,61	0,97	0,17	0,29	0,91
Violência	0,07	0	0,16	0	0,16	0,17
Acidentes de transporte	0,06	0,02	0,04	0	0,26	0,33
Infectocontagiosas	1,47	1,51	0,62	0,31	1,41	1,77
Relacionadas ao stress	0,75	0,95	1,52	0,89	0,99	1,49

Fonte: Brasil (2019).

Os resultados que demonstram a prevalência geral das doenças ambientais, sem discriminação por município, estão dispostos na Figura 2.

Figura 2 - Prevalência (/100 habitantes) das doenças notificadas nos municípios gaúchos atingidos pela UHE Foz do Chapecó, nos períodos de 2001 a 2005, 2006 a 2010 e 2011 a 2015.



- Aumentaram de maneira progressiva, no período posterior em relação ao período anterior à implantação, os agravos: neoplásicos (2,1 vezes); psicossociais e neuropsiquiátricos (3,6 vezes); infecções sexualmente transmissíveis (1,8 vezes); relacionados à violência (19,5 vezes); relacionados aos acidentes de transporte (2,3 vezes);

- Aumentaram, somente durante a implantação, com queda posterior, as doenças infectoparasitárias (1,76 vezes);

- Houve queda progressiva (durante a implantação e cinco anos após) das doenças cardiorrespiratórias (0,86 vezes);

- Houve queda nos acidentes de trabalho somente durante a implantação (0,55 vezes – período de implantação em relação ao período anterior), mas com aumento nos cinco anos posteriores (1,36 vezes).

O escore da matriz de saúde ambiental cresceu gradativamente desde o início das obras. O aumento aproximado de 7% no período posterior a construção sugere um maior impacto ambiental em relação ao período pré-implantação.

Importante ressaltar que nenhum município, em nenhum período, obteve escore abaixo de 310, portanto todos possuem classificação como “grave impacto à saúde” (CUNHA, 2014). Um dos fatores contribuintes para essa pontuação foi a ausência de informações sobre as políticas de saúde, pois os planos municipais de saúde relativos aos três períodos analisados não estavam disponíveis de forma *on-line*. Portanto, é ímprobo afirmar que esses serviços foram ou estão sendo oferecidos nos municípios, o que aumenta significativamente o escore base da matriz. O aumento progressivo na pontuação se deveu ao aumento de incidência das doenças ambientais ao longo do tempo.

As doenças infectoparasitárias tiveram elevação da prevalência no período marcado pela implantação da estrutura física da obra. Tais alterações no território, como ocupação da terra, desmatamento e enchentes são apontados por Veronez, Abe e Miraglia (2018) como possíveis fatores associados à elevação de doenças infectoparasitárias durante a construção de empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Evidenciou-se um forte aumento da prevalência desses agravos durante a construção, com queda posterior.

As modificações do terreno, a formação do lago artificial – e consequente alagamento das áreas adjacentes – apresentam-se como o ambiente ideal para a proliferação de mosquitos, como os gêneros *Anopheles* e *Aedes*, propagadores, respectivamente, da malária e dengue, como é destacado em achados no leito do rio Madeira por Katsuragawa *et al.* (2009). Apesar da escassez de notificações destas doenças neste estudo, acredita-se que as áreas inundadas circunjacentes também se manifestem na multiplicação de outros insetos ou parasitas, o que poderia explicar a elevação de doenças infectoparasitárias durante a etapa do represamento.

A chegada de grupos de trabalhadores braçais para laborar na construção da UHE, assim como exposto por Grisotti (2016), tende a significar uma expansão no influxo do tráfego urbano e na ocorrência de acidentes, também influenciados pela translocação da população rural afetada, que migra para a área urbana. A somatória destes fatores pode ter culminado no crescimento do número de pedestres e veículos circu-

lantes nos municípios, o que torna plausível estabelecer uma relação de causalidade com o pico de atendimentos por causas externas, tais como acidentes de transporte, assim como nos achados de Veronez, Abe e Miraglia (2018).

Além da remodelação do sistema de transporte local, a migração de operários pode ter influência em outros setores como, por exemplo, estimular o surgimento e oferta de serviços de prostituição. Esta relação com profissionais do sexo, assim como a interação com a população nativa sexualmente ativa, é possivelmente uma relação causal, de modo que o aumento da prevalência de infecções sexualmente transmissíveis coincide com o período de implantação da UHE, ou seja, época em que houve o intercâmbio cultural entre os grupos citados (SILVEIRA, 2016). O mesmo autor e Grisotti (2016) evidenciam, em seus estudos sobre a UHE de Belo Monte, que somente os casos de HIV quase quadruplicaram durante as obras da referida usina em relação ao período anterior, junto ao aumento da incidência de sífilis em gestantes no município de Altamira/MG.

Ainda sobre as relações com a classe laboral atraída pela usina, a amplificação progressiva da violência pode estar relacionada ao convívio com os moradores nativos, em decorrência de desigualdades sociais e culturais, como observado por Queiroz e Motta-Veiga (2012). No caso da UHE Belo Monte, a incidência de violência aumentou drasticamente (quase triplicou), sendo que o início desse fenômeno coincide com a chegada de trabalhadores para auxiliar na obra (SILVEIRA, 2016; GRISOTTI, 2016).

Embora a operação da usina se destaque como uma importante fonte de renda, Veronez, Abe e Miraglia (2018), tal como Queiroz e Motta-Veiga (2012), sugerem que, além dos demais agravantes já citados, o aumento do poder aquisitivo, somado ao influxo de capital externo na região, possa ser um fator causador e estimulador da ascensão de práticas insalubres, tais como alcoolismo e o tráfico/consumo de entorpecentes, possibilitando conflituosas relações com os habitantes da localidade, culminando na elevação constatada de casos de agressão e homicídio. Problemas esses que, além de afetar a saúde física, predispõem a doen-

ças psiquiátricas devido à relação entre os dois fatores. Berenson (2019) mostrou que o uso de drogas como a maconha é um fator de risco para desenvolvimento de doenças mentais psicóticas (como a esquizofrenia). Além disso, o mesmo autor também mostra que quadros de psicose são importante fator de risco para quadros violentos.

A multiplicação de neoplasias, registrada durante o período de implantação e pós-construção, pode ser derivada das modificações ambientais causadas pela planta de energia, uma vez que, como analisado por Abe e Miraglia (2016), a demanda de combustível pelo maquinário exigida para construção, manutenção e funcionamento da estrutura é uma fonte geradora de gases e emanações, sendo passível – assim como os rejeitos da planta elétrica – de influenciar diretamente na fisiologia da população local, e passa a ter íntima relação com a higidez respiratória daqueles expostos cronicamente aos fumos, de modo a se manifestar na forma de agravos, entre eles o câncer. Contudo, vale ressaltar que o aumento do número de neoplasias pode estar relacionado também ao crescimento de casos a nível nacional e mundial. Esse aumento pode não estar associado à UHE, mas sim ao perfil epidemiológico contemporâneo.

Aponta-se também que queixas associadas a distúrbios psicossociais e neuropsiquiátricos triplicaram após o início do empreendimento, possivelmente causadas pelo reassentamento de grupos habitacionais próximos à barragem, o que poderia ter fomentado alterações no estilo de vida da população ribeirinha, assim como o abandono de tradições e a perda da propriedade familiar e intelectual. Os estudos de Veronez, Abe e Miraglia (2018) corroboram estes achados, associados também à elevação da morbidade relacionada ao estresse, apesar da variação desta não ter sido constatada nesta pesquisa. Da Rosa, Busato, Ferraz e Camponogara (2018) confirmam essa relação ao demonstrar em seu estudo que agricultores tiveram problemas psiquiátricos relacionados ao reassentamento de suas terras nativas. Por meio dos depoimentos coletados da população, os autores perceberam a interferência do abandono do lar e das amizades, que muitas vezes perduraram por anos em suas terras nativas, no desenvolvimento de quadros depressivos. De-

monstram, ademais, que o nível de estresse dos reassentados também subiu de maneira significativa, sendo que muitos tiveram diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e gastrites, por exemplo, após as mudanças de localidade.

Ao contrário do que é constatado nos estudos de Veronez, Abe e Miraglia (2018) e por Queiroz e Motta-Veiga (2012), que observaram na UHE James Bay (Quebec/Canadá) um aumento da taxa de hospitalização por doenças cardiovasculares da população local após a instalação do empreendimento hidrelétrico, neste estudo as internações devido a patologias cardiorrespiratórias apresentam queda progressiva após a implantação da UHE. Da mesma forma, Veronez, Abe e Miraglia (2018) justificam em seu estudo que a poluição do ar pode ser explicada pelo aumento populacional e, conseqüentemente, o aumento de veículos automotores circulantes do ambiente, além da maior demanda de serviços para o processo de construção. Os autores destacam, em sua pesquisa, o aumento de enfermidades como asma, pneumonia, bronquite, enfisema e doenças isquêmicas cardiovasculares (infarto agudo do miocárdio).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, fica evidente que, desde o processo de implantação da UHE, os dados de saúde ambiental foram agravados de maneira gradual até o período de cinco anos após, fato que pode ser explicado ao utilizar como base as modificações ambientais (alteração no ambiente) e processo de readaptação social (redistribuição populacional) gerados no território, assim como as demais conseqüências da implantação do projeto, como a geração de ambientes ideais para difusão de vetores e o choque cultural com a população atraída pelo empreendimento.

Por conseguinte, as sequelas da ausência de uma AIS poderão refletir-se no dia-a-dia dos municípios – e, a longo prazo, nos próprios indicadores de saúde descritos neste trabalho. Além disso, importante frisar o possível despreparo das equipes e da capacidade do próprio sistema de saúde frente a novos desafios oriundos gerados pela implantação da UHE, os quais, se previstos com antecedência, poderiam ser ma-

nejados com maior eficácia pelo poder público, corretamente organizado e orientado quanto à natureza das enfermidades propensas a emergir.

A título de finalização, destaca-se a necessidade de realização de AIS para todo empreendimento hidrelétrico a ser construído, a fim de identificar as possíveis transformações no ambiente que possam afetar, a curto, médio e longo prazo, a saúde da população direta ou indiretamente atingida. Essa perspectiva contribuirá com o direcionamento de políticas públicas no sentido de vigilância, prevenção e assistência em relação às doenças ambientais mais frequentemente vivenciadas por municípios atingidos pelas UHE.

A antecipação de políticas públicas voltadas para um determinado território é fundamental quando se trata de grandes projetos que modificam o local. A AIS deveria ser realizada antes mesmo da aprovação do projeto arquitetônico, pois serviria como direcionador para ações de saúde preventivas, fato que não aconteceu na UHE Foz do Chapecó e que, talvez, possa explicar os resultados encontrados na Matriz de Saúde Ambiental. Além da prevenção, a AIS prepararia os gestores e profissionais dos municípios no sentido de fornecer uma base de quais enfermidades têm potencial de surgimento, de modo a facilitar seu rastreamento e, conseqüentemente, o tratamento. Ações como essa poderiam minimizar impactos encontrados na UHE Foz do Chapecó, ao considerar que o escore de saúde ambiental obteve piora gradativa desde sua implantação, além do aumento da grande maioria das doenças ambientais.

Evidenciou-se também, a ausência na disponibilização dos planos municipais de saúde e/ou relatório de gestão, que contêm informações acerca de políticas ambientais, socioeconômicas e de saúde. Essa fragilidade causada pela carência de informações impossibilita saber se serviços essenciais foram oferecidos pela administração dos municípios gaúchos atingidos pela UHE.

É fundamental, também, ponderar que, embora se ajustem aos períodos estudados, as alterações epidemiológicas encontradas na pesquisa podem não ser definitivamente atribuídas à implantação e funcionamento da UHE Foz do Chapecó, uma vez que ainda há diversas variáveis envolvidas que possam explicar o aumento das notificações, como

a melhoria da informatização do Sistema Único de Saúde nos municípios e o próprio crescimento demográfico destes. Contudo, é mister salientar que as evidências citadas nesse estudo sugerem uma possível relação entre os indicadores de saúde ambiental e a construção da UHE Foz do Chapecó.

Referências

ABE, K. C.; MIRAGLIA, S. G. E. K. Avaliação de Impacto à Saúde (AIS) no Brasil e América Latina: uma ferramenta essencial a projetos, planos e políticas. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 65, p. 349-358, 2017.

BARBOSA, E. M.; BARATA, M. M. L.; HACON, S. S. A saúde no licenciamento ambiental: uma proposta metodológica para a avaliação dos impactos da indústria de petróleo e gás. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 2, n. 17, p. 299-310, 2012.

BERENSON, A. Marijuana, mental illness, and violence. **Missouri Medicine**, v. 6, n. 116, p. 446-449, 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. DATASUS. **Cadernos de Informações de Saúde**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rs.htm>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Avaliação de Impacto à Saúde - AIS: Metodologia adaptada para aplicação no Brasil**. Brasília, 2014.

CUNHA, G. F. **O estudo do impacto à saúde humana na avaliação de impacto ambiental**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DREWRY, J.; KWIATKOWSKI, R. The role health impact assessment in advanced sustainable development in Latin America and the Caribbean. **Journal of Environmental Health**, v. 77, n. 8, p. 16-20, 2015.

FOZ DO CHAPECÓ. **A Usina Foz do Chapecó**. Disponível em: <http://www.fozdochapeco.com.br/usina/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

GREENLAND, S., MORGENSTERN, H. Ecological bias, confounding and effect modification. **International Journal of Epidemiology**, 18, p. 269-274, 1992.

GRISOTTI, M. A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n.

2, p. 291-310, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. (2019). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

KATSUWAGAWA, T. H., CUNHA, R. P. A., SOUZA, D. C. A., GIL, L. H. S.; CRUZ, R. B., ALMEIDA E SILVA, A., TADA, M. S.; SILVA, L. H. P. Malária e aspectos hematológicos em moradores da área de influência dos futuros reservatórios das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, Rondônia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 25, n. 7, p. 1486-1492.

QUEIROZ, A. R. S.; MOTTA-VEIGA, M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: v. 17, n. 6, p. 1387-1398, 2012.

ROSA, L.; BUSATO, M. A.; FERRAZ, L.; CAMPONOGARA, S. Repercussões na saúde das famílias que vivenciaram mudanças ambientais provocadas pela construção de usina hidrelétrica. **Ambiente & Sociedade**, 21, p.1-16, 2018.

SILVEIRA, M.; ARAUJO NETO, M. D. Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: conexão possível entre saúde e meio ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 9, p. 3829-3838, 2014.

SILVEIRA, M. **A implantação de hidrelétricas na Amazônia brasileira, impactos socioambientais e à saúde com as transformações no território**: o caso da UHE Belo Monte. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, p. 78, 2016.

VERONEZ, D. V.; ABE, K. C.; MIRAGLIA, S. G. E. K. Health Impact Assessment of the construction of hydroelectric dams in Brazil. **Chronicles Of Health Impact Assessment**, v. 3, n.1, p. 11-36, 2018.

7. QUANDO O DESASTRE EXPÕE AS VULNERABILIDADES OCULTADAS: dos riscos silenciados do “progresso” aos danos psicossociais vividos

Daniele Almeida Duarte

E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso quis eu fazer a minha poesia, dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz. (GULLAR, 1997, p. 5).

1. INTRODUÇÃO

A história é vivida por pessoas em um cotidiano. Não se restringe a um conceito abstrato, tampouco rende-se a uma narrativa magna e hegemônica. Está encarnada em corpos e afetos atravessados por jogos de forças e exercícios de poder. Situa-se em um tempo, espaço e feixe de relações. Possui timbres de voz. Idade. Raça. Gênero. Sonhos. No dentro-e-fora histórico está a cultura e a tradição. Está habitada por costumes, hábitos e premissas dotadas de valores e significação. A história possui cheiro, gosto, textura e cor. Movimento e fixação. Remete a uma territorialidade, onde a vida transcorre em uma temporalidade, por meio da qual são elaboradas e transmitidas as narrativas das experiências. Nesse contexto estão enredadas a memória e a subjetividade.

Tendo isso em vista, chamaremos a atenção para o espaço biográfico (ARFUCH, 2010) a fim de tanger os desdobramentos psicossociais

ciais daqueles que tiveram suas histórias de vida transformadas por barragens. Abordaremos tanto os desastres oriundos do rompimento de barragens de minérios quanto o impacto das instalações de barragens de empreendimentos hidrelétricos. Exploraremos as contradições que estes modelos produtivos alavancam, ambos símbolos portentosos de desenvolvimento econômico e geração de lucro, ao mesmo tempo em que produzem danos socioambientais e ocultam vulnerabilidades ao criar e gerir artificialmente riscos. Nesse espaço biográfico vituperado encontramos as narrativas que expressam os sentidos e significados do vivido em sociedade, encarnados em sujeitos reais, onde estão entrelaçadas as esferas pública e privada, o social e o psíquico. Nesse viés, essas narrativas iluminam, mesmo que em “pequena escala” (ARFUCH, 2010, p. 33), o cenário de uma determinada época e lugar. Interessa-nos dar relevo e expressão aos impactos psicossociais causados por esses empreendimentos para reconhecer a dimensão negligenciada do sofrimento, negado, distorcido e silenciado – seja por manter um discurso de fatalidade dos eventos seja de desresponsabilização pelos agravos e perigos desencadeados por essas corporações.

Os estudos que tratam genericamente do termo “barragens” envolvem diferentes discussões, alcançando distintas análises conforme a área de conhecimento norteadora, a especificidade do tema abordado e do setor produtivo focado. Conforme a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei nº 12.334/2010, a nomenclatura barragem é compreendida como

[...] qualquer estrutura em um curso permanente ou temporário de água para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas.

Por exemplo, ao se tratar do ramo hidrelétrico, as barragens permitem a formação de reservatórios de água, que compõem a estrutura necessária para o processo de geração de energia elétrica. Por sua vez, no setor de mineração, há as barragens de rejeitos para armazenar resíduos resultantes dos processos de beneficiamento dos minérios.

Desse modo, este capítulo estrutura-se na modalidade de um ensaio, no qual exploraremos o tema “barragens” em relação aos seus im-

pactos psicossociais, fazendo referência ao agravamento dos processos de vulnerabilização concomitantes aos riscos gestados por esses empreendimentos, desde o planejamento e execução da construção até a gestão e manutenção dos mesmos. Nessa empreitada, demarcamos a vinculação do desastre, envolvendo barragens, com o acidente de trabalho ampliado, capaz de atingir não somente seus trabalhadores, mas também a comunidade externa e o ecossistema que excedem os limites do parque produtivo.

Tal cenário gera repercussões sobre o processo saúde-doença e assume expressões de sofrimento com amplitude temporal capaz de engendrar agravos a curto, médio e longo prazos. Os desafios para lidar com os efeitos dos desastres oriundos de barragem ultrapassam o setor da saúde, estendendo-se para as demais políticas públicas, sindicatos, movimentos sociais e organizações de base para enfrentar as consequências adversas que atingem a vida e o bem-estar de comunidades e populações. Para compreender isso, nos ateremos ao campo da Saúde Coletiva em diálogo com a Psicologia Social, percorrendo conceitos de diversas áreas de conhecimento a fim de vislumbrar o que está enredado na complexidade desses eventos.

2. DIMENSÃO SOCIAL DO RISCO E VULNERABILIDADES: O TERRITÓRIO COMO CONTEXTO DO DESASTRE

Segundo Freitas, Oliveira e Barcellos (2020), persiste ainda a compreensão da gênese dos desastres reduzidas aos eventos da natureza ou falhas nas estruturas tecnológicas, o que restringe não somente a compreensão de suas relações causais, mas também o dimensionamento de suas consequências e medidas efetivas de prevenção. Deste modo, para além da identificação dos números de vidas perdidas em cada um desses eventos trágicos, é necessário deslindar os processos de desenvolvimento social e econômico presentes na cena, inclusive os fatores que produzem vulnerabilidades. Para isso, é preciso reconhecer os elementos constituintes dos territórios de vida e trabalho.

Por que aquilatar o território nessa reflexão? Santos (1999), nos

ensinava que o território é o lugar. Nele são vividas as ações, paixões, poderes, relações e jogos de forças onde desabrocha a história e a existência manifesta-se. Os dramas do mundo, das nações, situam-se na dimensão do lugar, também nos corpos e afetos das pessoas.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 1999, p. 8)

Perante isso, o ponto de partida é entender os desastres como eventos sociais trágicos e com intensidade de estresse gerado. São acontecimentos físicos, com distintos fatores correlacionados, que mobilizam a experiência humana (VALENCIO, 2009, 2020).

Para o Sistema Nacional de Defesa Civil, desastre é o

[...] resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (DECRETO nº 7.257, 2010).

Com a Instrução Normativa nº 01 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012) sobre procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, define-se desastre, de maneira mais demarcada, como:

[...] resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.

O desastre é resultado de eventos que põem em risco a vida humana, o meio ambiente e seu entorno material e imaterial. É proveniente de uma combinação de fatores de ameaças e vulnerabilidades expondo populações específicas aos riscos desses eventos ocorrerem. O desastre se efetiva quando uma ameaça incidiu sobre um cenário vulnerável, gerando danos e prejuízos a uma comunidade, de maneira que esse local atingido não possui meios suficientes e capazes para lidar com as consequências deletérias desse fenômeno (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2014).

Segundo Tominaga, Santoro e Amaral (2015), a origem dos desastres pode ser classificada em suas causas primárias como naturais ou humanos/antropogênicos. Os desastres naturais são fenômenos da natureza de grande intensidade, agravados ou não pela ação humana¹, por exemplo: dinâmica interna da Terra (terremoto, maremoto, tsunami, vulcanismo etc.) ou externa (tempestades, tornado, inundação, furacão etc.). Por sua vez, os desastres humanos ou antropogênicos são resultados de ações ou omissões humanas, relacionados com a atividade humana (sendo agente ou autor), por exemplo: acidentes de trânsito, contaminação de rios, rompimento de barragens entre outros.

Além das origens do desastre, outra classificação utilizada é a intensidade. Ela permite construir planejamento de respostas e acionar o processo de recuperação da área atingida, bem como providenciar socorro e amparo às vítimas mediante a disponibilização de ações e recursos suficientes perante a magnitude dos danos e prejuízos causados.

Em síntese, o desastre, na vertente da Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD) (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2015), possui duas características centrais: a interrupção do funcionamento normal, cotidiano, de uma sociedade ou comunidade (por envolver perdas materiais, econômicas, danos ambientais e à saúde – como agravos, doenças e óbitos imediatos ou posteriores ao evento) e por ultrapassar a capacidade de resposta para lidar com esse evento adverso, sendo, portanto, o emprego de seus próprios recursos insuficientes:

Para que um evento se constitua em um desastre, é necessário que combine ameaças (naturais e/ou tecnológicas), exposição, condições de vulnerabilidade, insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco (NARVAEZ *et al.*, 2009 *apud* OPAS, 2015, p. 9).

Nenhum ponto do globo terrestre encontra-se livre da ocorrência de desastre, contudo, os países e comunidades com maior grau de vulnerabilidade estão sujeitos às consequências mais graves, uma vez que está diretamente relacionado ao nível de desenvolvimento social, econômico e ambiental do território atingido. Ademais, a vulnerabilidade

¹ Há uma estreita relação entre sociedade e natureza. Os eventos geofísicos, meteorológicos, hidrológicos e climatológicos, pelas suas condições e determinações que culminam em ameaças e perigos, podem transformar-se em desastres com graves efeitos para a população e comunidades. (OPAS, 2015)

das populações e comunidades está ligada tanto ao crescimento populacional acelerado e desorganizado, especialmente nas áreas urbanas, quanto ao curso extenuante de intensa exploração dos recursos naturais mais o modelo de produção industrial e agrícola. (OPAS, 2015)

Para cada cenário de desastre é preciso compreender a moldura conjuntural e local que o compõe, buscando identificar os fatores que o precipitou e as ações decorrentes. Esses eventos colocam em interação as dimensões psíquicas, físicas, organizativas etc. que interferirão na vivência do impacto, podendo agravá-lo ou mitigar seus efeitos. Existem qualidades específicas a serem compreendidas nesse evento adverso, pois há uma localização geográfica, dimensões de magnitude, intensidade, probabilidade e frequência distintas (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019; OPAS, 2015).

A vulnerabilidade está entrelaçada com a estrutura socioeconômica e político-cultural de um país, pois é ela que, em conjunto, produzirá condições de vida precárias e ambientes deteriorados. Nessa concepção, o desastre atualiza e cria novos cenários de riscos e vulnerabilidades, conjugando em uma perspectiva socioambiental os seguintes aspectos:

a) os processos sociais que resultam na precariedade das condições de vida e proteção social (trabalho, renda, saúde e educação, assim como aspectos ligados a infraestrutura, como habitações saudáveis e seguras, estradas, saneamento, entre outros) que tornam determinados grupos populacionais (por exemplo, idosos e crianças), principalmente entre os mais pobres, vulneráveis aos desastres;

b) as mudanças ambientais resultantes da degradação ambiental (áreas de proteção ambiental ocupadas, desmatamento de encostas e leitos de rios, poluição de águas, solos e atmosfera, entre outros) que tornam determinadas áreas mais vulneráveis frente a ocorrência de ameaças e seus eventos subsequentes. (OPAS, 2015, p. 10).

A vulnerabilidade socioambiental está intimamente relacionada com o risco. Sua compreensão permite uma visão mais crítica e desnaturalizante do desastre quanto às pistas dos elementos geradores de perigos (VALENCIO, 2020). Isso quer dizer que a capacidade de reduzir e lidar com os riscos tanto produz quanto resulta em processos de vulnerabilidades – o que repercute em restrições para prevenir os riscos potenciais e imediatos quanto para dar respostas adequadas para as áreas e pessoas afetadas. Isso leva ao entendimento que existem territórios

críticos, expostos a desastres iminentes, em diferentes níveis e escalas, por estarem combinados com problemas socioambientais. Tal concepção deveria levar a uma leitura antecipada da potencialidade do risco como um evento não somente real, mas, fundamentalmente, prevenível.

As diferentes graduações de vulnerabilidades atingem a cidadania. No Brasil são inúmeras as pessoas que buscam sobreviver à margem do Estado, tendo que lidar diariamente com a escassez de oportunidades econômicas, ausência de moradia digna e segura, falta de saneamento básico e pouco acesso aos bens e serviços, como os de saúde. A precariedade material repercute na subjetividade e na vivência da descartabilidade das vidas humanas (VALENCIO, 2020).

O processo de vulnerabilização é uma espiral que reúne várias outras e pode ser expresso em termos de desigualdades – não apenas na esfera produtiva-econômica –, mas de saúde pública acerca do perfil populacional de quem foi atingido por desastres. Crises que os desastres irrompem, quando contextualizadas no campo político-social, expõem os conflitos e contradições ocultos e silenciados, tais como a profundidade estrutural das desigualdades sociais e de gênero, o racismo e a violência (SÁ; MIRANDA; MAGALHAES, 2020).

No caso do rompimento de barragens de mineração em Mariana-MG e Brumadinho-MG, a população afetada era predominantemente composta por negros e pobres. Tal perfil é reiterado perante a probabilidade de ocorrência de outras catástrofes. Ao verificar os dados censitários do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) de 2010 com o mapa de inundação de 59 barragens da Vale S.A., se houver um rompimento dessas barragens, a população residente em áreas de possíveis impactos imediatos é composta por maioria negra, segundo análise de Milanez e Wanderley (2020).

O processo saúde-doença deve necessariamente ser circunstanciado a partir das desigualdades e vulnerabilizações produzidas, pois são determinações sociais que interferem na saúde e na qualidade de vida. Isso permite desvelar não somente como essas iniquidades atingem o corpo e a subjetividade, mas atentar para o sofrimento psicossocial, as demandas a serem acolhidas e suas estreitas relações com o território

habitado, o trabalho vivido e as relações constituídas. Nas palavras de Fernandes (2019, p. 181):

Entende-se que o tema da saúde, no contexto do rompimento da barragem, é complexo e envolve muitas dimensões nas relações com o desastre, desde análises químicas da lama e do ar, exames das dores físicas, mas também das dores sociais, como a perda da habitação, o rompimento de relações, o sentimento de desamparo, de medo e tristeza agravados pela consciência de não direito à saúde.

Circunstanciar as condições de vulnerabilidades existentes previamente, agravadas ou desencadeadas pelos desastres é fundamental para construir respostas adequadas e, essencialmente, preveni-los, uma vez que estão diretamente relacionadas com a propensão dessa população ou comunidade sofrer maior incidência tanto do desastre quanto mais impactos desses, além de ter interdita a possibilidade de reduzir riscos ou lograr recursos suficientes para enfrentar tais eventos. Em uma perspectiva socioambiental, as condições que engendram as vulnerabilidades estão diretamente vinculadas e, também são consequências, dos processos sociais, econômicos e das mudanças ambientais.

3. ACIDENTE DE TRABALHO AMPLIADO E DESASTRE: O CULMINAR DOS RISCOS

Para Valencio (2009, p. 177) “desastre é a concretização de um risco”. Vivemos em uma Era da Incerteza (GALBRAITH, 1983 *apud* VALENCIO, 2020), haja vista que mais do que ameaças supostamente conhecidas, predomina, em franca expansão, uma constelação de incertezas, riscos, perigos e inseguranças associados ao âmbito socioambiental e tecnológico. O conhecimento do perito é insuficiente, mesmo que insista em gerenciar e controlar os riscos conhecidos. O saber contemporâneo sobre essa realidade obnubilada, por mais que exalte um ideal de progresso e tecnicidade, precisa avançar em uma perspectiva crítica e complexa, reconhecendo que os elos ocultos e imprevisíveis são os fatores que emergem em uma cadeia multifatorial, a qual culmina na concretização dos desastres.

Beck (2006, 2010) ao ponderar minuciosamente sobre o risco e sua profusão escalar, afirma que a sociedade vive um momento de peri-

gos e ameaças sem precedentes. Especialmente pela transformação das forças produtivas, econômicas e tecnológicas advindas da modernização em uma extensão globalizada, o que atinge de maneira profunda as referências, seguranças e certezas que norteavam, até então, as vidas e as subjetividades.

Para o referido autor, há uma condição imposta, um processo de modernização que trouxe consigo não somente promessas de progresso, liberdade e resolução de problemas, mas forjou incertezas por meio de suas forças destrutivas advindas da distribuição de riscos mundialmente interconectados, que nos afetam. Isso tem paralelo direto com a concepção de Valencio (2009, 2020), da gama de eventos catastróficos que se mantém por meio da banalização da vida em solo brasileiro e da brutalidade dos agravos e mortes.

[...] que a vida cotidiana do homem comum pode ser desmantelada, de um instante para o outro, por 'boas razões'. [...] das lógicas da acumulação privadas, dos prejuízos socializados, do aparato estatal sequestrado por interesses corporativos e das injustiças sociais perenizadas – é o que garante a recorrência da manifestação desses riscos como desastres (VALENCIO, 2020, p. 25, 30).

São ameaças e danos que não são passíveis de serem plenamente calculados e previsíveis, sofrendo um processo de invisibilização cotidiana. Trata-se da “sociedade catastrófica” (BECK, 2010, p. 28). Convive-se diariamente com situações de ameaça mundial, consubstanciando-se em riscos civilizatórios em que não há a possibilidade de controle das consequências, as quais podem chegar à destruição da vida no planeta. Sobre isso, Beck (2006) destaca três segmentos de perigo: crise ecológica, crise financeira e o terrorismo. São riscos que remetem ao uso de materiais radioativos (como acidentes nucleares em vários locais do globo terrestre), o desmatamento massivo em escala global, a insegurança alimentar (produtos geneticamente manipulados, cultivos com uso nocivo de agrotóxicos), poluentes disseminados na vida urbana e rural que atingem a fauna, flora e ser humano etc., violência generalizada – sendo muito desses danos irreversíveis.

As omissões, que vão da prevenção até o processo de resposta, reparação e reconstrução do cenário de impacto das catástrofes, passam anteriormente pelas ameaças, riscos e perigos que foram anterior-

mente negados ou reinterpretados, ficando ao encargo dos especialistas para serem mensurados e dosados os efeitos colaterais da modernização e de seus processos industriais (BECK, 2010).

Becker (2010, p. 39), menciona a dimensão do risco como um “ainda-não evento”. Isto é, embora não tenha ocorrido, por se tratar de uma previsão, diz de um prognóstico dos efeitos nefastos de ameaças iminentes, uma antecipação de destruições prestes a emergir em um futuro. Tem-se uma díade real e irreal, pois na sociedade de risco há um paradoxo em que se pode legitimar tanto a sua existência, seja evitando-os seja admitindo-os e apenas distribuindo seletivamente seus efeitos – embora o autor reconheça o universalismo das ameaças decorrente dos riscos da modernização e seu processo industrial integrados em cadeias que ultrapassam as fronteiras. Isso não deixa de reiterar uma lógica de desigualdades sociais (disparidades de renda e poder, consumo, tempo de escolaridade, raça/etnia, gênero, geracional etc.), interferentes diretamente nas possibilidades de lidar e intervir nos riscos.

Nesses termos, entendemos com Beck (2010) que o culminar de uma série de catástrofes não somente abala as certezas e crenças nos sistemas, perícias e instituições, mas trazem consequências de uma vida digna que não pôde ser vivida. Mesmo que as interpretações desses fenômenos venham travestidas por gramáticas distintas, recobertas de fórmulas e legendas, elas expressam tensões, distintas relações de poder, conflitos e interesses antagônicos entre os envolvidos. Todavia, o revés de sua materialização se localiza geograficamente, em territórios de vida encarnados em uma biografia construída em um tempo, espaço e lugar.

Tal proposição permite focar o sistema produtivo-econômico global e local. Freitas e Silva (2019), ao analisarem os acidentes de trabalho (AT) ampliados/desastres, como os de Mariana-MG e Brumadinho-MG, que envolviam o rompimento de barragens de rejeitos de mineração, descrevem uma sequência de falhas e anormalidades transformadas em normalidades no cotidiano da gestão dos riscos. Está em cena um jogo de instituições que mantém um sistema abstrato de confiança acerca dos perigos ocasionados por esses processos produtivos:

Um universo em que o Estado tem regulamentos, mas pouco ou nada regula, e em que empresas do universo de avaliações de riscos (VOGBR and TÜV SÜD, nesses casos) contratadas pelas próprias empresas (Samarco e Vale SA) criadoras dos riscos atestam que essas estão “seguras”. Nesse processo ocorre o gerenciamento artificial do risco [...]. Rompeu-se mais do que a barragem, mas também a confiança em todo o sistema de prevenção e controle de riscos de ATs e desastres em barragens de mineração (FREITAS; SILVA, 2019, p. 26, 28).

Constatamos uma realidade marcada pelo não controle, habitada pela incerteza socialmente produzida e mantida por instituições públicas, privadas e seus peritos. Entretanto, os riscos globais são distribuídos localmente e incrementados de maneira desigual. Estes variam consonante à assimetria de poder, posição e estratos sociais da situação geopolítica no hemisfério. Logo, as suas consequências também precisam ser compreendidas segundo o contexto histórico e geográfico, seus padrões culturais e ideário político-econômico. Para Beck (2010, p. 28), os riscos tornaram-se grandes negócios (“*big business*”), pois estão inseridos no modo de produção capitalista. Seguindo a mesma lógica, os riscos tornam-se também mercantilizados.

Para vislumbrar como isso é operacionalizado, acerca dos feixes de causas do rompimento de barragens, como na de minérios, recorremos à nomenclatura que traduz a estreita relação entre acidente de trabalho (ampliado) e desastre, abreviado como AT/desastre, conforme os pressupostos de Freitas e Silva (2019).

Dentre os AT ampliados, que podem envolver diferentes setores produtivos, assumem destaque os que englobam agentes químicos. Freitas, Porto e Minayo Gomez (1995), ao investigarem esses eventos (acidentes químicos ampliados), como problema relevante para a saúde pública, trazem importantes elementos para focar o tema em questão. De modo geral, os acidentes ampliados, relacionados a diferentes atividades econômicas, possuem capacidade de desencadear múltiplos danos a partir de um único evento, causando mortes, doenças de trabalhadores e nas populações atingidas, mais os danos ambientais e materiais. Isso ocorre tanto por seus efeitos se estenderem para além dos locais geradores quanto por ultrapassar a delimitação inicial da ocorrência. Ou seja, seus efeitos perduram no tempo e no espaço, implicando múltiplos prejuízos às populações e ao meio ambiente expostos. Desse modo, há

duas grandes dificuldades a serem enfrentadas nesse cenário: estimar as consequências desses acidentes, uma vez que reportam a uma gama complexa de fatores, e formular estratégias efetivas de controle e prevenção.

Os AT/desastres em 2015 (Samarco Mineração S.A., Mariana-MG) e 2019 (Vale S.A., Brumadinho-MG) são emblemáticos para retratar esse assunto. A origem do evento, que o caracteriza como AT, concerne ao processo produtivo, no caso a mineração e a disposição dos rejeitos. Torna-se AT ampliado, por seus impactos serem não somente intensivos e diretos sobre os trabalhadores e comunidades, como também extensivos (no espaço, tempo, irreversível e de difícil gestão) – haja vista que gerou contaminações, alterações ecológicas e danos para além do local de origem. E, por sua vez, desastre por produzir com magnitude perdas e danos materiais, econômicos, ambientais e humanos, ultrapassando a capacidade de resposta da comunidade, municípios e regiões atingidas (FREIRE, SILVA, 2019).

Pinheiro e Silva (2019) reiteram essa mesma análise², categorizando o AT ampliado como eventos agudos que possuem origem no processo e organização do trabalho da empresa, onde seus impactos ultrapassam os limites físicos de responsabilidade do empreendimento. Os autores destacam o potencial danoso desses eventos, cujos impactos podem atingir tanto trabalhadores quanto pessoas e comunidades afetadas, gerando danos diversos, sofrimento, adoecimento imediatos e a longo prazo.

Nesse sentido, os AT ampliados e os desastres como um todo estão vinculados com o modelo político-econômico do país e sua inserção na divisão internacional do trabalho. Freitas, Porto e Minayo Gomez (1995) já alertavam que a concentração de riqueza, intensa exploração da mão de obra, o abandono e mesmo omissão do poder público, somados ao baixo ou inexistente acesso aos bens e serviços básicos ampliam

2 Além de Pinheiro e Silva (2019) considerarem o desastre em Mariana-MG e Brumadinho-MG como AT ampliado, identificam-no também como químico, devido à lama tóxica oriunda do rejeito de minérios da empresa. No avanço da análise o denominam como Desastre Ampliado do Trabalho e tragédia ambiental. Dar visibilidade ao processo de trabalho e à dimensão produtiva permite compreender as determinações dessas catástrofes, seja para identificar e responsabilizar os agentes causadores desse evento seja para reparar os atingidos e evitar novos desastres no/pelo trabalho.

as situações de risco. Nas palavras dos autores: “[...] cabendo às populações mais pobres dos países de economia periférica arcar com o ônus de suas vidas e saúde para sustentar um modelo econômico iníquo na sua natureza e dinâmica” (FREITAS; PORTO; MINAYO GOMEZ, 1995, p. 509).

Valencio (2009, 2020) reitera isso ao considerar a conjunção de fatores que impele ao desastre fruto da racionalidade predatória empresarial – mantida pelo modo de produção perverso e destrutivo de acumulação – produtora de iniquidades socioambientais. Pinheiro e Silva (2019), nessa linha, chamam a atenção que, para aprofundar o debate da questão ambiental é preciso considerar o mundo do trabalho e os agentes econômicos envolvidos.

O Estado mínimo aprofunda e mantém esse processo de ultra exploração tanto por condições de trabalho cada vez mais inseguras quanto pela descartabilidade humana. Esse cenário no Brasil é costumaz por não haver disposição para enfrentar as gêneses econômico-políticas dos desastres que resultam em contaminação, adoecimento e morte dos seres humanos e do meio ambiente.

Os distintos setores produtivos envolvendo as barragens requerem ainda em solo brasileiro não apenas uma discussão em termos de riscos, mas uma análise crítica e responsável desde a concepção desses empreendimentos, que por si só produz dramáticas mudanças de vida da população atingida e do ecossistema impactado. O desenvolvimento local, regional e nacional não pode estar dissociado da iminência de desastres e reparações a serem feitas por esses setores, bem como da necessidade de refutar o modelo desenvolvimento adotado no Brasil – acumulando riscos e perigos, bem como acirrando vulnerabilidades de populações e comunidades. Em suma, o Brasil convive de maneira ascendente com a iminência da ocorrência de novos desastres envolvendo barragens, sem oferecer garantias de mitigação e compensação para as pessoas e ambientes em risco, como nos alerta Milanez e Wanderley (2020).

4. NARRATIVAS DISTORCIDAS E SILENCIADAS: UMA ESCUTA A SER FEITA DO SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL

O sofrimento psíquico, em sua dimensão psicossocial, não está dissociado das condições materiais, relacionais e simbólicas onde a vida transcorre (SÁ; MIRANDA; MAGALHAES, 2020). Sendo assim, o termo psicossocial não remonta a uma justaposição da esfera “psi” e “socius”, mas sinaliza que estes fenômenos estão interseccionados, não podendo ser apartados uns dos outros, pois articulam a um só tempo os registros biológicos, psicológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. O sujeito é reconhecido em suas múltiplas dimensões, em suas experiências construídas, as quais criam modos de subjetivação, prazeres e sofrimentos. Nesse viés, a abordagem psicossocial reportará a um campo também plural, multidimensional, complexo e aberto. Abrem-se, assim, as condições para uma atenção psicossocial que pretende ser integral, territorializada, inter e transdisciplinar, centrada no sujeito e sua realidade social e cultural. Entra em cena um sujeito de direitos, cidadão e participante ativo na construção do cuidado (VASCONCELOS, 2009; MOURA, 2014).

Nesse horizonte Dunker e Katz (2017) apontam que o projeto de instalação hidrelétrica (ao analisarem o cenário de Belo Monte-PA), que envolve a construção de barragem, já produz pelo próprio caráter do empreendimento uma série de violação de direitos humanos e vulnerabilidades desde seu início, ao atingir a população ribeirinha. Com a aquiescência do Estado é forjada uma radical transformação dos modos de vida das comunidades atingidas, cuja experiência localizada em um território é despedaçada.

A “hidreletricidade brasileira”, como diz Rocha (2014, p. 259), – desde o processo de concepção, como licenciamento prévio, mais a construção, instalação e operação – é um projeto de escala global que, ao situar-se em determinado lugar, provoca intensa reconfiguração socioambiental. Em todas as etapas estão refletidas relações de poder assimétricas entre os agentes envolvidos, especialmente entre os atingidos e os responsáveis por tais empreendimentos (por exemplo, consórcios de

empresas estatais e privadas).

Assim, a relação espaço-temporal vivida pelas comunidades locais é drasticamente atingida pela inserção de um projeto de grande escala no local que busca uma hegemonização segundo a sua própria perspectiva espaço-temporal. Embora as hidrelétricas incidam sobre locais específicos, há uma repetição de consorciações entre empresas públicas e privadas (nacionais e multinacionais), que através do Sistema Interligado Nacional (SIN) repetem as alianças em diferentes locais (ROCHA, 2014, p. 262).

A implantação das hidrelétricas provoca um deslocamento compulsório de populações e comunidades que vivem na região afetada. Desdobra-se um longo conflito em que as possibilidades de escolha para negociar não estão ao alcance dos afetados e tampouco se dão em condições de igualdade entre as partes. Isso demonstra que, embora o empreendimento hidrelétrico no Brasil tenha mais de um século, compondo seu principal modelo energético, o mesmo é débil em termos de legislação, especialmente o que se refere à realocação populacional. O processo produtivo que envolve a construção de barragens, seja para produzir eletricidade seja para depositar rejeitos de minérios, reitera a lógica preponderante discutida até aqui: os modos de vida são atingidos drasticamente por esses empreendimentos predatórios de larga escala. É originada uma série de eventos dramáticos que se concretiza alheios à vontade, reparação e resistência das populações e comunidades afetadas. Há diversas oposições no processo de indenização e remanejamento para a liberação das áreas destinadas à realização das obras, enchimento do reservatório e implantação da área de preservação ambiental, por exemplo, quando se trata de hidrelétricas (ROCHA, 2014; BRASIL, 2012).

Para Milanez e Wanderley (2020) a análise das barragens de mineração no Brasil possui similaridades com os elementos apontados até aqui. Há um preocupante crescimento da deterioração das estruturas e condições de segurança dessas barragens. Soma-se a isso, a fragilidade institucional da Agência Nacional de Mineração (ANM) e demais órgãos que possam realizar ações que reduzam os riscos apresentados por essas instalações, o que denota, em cenário nacional, legislações enfraquecidas, cada vez mais flexibilizadas e mesmo omissas na proteção

de desastres – o que intensifica a vulnerabilidade associada aos empreendimentos de mineração. Está em operação diária um perigoso modelo de gestão de rejeitos adotado no país, com lacunas legais, que têm acentuado esse cenário de risco – especialmente para as comunidades e populações que vivem à jusante dessas infraestruturas de contenção de rejeitos, mais o meio ambiente. Os últimos 20 anos têm sido marcados por rompimentos frequentes de barragens de rejeitos. Olhando para o estado de Minas Gerais, por exemplo, desde os anos 2000 uma frequência média de desastres tem acontecido a cada dois anos e meio, sendo as últimas ocorrências (final de 2015 e início de 2019) os dois maiores desastres com barragens no século XXI, ocorridos em solo brasileiro.

Os autores destacam alguns elementos político-conjunturais para entender a produção de catástrofes para populações e comunidades, enquanto as corporações mineradoras aumentam sua competitividade e lucro: no último ano (setembro de 2019 a setembro de 2020) quase que dobrou o número de barragens de mineração sem atestado de estabilidade; o atual governo federal tem reduzido sistematicamente, nos últimos dois anos, o orçamento geral da ANM³, o que compromete a fiscalização e controle das atividades de extração mineral; o subfinanciamento da ANM obstaculiza a realização de suas funções prioritárias e recai sobre o quadro da terceirização de suas atividades fiscalizatórias (por déficit orçamentário e de pessoal), sendo designadas às empresas de consultoria essas atividades, o que incide em conflitos de interesse e na fragilização do processo de fiscalização e monitoramento; perniciosas alterações no campo legislativo, mediante promulgação da Lei n. 14.066/2020, que muda as normas de segurança de barragens, contudo, sem permitir de maneira efetiva a redução de riscos dessas estruturas, a prevenção de novos desastres e as garantias de mitigação e compensação face a esse evento; fragilidade institucional da ANM quanto à reincidência de problemas de estabilidade e segurança das barragens, não

3 Milanez e Wanderley (2020, p. 5) apresentam outra informação dramática de desconhecimento dos riscos envolvendo barragens de mineração no país. A ANM tem restrições no monitoramento desses empreendimentos no país ao seguir apenas as especificações contidas na Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334, 2010). Ou seja, o que está fora do padrão especificado e o que não foi reportado a essa agência faz com que o número total de barragens existentes no Brasil não seja identificado, o que denota não apenas a existência de barragens “fantasmas”, mas um desconhecimento das condições de segurança e estabilidade das mesmas.

havendo a obrigação de correção desses problemas e falha na aplicação de penalidades para gestores e empresas que não seguem as normativas de segurança e colocam em risco a vida de trabalhadores, da população e do ambiente.

Atentar para essas dimensões, a fim de identificar a produção social dos riscos e desastres é indispensável, bem como promover ações de cuidado às inúmeras comunidades e populações expostas e atingidas por esses riscos.

Para visualizar aspectos constituidores de uma proposta de acolhimento e atenção em saúde, Dunker e Katz (2017), em suas experiências com atingidos do Rio Xingu, apresentam importantes elementos acerca da construção de um Clínica do Cuidado, de base psicanalítica, tencionando fazer uma escuta atenta ao articular o sofrimento psíquico com a experiência territorial. Tal jornada permite apreciar tanto as consequências trágicas que esses empreendimentos abrangem quanto as estratégias de cuidado – uma vez que remete a uma catástrofe social e ambiental por expulsar de suas casas, sua terra, sua história vivida e seu modo de vida milhares de pessoas, produzindo uma vulnerabilidade psicossocial ampliada para suas vítimas.

Quais matizes de sofrimento podemos encontrar em cenários como esses? Essa pergunta é fundamental para ultrapassar barreiras e concepções de cuidado que tendem a ser patologizantes, medicalizantes e biomédicos. A circunscrição do sofrimento a categorias nosológicas e psiquiátricas tendem a ocultar o caráter difuso e capilar que o sofrimento pode assumir, em distintas formas de mal-estar que atingem o corpo de diversas formas, assim como a própria intensidade que o sofrimento psíquico se manifesta (DUNKER; KATZ, 2017).

Conforme os autores, torna-se desafiador construir dispositivos de assistência e cuidado no território que possam dar conta da extensão sistêmica que o sofrimento dos atingidos assume. Uma dimensão social marcada pelas relações intersubjetivas de opressão, de vínculos rompidos e referências desconstituídas. Percepções essas que muitos profissionais não estão sensíveis para acolher.

A dimensão do “vivido” e do “dia-após-dia” (PINHEIRO; SILVA,

2019, p. 44), devem orientar a produção do cuidado de maneira contextualizada, avaliando os impactos, as demandas e o processo de significação envolvido nessa experiência da tragédia. Implica recepcionar as histórias de vida, seus dramas e contexto sociocultural que se (des)(re) constituem no tempo, espaço e relação.

A narrativa é uma aliada fundamental nesse processo (DUARTE, 2015; SÁ, MIRANDA; MAGALHAES, 2020). Há uma dimensão subjetiva do impacto a ser escutada e acolhida. A destruição de modos de vida está marcada por angústia, medo, inseguranças diante do presente, de um passado arrancado e de um futuro desconhecido (FERNANDES, 2019).

Vivido no presente, o desastre é capaz de devastar projetos de futuro, construídos em um lugar e conjurar a memória. Traz prejuízos para a saúde e subjetividade de uma coletividade. Isso se torna intensificado ao invadir a dimensão material do vivido, nas relações concretas e cotidianas, desarranjando o que era familiar e conhecido.

Na ocorrência do desastre, mesmo sendo mobilizadas organizações humanitárias, corporações militares, trabalhos voluntários, grupos peritos e científicos ainda perfaz um distanciamento social em relação às comunidades atingidas, com quem se trabalha face-a-face. Há um discurso monolítico que impera, fragmentando a realidade desses eventos ao retomar as relações de poder pré-estabelecidas, sufocando a diversidade de narrativas e desmontando a experiência comunitária solidária, logo, impelindo ao próprio sofrimento de quem vivencia os desastres. Nas palavras de Valencio (2020, p. 22):

Barreiras são estrategicamente erguidas nesse jogo de proximidade física e distanciamento social para que se torne paulatinamente indizível ou deformado todo aspecto do problema que fuja aos enquadramentos narrativos requeridos por esses que se autoproclamarão como sendo os novos intérpretes do lugar. A dor moral provocada nas comunidades que são vitimadas por tais mecanismos de subordinação e silenciamento é um aspecto do que designamos como sendo o 'assédio do bem' no contexto dos desastres.

Encontramos um paralelo a essa análise em Dunker e Katz (2017). Há uma fragmentação não apenas no discurso de compreensão do risco e da catástrofe, mas uma desativação intencional da experiência comunitária, cuja qual permite apoio mútuo, processos identificatórios, víncu-

los de suporte para os sujeitos que, articuladamente, são fontes de resistência intencionalmente combatidas pelos “donos do negócio”. Dessa forma, os processos de negociação e reparação passam a ser individualizados (pelas empresas e próprio Estado), propositalmente deslocados dos demais que padecem das mesmas problemáticas.

Neste contexto a definição jurídica e discursiva do que vem a ser uma casa, o modo de restituir seu valor, a forma de recompor seu lugar no contexto, com a comunidade conexas que lhe define, foi definida sem consideração à cultura e aos modos de pertencimento da população local (DUNKER; KATZ, 2017, p. 4).

O processo consequente de reparação reitera a lógica violenta de apagamento de referências, vínculos e modos de vida socialmente construídos e coletivamente compartilhados, o que tende a intensificar o sofrimento psicossocial. Uma espiral de padecimentos e vulnerabilidades são impingidas ao calar e distorcer as narrativas dos atingidos.

As tramas para a projeção de um porvir (incerto e desconhecido) deve perpassar pelo fio da história enredado pelos membros da comunidade em cena, pois são esses fios de pertença comum capazes de gerar novos entrelaçamentos entre passado e presente para construir um futuro. O sentimento de pertença, de identidade, de um viver-junto outrora experimentado deve ter espaço no processo de reabilitação e recuperação, a ser percebido não somente nos modos de cuidar disponíveis pelos equipamentos socioassistenciais, mas também na alocação de recursos financeiros e humanitários.

Para isso, os profissionais envolvidos devem conhecer a dimensão da territorialidade envolvida, suas referências simbólicas, relacionais e geográficas que dizem de um lugar de vida constituído e historicamente referenciado. Há um sentimento de pertença tanto a um espaço delimitado, mas também de relações de confiança e familiaridade. Incluir essas esferas na construção de estratégias para a superação da crise é indispensável para mobilizar e fortalecer as ações, respostas e organização de bases comunitárias. São pistas os seus modos de vida para identificar e atuar com seus traços culturais, religiosos, relacionais e afetivos. Onde e o que os fazia reunir anteriormente ao desastre podem balizar reencontros, como seus espaços de vida habitados outrora em esco-

las, centros comunitários e de convivência, associações locais etc. Esse processo de reconstrução permite uma elaboração e ressignificação da experiência dramática vivida. Uma recuperação emocional a longo prazo.

Para contrapor esse esfacelamento socioafetivo no contexto de desastre, Silveira⁴ (2011) nos apresenta um percurso em que o ponto de partida é a realidade da comunidade atingida. Poder identificar suas potencialidades e fragilidades. Isso requer reconhecer e valorizar seu saber local, garantir a participação ativa e dialogada na definição dos problemas e das soluções durante todo o processo de reconstrução. Para isso, é sinalizado que o trabalho de cuidados no âmbito psicossocial deve atuar junto à reconstrução da realidade externa:

[...] um trabalho paralelo com a reabilitação das casas, dos espaços comunitários, da comunidade, criando uma rede de atendimento capaz de prevenir outras questões comuns após os primeiros meses da tragédia (como o transtorno de estresse pós-traumático, o uso abusivo de álcool e drogas, entre tantos outros paliativos nocivos que o ser humano possa a vir utilizar como meio de lidar com sua dor, sua angústia, seus medos) (SILVEIRA, 2011, p. 75).

As expressões do sofrimento devem ser circunstanciadas e compreendidas com as pessoas diretamente afetadas. As novas condições de vida e existência vão se constituindo em um percurso longo e, muitas vezes incerto, com mais ou menos suporte (material, socioassistencial, afetivo e jurídico). Para lidar com essas marcas subjetivas, a saída individualista não é sustentável e nem efetiva. São experiências traumáticas que geram intenso medo, não apenas diante do que se perdeu, mas também do que venha acontecer de novo: o evento gerador da adversidade. Tratam-se de vidas que foram mudadas densamente, acumulando perdas de moradia, de trabalho e sociofamiliar a ponto de “sobraram as suas próprias vidas para refazer uma história” (SILVEIRA, 2011, p. 76).

Os desastres são eventos que necessitam respostas integradas da Saúde Pública em consonância com outros setores e órgãos. Diz respeito a um atendimento imediato e também a médio e longo prazo para as populações atingidas. As determinações sociais do evento devem

4 Silveira (2011) discute sua atuação profissional (no campo da Psicologia em emergência e desastres) em Santa Catarina, em 2011, na região impactada por enchentes, que atingiu drasticamente regiões, deixando inúmeras pessoas desabrigadas e desalojadas. Tal experiência possui similaridades para pensar a construção e organização do cuidado em situações de catástrofes, mesmo para o contexto de barragens.

ser analisadas para que as falhas sejam identificadas, bem como possibilidades de reparação sejam mais efetivas. Essa via deve sistematicamente construir ações articuladas e integradas em diferentes níveis (municipal, estadual e federal) e instituições. O Sistema Único de Saúde (SUS) é indispensável para essa efetivação, tanto para planejar quanto desenvolver ações intrassetoriais, intersetoriais e garantir a participação popular mediante controle social. Nesse escopo, as ações de vigilância são imprescindíveis como as de cuidado, amparadas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019; PINHEIRO; SILVA, 2019; SANTOS; CARVALHO; RIBEIRO, 2019).

Diante do exposto até aqui, ressaltamos que há um sofrimento vivido individualmente, mas produzido socialmente. Os lutos, perdas dos sistemas de identificação construídos no campo social, os traumas e os padecimentos dos modos de vida conhecidos e dos vínculos socioafetivos possuem processos desencadeadores oriundos de decisões políticas e empresariais que afetam diretamente a vivência da cidadania. Com a escalada do neoliberalismo e o arrefecimento do Estado de Direito, que dão espaços e exercícios de poder cada vez maiores para processos produtivos danosos e degradantes em nome do progresso, põem em xeque as garantias do bem-estar coletivo de populações e comunidades.

Nessa perspectiva, lutar contra esse sofrimento socialmente imposto, onde um modelo produtivo perverso continua a “[...] externalizar seus custos para a sociedade na forma de degradação ambiental, contaminação do meio ambiente, terror psicológico, adoecimento, sofrimento e morte” (MILANEZ; WANDERLEY, 2020, p. 11), também precisa de uma resposta que abarque o conjunto dos atingidos. Isto é, a luta pela preservação ambiental e pelos direitos humanos precisa necessariamente envolver a sociedade como um todo, mas, principalmente, a comunidade e população que vivem próximas às barragens, os trabalhadores desses setores, as administrações dessas cidades circunvizinhas e os movimentos sociais.

Esses são caminhos contra a individualização das causas e oposição à desproteção e injustiça socioambiental engendradas nesse processo que naturaliza o desastre, o sofrimento e suas consequências em

solo brasileiro. Nas palavras de Valencio (2020, p. 25):

[...] condicionamento social do sujeito para que esse aceite com naturalidade a possibilidade de destruição do lugar onde organiza e dá sentido à sua vida cotidiana. Familiarizam-no com o contexto de guerra, mas sem indicar indisposição com aquele que produz a ação avassaladora sobre o lugar.

Ansiamos que a psicologia possa contribuir (junta a outros profissionais e áreas de conhecimento, mais a comunidade) com o trabalho de prevenção, intervenção e repostas na gestão dos cuidados no contexto de emergência e desastres. Por ser um fenômeno complexo, as respostas também devem ser, acionando diferentes campos interdisciplinares, intersetoriais e interprofissionais. Isso requer uma preparação prévia dos equipamentos de saúde e outras ações públicas e civis, bem como dos próprios profissionais para atuarem em situações de catástrofe, avaliação dos efeitos sobre a saúde, elaboração e monitoramento do plano de contingência em áreas de riscos e ações de controle e prevenção desses eventos (MOLINA, 2011; FREITAS; PORTO; MINAYO GOMEZ, 1995).

PALAVRAS DERRADEIRAS

Ao longo desse debate versamos sobre os empreendimentos que envolvem barragens, tanto do setor hidrelétrico quanto de mineração. Embora haja diferenças na natureza dos processos produtivos, possuem similaridades em termos de impactos, geração de riscos e desdobramentos que culminam em desastres.

No Brasil temos uma história dramática de reincidências e acúmulos desses eventos. Contudo, as narrativas de quem teve sua vida marcada por essas experiências ainda não são acolhidas no campo social e político. Fernandes (2019), adverte que persiste uma intensa luta pelo direito à saúde e à reparação dos danos. Garantir a participação dos atingidos nos espaços decisórios está diretamente ligado com o direito de reconstruir suas próprias vidas. Isto é, dispor de estratégias de cuidados efetivos devem estar alinhados com as demandas e necessidades da população e comunidades que remontam às “experiências dos atingidos em seus territórios” (FERNANDES, 2019, p. 187).

Construir um processo de cuidado que perdure no tempo e seja integral é um desafio a ser enfrentado, haja vista que os processos de vulnerabilização anteriores ao desastre agravam-se, bem como outros riscos, violações e iniquidades tendem a se estender e compor a vivência do sofrimento psicossocial: “Para além dos efeitos imediatos, há a sobreposição de riscos, danos e doenças que se prolongam no tempo” (FREITAS; SILVA, 2019, p. 28).

Por ser um contexto dinâmico, as demandas e necessidades precisam ser constantemente compreendidas, o que exige criar dispositivos e espaços que incluam a participação dos atingidos e dos movimentos sociais nesse processo. Isso implica ampliar e fortalecer redes de apoio, solidariedade e cooperação entre todos os envolvidos (SANTOS; CARVALHO; RIBEIRO, 2019).

É fundamental identificar a dimensão social no contexto da emergência e desastres, pois a omissão ou ação humana diante do evento crítico e adverso estará vinculada à dimensão do sofrimento vivido. Ademais, os desastres devem ser prevenidos, sendo a percepção do risco e sua gestão elemento fundamental. Para isso, é preciso sobrepujar uma visão anacrônica e a-histórica desses eventos, desvendando as opressões sociais que os constituem. A ciência, nesse processo, deve problematizar sua função tanto técnica quanto ético-política, buscando superar o “servilismo intelectual” (VALENCIO, 2020, p. 22), nesse campo de forças que subjuga e silencia as narrativas de quem vive e testemunha os drásticos impactos dos desastres (MOLINA, 2011; VALENCIO, 2009, 2020).

Ainda há muito para avançar em termos protetivos, preventivos e reparatórios de desastres envolvendo barragens no Brasil, desde o campo jurídico-legal ao político-econômico com a finalidade viabilizar mecanismos mais efetivos de segurança das barragens de mineração e hidrelétricas quanto de todo o processo de implantação, desapropriação e ressarcimento. Há limitações nocivas da população e comunidade potencialmente e efetivamente afetadas por esses empreendimentos. Estão limitados o direito à participação, falta de informação e transparência dessa, o que compromete o acolhimento das reivindicações e

demandas da população atingida por esses empreendimentos.

Sendo os desastres eventos relacionados com o modelo de desenvolvimento econômico e social, o qual tem sido cada vez mais predatório, o cenário futuro tende a aprofundar os riscos, ameaças e vulnerabilidades, agravando as condições socioambientais, portanto, tornando esses eventos cada vez mais frequentes. Dessa maneira, encontrar saídas conjuntas e políticas preventivas, protetivas e de contraposição à gênese desse fenômeno também devem ser contínuas, como nos ensina as discussões da OPAS (2015).

Molina (2011) nos alerta para compreender que a atuação em emergência e desastres em bases interdisciplinares e interprofissionais é um passo importante, contudo, mais do que isso, está o desafio de gerar articulação destes saberes e fazeres entre si e com a participação popular e comunitária local (dos afetados), bem como um todo organizado integrado, adaptável e ajustado às situações em cena e às demandas dos atingidos. Nas palavras do autor, seria “[...] adotar um padrão comum que permita facilitar a compreensão dos processos operacionais que serão levados adiante por parte de todos os entes envolvidos” (MOLINA, 2011, p. 93).

A promoção de direitos é fundamental nessa empreitada, traz profundas reverberações psicossociais diante de um evento traumático, devendo o campo das políticas públicas e seus dispositivos darem respostas efetivas, portanto, que reconheçam a interdependência dos processos ambientais, socioeconômicos, culturais, políticos, de saúde e segurança envolvidos não apenas na compreensão do fenômeno trágico, mas das dimensões do cuidado a serem entrelaçadas. Isso também precisa ser realizado por meio da implantação e cumprimento de legislação, caso contrário continuaremos a presenciar um número elevado de tragédias ocasionadas por esses tipos de riscos de AT/desastres, como já advertiram Freitas, Porto, Minayo Gomez (1995) e Freitas e Silva (2019).

Na divisão internacional do trabalho, propositadamente os países em desvantagem socioeconômica, como o Brasil, têm-se transferido para o seu território processos produtivos e industriais de riscos, acumulando pobreza e mais ameaças. Laurell e Noriega (1989) já apontavam

isso referente à América Latina. Diz respeito à exportação seletiva de riscos para determinados países. São enviados os processos produtivos mais danosos para os países subdesenvolvidos. Freita, Porto e Minayo Gomez (1995) acrescentam que essa lógica consiste na exportação de perigos, na transferência de tecnologias, processos produtivos, produtos e rejeitos perigosos para as economias subalternizadas. Isso se consolida também pelo duplo padrão, designado pela adoção de padrões inferiores de segurança industrial, os quais se estendem à proteção do meio ambiente, à saúde dos trabalhadores e às comunidades – o que está relacionado também com a fragilidade do controle social e as restrições legais e protetivas dos países periféricos.

Valencio (2020) convoca a incorporar diretamente a população e comunidade afetadas. Incluir suas narrativas e vivências para que sejam acionadas estratégias coletivas na reconstrução da vida. Há uma sociabilidade local que deve ser respeitada e reavida/revivida. O discurso hegemônico (das instituições, do Estado, dos peritos etc.) tende a pôr em marcha um massacre simbólico e real das vítimas, reiterando as falhas na assistência e proteção. Dessa forma, insiste a ser escutada uma narrativa que possui um sofrimento de dimensões coletivas e base testemunhal pessoal (DUNKER; KATZ, 2017). São histórias que trazem não apenas a singularidade, mas coletivamente denunciam a tragédia de um país que persiste em ignorar seus riscos e catástrofes.

Nesse caminho, Milanez e Wanderley (2020) asseveram pontos fundamentais a serem percorridos: fomentar o debate público que assegure a regulação que efetivamente protejam as pessoas e os ambientes sob ameaças; elaborar políticas públicas, em colaboração com as comunidades afetadas, que proponham soluções localmente contextualizadas e atentas às necessidades dessas comunidades e não somente aos interesses das corporações; instituir modelos de bases participativas e democráticas de planejamento territorial, garantindo à população (que terá seu modo de vida em risco) o direito a participação e interferência prévios perante o processo de concepção de barragens; instaurar um modelo de monitoramento independente e autônomo acerca da segurança e estabilidade de barragens; fortalecer os órgãos fiscaliza-

dores que atuam primariamente na defesa da segurança das pessoas e ambientes, bem como ter poder e autonomia para responsabilizar e penalizar empresas que não garantam estabilidade de suas estruturas, impedindo reincidências dessas ocorrências.

Os AT/desastres no Brasil têm trazido à tona o risco ocultado e artificialmente gerido, o que demanda de maneira urgente reformulação da gestão e governança dos riscos, rever os modelos obsoletos e predatórios dos processos produtivos em solo brasileiro, fortalecer os órgãos governamentais e seu papel, bem como assegurar a participação da sociedade exposta e afetada por esses empreendimentos (FREITAS; SILVA, 2019).

Há um trabalho árduo a se fazer, o enfrentamento sistemático das desigualdades e dos desequilíbrios ambientais. Um combate ao sistema de exploração que se difundiu e sofisticou-se mediante a hegemonia de um sistema financeiro de poder, que dispensa a democracia para exercer formas de controle e coerção sociais cada vez mais violentas, invasivas e destrutivas. As transformações atuais no universo do trabalho são emblemáticas para demonstrar isso, um sistema financeiro global que suga o trabalho, os recursos da sociedade e do planeta. Nessa lógica de iniquidades são desprezados os serviços e bens públicos, os direitos humanos e a preservação da vida (DOWBOR, 2020).

Enfim, aqui estão registradas reflexões a serem feitas e aprofundadas acerca da vivência psicossocial do desastre, que extrapola o dano material e conjuga a teia de relações vividas no campo afetivo, ético-político e relacional. Permanece a advertência que Sá, Miranda e Magalhaes (2020) nos encorajam a fazer, uma via longa em que a memória e a palavra são aliadas para entretecer narrativas que não somente (re) construam sentidos sobre o horror vivido, mas de resistência em apostas mais solidárias, amorosas e humanizadoras.

Referências

ARFUCH, L. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BECK, U. Entrevista. BECK, U. Entrevista concedida a IHU Online. Ulrich Beck: Incertezas fabricadas, 2006. **IHU Online**. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao181.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis [Ibama], 2012. Nota Técnica nº 89/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília, 13 de setembro de 2012. Disponível em: http://diretrizes-grandesobras.gvces.com.br/wp-content/uploads/2017/08/IBAMA_NT-Remanejamento-89-2012.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010. Regulamenta a Medida Provisória no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

DUARTE, D. A. **(Des)encontros trabalho-família**: narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

DUNKER, C. I. L.; KATZ, I. **Clínica do Cuidado nas Margens do Rio Xingu** - Uma Intervenção Psicanalítica junto à População Ribeirinha atingida por Belo Monte. Departamento de Psicanálise. Sedes, 2017. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/CLINICADOCUIDADO.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

FERNANDES, D. J. A lama da Samarco e a saúde dos atingidos. In: PINHEIRO, T. M. M.; POLIGNANO, M. V.; GOULART, E. M. A.; PROCÓPIO, J. C. (Orgs.). **Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce**: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019. p. 180-189.

FREITAS, C. M.; OLIVEIRA, S. S.; BARCELLOS, C. Desenvolvimento, desastres e emergências em saúde pública. **Saúde em Debate**, v. 44, n. esp. 2, p. 5-6, 2020. Disponível em: <http://revista.saudeemdebate.org.br/sed/issue/view/39/v.%2044%2C%20n.%20ESPECIAL%202>. Acesso em: 15

nov. 2020.

FREITAS, C. M.; SILVA, M. A. Acidentes de trabalho que se tornam desastres: os casos dos rompimentos em barragens de mineração no Brasil. **Rev Bras Med Trab.**, v. 17, n. 1, p. 21-29, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v17n1a04.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S.; MINAYO GOMEZ, C. Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, v. 29, n. 6, p. 503-514, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n6/12.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GULLAR, F. **Corpo a corpo com a linguagem**. Ponta Grossa-PR: UEPG. Museu/Arquivo da poesia manuscrita, 1997.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Política Nacional de Segurança de Barragens. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.066-de-30-de-setembro-de-2020-280529982>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?": uma avaliação da (não-) fiscalização e da nova Lei de (in) Segurança de Barragens. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, v. 4, n. 4, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/07/Milanez-2020-O-n%c3%bamero-de-barragens-sem-estabilidade-dobrou-Versos.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Ministério da Integração Nacional. Instrução Normativa 01, de 24 de agosto de 2012. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09062014_Instrucao_nor

mativa_de_01_de_agosto_de_2012.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

MOLINA, R. A Psicologia das Emergências e Desastres e compromisso social: a experiência latino-americana. In: Conselho Federal de Psicologia [CFP]. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação**. Brasília: CFP, 2011. p. 89-94. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/emergencias_e_desastres_final.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

MOURA, R. H. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) como mobilizador da práxis psicossocial**. [Tese de Doutorado, Unesp Assis], 2014.

NOAL, D. S.; RABELO, I. V. M.; CHACHAMOVICH, E. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 5, e00048419, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v35n5/1678-4464-csp-35-05-e00048419.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS]. Ministério da Saúde. Desastres Naturais e Saúde no Brasil. Brasília, DF: OPAS, Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/desastresesaudebrasil_2edicao.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINHEIRO, T. M. M.; SILVA, J. M. O caso Samarco: um “acidente” de trabalho ampliado? In: PINHEIRO, T. M. M.; POLIGNANO, M. V.; GOULART, E. M. A.; PROCÓPIO, J. C. (Orgs.). **Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas**. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019. p. 38-49.

ROCHA, J. H. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n.1, p. 259-280, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/15.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SÁ, M. C.; MIRANDA, L.; MAGALHAES, F. C. Pandemia Covid-19: catástrofe sanitária e psicossocial. **Caderno de Administração**, v. 28, ed. esp., p. 27-36, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53596/751375150131>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, M. A. L.; CARVALHO, M. A.; RIBEIRO, S. R. O cuidado em saúde mental dos atingidos na tragédia da Samarco: reflexões a partir da práxis. In: PINHEIRO, T. M. M.; POLIGNANO, M. V.; GOULART, E. M. A.; PRO-

CÓPIO, J. C. (Orgs.). **Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce:** em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019. p. 190-198.

SILVEIRA, M. C. O papel do psicólogo como operador em emergências e desastres: contribuições para uma prática cidadã. In: Conselho Federal de Psicologia [CFP]. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina:** promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011. p. 73-85. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/emergencias_e_desastres_final.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (Orgs.). **Desastres naturais:** conhecer para prevenir. 3. ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2015. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC]. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação básica em Defesa Civil. 5. ed. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/02/Defesa-Civil-Modulo-03-2-ed-final1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VALENCIO, N. Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; J. C. GONÇALVES (Orgs.). **Sociologia dos desastres** – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 176-196. Disponível em: http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

VALENCIO, N. Entre sirenes, rotas de fuga e exercícios de simulação: vida cotidiana sob os riscos de desastres. **Saúde em Debate**, v. 44, n. esp. 2, p. 20-32, 2020. Disponível em: <http://revista.saudeemdebate.org.br/sed/issue/view/39/v.%2044%2C%20n.%20ESPECIAL%202>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VASCONCELOS, E. M. **Abordagens psicossociais.** História, Teoria e Trabalho no Campo. v.1. São Paulo: Hucitec, 2009.

8. AS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES DOS DANOS E SOFRIMENTOS DOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO RIO URUGUAI

Carmem Regina Giongo

Luíza Morem Rocha

Jessica Mabel Soares Teixeira Menezes

Jussara Maria Rosa Mendes

1. INTRODUÇÃO

O contexto de construção de barragens hidrelétricas no Brasil tem sido marcado por diversas violações de direitos humanos gerando importantes e, muitas vezes, irreversíveis danos à saúde das comunidades atingidas, além de impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Os estudos de caso e os levantamentos científicos realizados ao longo das últimas décadas comprovam e sistematizam estas violações, demonstrando que o progresso e o desenvolvimento prometidos pelos projetos hidrelétricos não chegam às pessoas que sofrem diretamente os danos causados pelas obras. No entanto, a construção de direitos e proteções das populações atingidas ainda caminha em passos curtos, tornando a indústria barrageira um dos principais instrumentos de injustiça social no contexto dos grandes empreendimentos de infraestrutura (GIONGO; MENDES; SANTOS, 2015).

No Brasil, nos últimos 50 anos, a política de geração de energia elétrica elegeu como alvo principal os recursos hídricos (ALVES; JUSTO, 2011), fazendo com que os planos de desenvolvimento estivessem

diretamente relacionados à concepção e à implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como é o caso das hidrelétricas (BERMANN, 2007; VAINER, 2008). Além disso, para inserir-se no regime de mundialização, o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, utilizou como estratégia a exploração de recursos naturais e a exportação de produtos de baixo valor agregado, que consomem energia em larga escala, como é o caso do alumínio, do aço, do cimento e do ferro (MAB, 2014), processo que resultou no aumento das desigualdades, dos impactos e dos riscos ambientais (ZHOURI, 2011).

No relacionamento entre o setor elétrico brasileiro e as comunidades atingidas pelas obras decorrentes, sempre prevaleceu o “fato consumado”, em que os benefícios econômicos se sobrepõem aos danos socioambientais provocados. Na prática, as populações atingidas têm suas bases materiais e culturais extintas, acompanhadas de reparos financeiros insuficientes ou de reassentamentos incapazes de assegurar as condições de vida e de trabalho anteriormente acessadas (BERMANN, 2007). A partir desse modo de relacionamento, os projetos que envolvem a construção de hidrelétricas têm se configurado como um espaço de luta e de violência. Entre as formas de agressão empregadas pela indústria barrageira podem ser citadas: a desqualificação das regiões visadas pelos projetos hidrelétricos, considerando-as atrasadas (NOBREGA, 2011); a violação dos direitos humanos (PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2011); a falta de ressarcimento pelos danos provocados (VAINER, 2007) e a não consideração de populações deslocadas ou prejudicadas como atingidas pelos empreendimentos (VAINER, 2008).

Além disso, as perdas culturais e de vínculo com as comunidades também representam um fator importante de sofrimento entre as pessoas atingidas. É comum que os núcleos comunitários se desfaçam e que parentes e vizinhos sejam separados, ora pelos reassentamentos localizados em diferentes regiões ora pela mudança inevitável de propriedade em função do alagamento dos territórios.

Frente a este cenário, o presente capítulo consolida parte dos resultados de diversos estudos desenvolvidos desde 2014 sobre as populações atingidas pela construção de barragens hidrelétricas na bacia do

Rio Uruguai, localizada na região sul do Brasil. O trabalho teve início com a tese de doutorado intitulada *Futuro roubado: banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas*, de autoria de Carmem Regina Giongo e orientação de Jussara Maria Rosa Mendes, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande Sul. A pesquisa analisou a construção social da banalização da injustiça e do sofrimento vivenciado pelas populações atingidas pela construção de hidrelétricas e as interfaces deste processo com os modos de vida e de trabalho desses sujeitos. Posteriormente os projetos de pós-doutorado *O sofrimento ambiental no contexto de construção de barragens hidrelétricas* e *O sofrimento social e ambiental no contexto de construção de barragens hidrelétricas e suas interfaces com a saúde* aprofundaram os estudos já realizados, permitindo analisar as vivências de comunidades atingidas por outras obras da região.

As pesquisas têm investigado os contextos de três hidrelétricas situadas na bacia do Rio Uruguai: Hidrelétrica de Itá, Hidrelétrica Foz do Chapecó e Hidrelétrica Monjolinho. Na hidrelétrica de Itá foram realizadas entrevistas com pessoas que vivem no entorno do reservatório, além de dois grupos focais com famílias reassentadas no Paraná na década de 1980 e 1990. Na hidrelétrica de Foz do Chapecó foram entrevistadas famílias que vivem no entorno do reservatório, mas também aquelas que receberam cartas de créditos e passaram a residir em centros urbanos. Na hidrelétrica de Monjolinho foram entrevistados integrantes de uma tribo indígena atingida pela obra. Ademais, participaram, da pesquisa integrantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) que atuaram e acompanharam o trabalho nesta região nos últimos vinte anos. No total, participaram dos estudos 176 pessoas, entrevistadas entre os anos de 2016 e 2018. Neste capítulo serão compartilhados alguns relatos coletados, todos identificados com nomes fictícios, visando preservar a identidade dos entrevistados. Cabe destacar ainda, que todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido das referidas pesquisas.

Do ponto de vista teórico estes estudos têm sido fundamenta-

dos na perspectiva do sofrimento social e ambiental, pautando-se nos trabalhos de autores como Medina (2014), Auyero e Swistun (2009) e Furtos (2008). Auyero e Swistun (2009) conceituaram o sofrimento ambiental como um modo de sofrimento social, causado por ações poluidoras ou que geram danos ao meio ambiente por atores concretos. Nesse processo, o sofrimento é percebido do ponto de vista individual por meio do corpo e da subjetividade, mas também do ponto de vista coletivo, afinal, as situações de sofrimento são tidas como construções sociais atreladas a contextos de injustiça praticada pelos grandes empreendimentos e também aos modos como os sujeitos vivem e compreendem sua dor e os elementos que a produzem. Diante disso, os autores reforçam a necessidade de apresentar os indivíduos sofredores como pessoas dignas de consideração por parte do poder público e da sociedade civil (AUYERO; SWISTUN, 2009; MEDINA, 2014).

2. CONTEXTO E TERRITÓRIO DAS BARRAGENS INVESTIGADAS

Os empreendimentos hidrelétricos do rio Uruguai foram mapeados ainda na década de 1960, durante a ditadura militar. Nesses primeiros estudos, foram planejadas 32 barragens com o objetivo de gerar energia. Atualmente, existem 14 Usinas Hidrelétricas (UHE) em operação e uma em construção. Entre os empreendimentos em operação, estão: Itá, Machadinho, Passo de Ajuricaba, Barra Grande, Campos Novos, Foz do Chapecó, Passo Fundo e Monjolinho. Todos eles pertencem parcialmente ou integralmente a multinacionais, entre as quais se destacam a ALCOA Alumínio, dos Estados Unidos; o Grupo Tractebel Suez, da França; a Vale, o Bradesco, a Votorantim e a Camargo Correia, do Brasil. Estima-se que essas usinas em conjunto faturam cerca de R\$ 5.789.877.566,00 (MAB, 2014) e que atingiram mais de 200 mil pessoas (DALLACOSTA, 2016). Além destas, a bacia do Rio Uruguai conta com 57 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) em operação e 11 em construção. Quanto às Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) existem 129 em operação e duas em construção.

A hidrelétrica de Itá está localizada em terras dos municípios de

Aratiba, no Rio Grande do Sul (RS), e de Itá, em Santa Catarina (SC), no curso principal do rio Uruguai, divisor dos dois estados (TRACTEBEL, 2001). O enchimento do reservatório foi iniciado em dezembro de 1999 e a hidrelétrica entrou em operação em 2000. A Tractebel Energia, maior geradora de energia privada do Brasil, é a atual responsável pela hidrelétrica de Itá. A construção da obra atingiu 3.560 famílias, das quais 827 sofreram deslocamento compulsório e foram reassentadas em oito áreas distintas, distribuídas entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (TRACTEBEL, 2000). O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e de seus afluentes, atingiu terras de onze municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul (RS), e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba, em SC (TRACTEBEL, 2001).

A Usina Hidrelétrica Monjolinho, hoje renomeada Usina Hidrelétrica Alzir dos Santos foi construída pela Engevix Engenharia S. A. em 2001 e está localizada no Rio Passo Fundo, na divisa com os municípios de Nonoai e Faxinalzinho. A obra faz parte de um conjunto de empreendimentos que compõem o sistema de transmissão de energia elétrica Sul-Sudeste. Conforme Observatório Socioambiental de Barragens (2014), a hidrelétrica entrou em operação no ano de 2009. Segundo previsto no EIA (Estudo de Impacto Ambiental), o território afetado pela formação do lago da barragem é de 1, 821 km em Nonoai, 1,9 km² em Faxinalzinho e 0,135km² em Bejamin Constant do Sul. De acordo com o cadastro socioeconômico realizado pelo mesmo estudo, em 2001, era esperado que 224 famílias e 167 propriedades fossem afetadas pela implantação da barragem. O estudo estimou que o total de pessoas afetadas pela formação do lago compreendia um universo 672 pessoas, tendo como base um padrão de composição familiar de 3 pessoas por famílias.

A barragem de Foz do Chapecó está localizada entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS). A licença de instalação foi deferida no ano de 2003 e a barragem entrou em operação no ano de 2010. Os municípios que tiveram áreas inundadas foram: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial, Itá, Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande, Itatiba do Sul e Barra do

Rio Azul (OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DE BARRAGENS, 2014). A população atingida se constitui por moradores dos municípios acima referidos, tendo também um impacto a populações indígenas, os Kaingang, Xokleng e Guaranis (Observatório Sócio-ambiental de Barragens, 2014). Segundo o EIA feito pela empresa Engevix Engenharia, seriam atingidos 3.923 hectares, distribuídos em cerca de 1.700 propriedades.

3. HISTÓRIA DOS EMPREEDIMENTOS E MEMÓRIAS DOS ATINGIDOS

No caso da Hidrelétrica de Itá, as primeiras memórias dos entrevistados estavam atreladas à invasão do território em que viviam. Os agricultores relatam que os moradores locais não conheciam o que era uma hidrelétrica e que, quando se deram conta, suas terras já estavam sendo demarcadas. Além do mais, por causa da falta de clareza na comunicação, mesmo com a notícia da implantação da Hidrelétrica e com os marcos territoriais já implantados, muitos não acreditavam que a água atingiria as áreas demarcadas. Conforme relatado por um dos entrevistados, “atingiu bastante coisa, lá! Que nós pensava que ia atingir, pensava. Mas nunca pensava que ia atingir o que atingiu” (Claudio, atingido hidrelétrica de Itá).

A notícia pouco precisa de que seria construída uma hidrelétrica na região levou muitas famílias a se retirarem, a reduzirem a produção e a sofrerem psicicamente diante da incerteza do futuro e do medo de perderem tudo o que haviam construído. Entre os rumores iniciais da implantação do empreendimento e o deslocamento propriamente dito da população atingida passaram-se 20 anos, período em que a população local se sentiu insegura e fez com que muitos deixassem a região antes mesmo do início das obras. Ressalta-se que, conforme relato dos participantes da pesquisa, todo o processo que antecedeu a implantação do empreendimento foi conduzido sem a participação da população local e sem estratégias de comunicação com as famílias atingidas, potencializando os danos psíquicos e sociais.

Ademais, ao final do processo de reassentamento e de indenização, os entrevistados recordam-se das perdas dos vizinhos, de amigos

e de familiares, conforme indica um dos participantes: “Ah! daí a gente veio, mas a maioria foi embora dos parentes, amigas. Ah! mexeu com tudo, deu uma reviravolta” (João, atingido hidrelétrica de Itá). Depois da luta, de muitas perdas e ganhos, eles tiveram de despedir-se daqueles que deixariam as comunidades atingidas e que partiriam para a cidade ou para os reassentamentos. Muitos foram morar na cidade, outros tantos foram reassentados em terras de outros estados ou mudaram-se para municípios próximos. Observa-se que aqueles que ficaram vivendo nas novas comunidades reconstruídas no entorno do reservatório experienciaram o processo de permanecer em um mesmo lugar que já não é mais o mesmo lugar de antes.

Após a construção do reassentamento, em Itá, uma das dificuldades encontradas pelos atingidos, foi o acesso a escrituras das propriedades. Embora os territórios fossem divididos por lotes, eles não tinham a propriedade legal da terra não podendo vendê-la ou fazer financiamentos para custear as necessidades da produção agrícola e pecuária. A empresa exigia o pagamento através da produção para a entrega da escritura de cada lote, conforme referido pelo atingido no seguinte trecho a seguir: “Só que daí, tipo assim, nós não tínhamos escrituras... para vender. Eu quero vender para ele, ou pare ele. Na clausura dizia que nós pagaríamos essa terra em 20 anos” (Maria, atingida hidrelétrica de Itá). O direito às escrituras, no entanto, foi conquistado através da resistência dos atingidos, sendo relatado um episódio em que os atingidos acamparam no escritório da Eletrosul para obter a posse dos lotes.

Processo similar foi observado no contexto de implantação da hidrelétrica de Foz do Chapecó. Durante as entrevistas muito foi trazido sobre a história da obra e principalmente sobre a dificuldade em relação às indenizações. Alguns queriam ficar, outros preferiam vender suas casas e alguns lutavam por reassentamento. Neste contexto existia um grande embate político que envolvia instituições como o Ministério Público, o Governo Federal, o MAB, a empresa e as famílias atingidas.

Por vezes as reivindicações dos atingidos não eram atendidas e era preciso levar o caso a justiça. No entanto o Mário, atingido pela hidrelétrica de Foz do Chapecó diz que: “E daí eles mandavam nós entrar

na justiça, mas daí justiça nessas alturas o que o juiz vai dar? Até hoje, diz os cara da empresa, que até hoje eles não perderam nenhuma questão.” O Governo Federal segundo o mesmo entrevistado um papel central: “...na época quem era presidente era o Lula, se não fosse ele, acho que muita gente ia sair daqui sem nada”.

A região durante a obra abrigou muitos trabalhadores que vieram de outras localidades. Isso fez com que houvesse uma superlotação dos serviços públicos e privados. Paulo, atingido pela hidrelétrica de Foz do Chapecó acredita que esta situação implicou em algumas dificuldades: “Mas não é fácil tu estar aí andando com quatro, cinco mil pessoas andando todo dia. Tu não era acostumado com aquilo. Um barulhão, um fervo. Deus me livre!”. Com a evolução da obra, algumas equipes foram mandadas embora, mas havia ainda os que preferiram ficar. Além dessas questões, a empresa oferecia péssimas condições de trabalho para os funcionários.

No contexto da barragem de Alzir dos Santos foi realizada uma entrevista coletiva com três indígenas atingidos pela obra. Sobre a história da obra, implantação e indenizações da eles relataram que a construção da barragem se deu sem diálogo com os indígenas atingidos, que referiram que tomar conhecimento do empreendimento apenas após um ano do início da construção. Essa descoberta tardia da implantação da barragem dificultou os processos de resistência contra a continuidade da obra e início da operação, conforme relato do atingido a seguir:

Quando nós soubemos dessa barragem, eee... Já fazia um ano que já estavam começando, já estavam construindo já esse a barragem. E quando fomos saber já era tarde. Aí nós fomos para querer atacar e não deu para atacar mais (Maicon, atingido hidrelétrica de Monjolinho).

Foi relatado que a empresa que construiu a barragem já vinha fazendo negociações com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), no entanto, esta não realizou diálogos com os indígenas sobre os acordos para a construção da barragem. As negociações feitas pela FUNAI sem consultar a população indígena resultaram em acordos, que no entendimento dos entrevistados, não atendiam as necessidades dos indígenas, o que causou revolta desta população:

A Funai mesmo desde o início da construção da barragem ali, ela tava sabendo que tava saindo barragem, mas nós fomos saber depois de um ano, mas já tava já tudo bem adiantado (Maicon, atingido hidrelétrica de Monjolinho);

Quando a comunidade ficou sabendo eles já tinham feito todo acerto, por isso que a comunidade se revoltou, eles não vieram pedir... O que a comunidade necessitava (Luiz, atingido hidrelétrica de Monjolinho).

A partir destes breves relatos percebe-se que as três obras, apesar das diferentes temporalidades de implantação, tiveram em comum a falta de comunicação com as comunidades atingidas e o fato de as pessoas tomarem conhecimento dos empreendimentos quando estes já estavam em processo de implantação, os conflitos gerados pelas disputadas políticas, a dificuldade em confiar nas instituições públicas e receber o devido apoio jurídico, os conflitos e lutas pelas indenizações justas, além do sofrimento e incertezas causadas por todas estas condições.

4. AS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES DO SOFRIMENTO DOS ATINGIDOS

No contexto das barragens de Itá e Foz do Chapecó os atingidos relataram que as barragens impactaram de forma devastadora a vida da população. Muitas pessoas foram reassentadas, o que modificou as relações comunitárias que já estavam estabelecidas entre as famílias. O espaço físico também foi afetado, o alagamento de grande parte das terras ao redor da barragem alterou o território, cobriu casas, igrejas e estabelecimentos comerciais. Em trecho retirado de uma entrevista observa-se este processo: “Lá onde eu morava ali deve ter uns vinte metros de água mais ou menos contando por aí. Tudo em baixo d’água. Onde eu morava ali é tudo água. Veio para cima ainda, fora a estrada... de baixo d’agua” (Ana, atingida hidrelétrica de Foz do Chapecó).

Em ambas as obras, notou-se que depois do enchimento do reservatório que provocou o esvaziamento da região em função da saída das famílias para os reassentamentos ou para regiões urbanas e da inviabilidade produtiva de muitas propriedades, mesmo os núcleos rurais reconstruídos pela empresa responsável pela hidrelétrica estão em con-

dições muito precárias ou em processo de desaparecimento. Os relatos que retratam essa situação são inúmeros: “é um lugar que não... Que acabou!” (Eduardo, atingido hidrelétrica de Itá); “Fecharam a barragem e aí aconteceu, aí fechou. Aí a água foi subindo... Agora esse lugar aqui, eu vou lhe contar uma coisa, terminou... Terminou!” (Marcus, atingido hidrelétrica de Itá).

Particularmente no caso na hidrelétrica de Itá, muitos entrevistados relataram que houve um “desânimo” coletivo entre as pessoas, o que contribuiu para a dificuldade de manutenção das práticas sociais. Além disso, os participantes comentaram que a morte do rio e do meio ambiente pode ser percebida através de diversos elementos que transformaram profundamente suas relações com o território e com a natureza. Com o enchimento do reservatório, o rio, que antes se movimentava e era tido como um espaço de vida por meio dos peixes e do fornecimento de água, tornou-se profundo, largo e perigoso. A pesca passou a ser controlada e legalizada. O uso da água tornou-se restrito – não é possível nadar e, em muitos locais, até mesmo a utilização de caícos e barcos tornou-se perigosa.

As famílias reassentadas pela barragem de Itá também discutiram as dificuldades de adaptação nos reassentamentos. Em diversas falas foi observado o processo de retorno dos atingidos às áreas próximas da barragem devido à dificuldade de adaptação ao reassentamento, sendo algumas destas dificuldades relacionadas a nova cultura estabelecida neste espaço. Conforme relatos do atingido a seguir:

aqui tem gente que foi embora por questão cultural, por uma questão de não ter se adaptado aqui [...] Eu diria assim, 30% foi questão cultural, 30% os filhos foram de volta e os pais foram atrás dos filhos e 30% por não entender a modernidade, a tecnologia (André, atingido hidrelétrica de Itá).

No contexto da hidrelétrica de Foz do Chapecó, os entrevistados relataram que diante da construção da barragem a população da região aumentou vertiginosamente por conta da chegada dos trabalhadores da obra. No entanto, o acesso aos serviços públicos que já estavam insuficientes para os habitantes locais, não acompanhou o crescimento populacional. A obra gerava muito barulho, o que perturbava o descanso

das famílias que moravam próximo. Esta questão atrelada ainda a preocupação com a indenização da casa gerou muito sofrimento. Há famílias que não possuíam a posse legal da terra e não foram indenizadas, outras receberam indenização, mas tiveram dificuldades em administrar o dinheiro. Este descontentamento pode ser percebido na fala da atingida:

Porque já tem muita gente ali preocupada... e eles vão tirar um pedaço da terra, eles vão ficar com menos terra e o resto eles não vão pagar. E daí o que que eles vão fazer com aquele pouco de dinheiro? (Claudia, atingida hidrelétrica de Foz do Chapecó).

Quanto a economia da região, os entrevistados relataram com tristeza que houve muitos impactos. Como parte do rio secou, muitos pescadores se viram impossibilitados de trabalhar, o que afetou também o comércio local. A pesca era responsável por atrair visitantes de diversas localidades que sabiam que aquele era um negócio próspero na região. Os turistas se hospedam nos hotéis, se alimentavam nos bares e mantinham o comércio local. Hoje estes estabelecimentos estão fechados, não há mais procura, como é trazido por um pescador:

Não tem mais nada, não tem mais. O impacto foi muito grande, os antigos choram se tu contar, nós tinha uma riqueza que ninguém sabia. Hoje o município não tem nenhum royalties (Flávia, atingido hidrelétrica de Foz do Chapecó).

Para os entrevistados atingidos pelos três empreendimentos, o poder público negligência as pautas da população atingida, que são principalmente o acesso à saúde, ao transporte público e à segurança. Especialmente no caso da barragem de Foz do Chapecó, os entrevistados relataram com dúvidas os modos de relacionamento dos gestores públicos com a empresa responsável pela barragem. Para eles, os prefeitos parecem atender mais aos interesses da empresa do que os interesses dos habitantes da região. Na opinião de uma entrevistada: “Eu acho que quando tu está em uma prefeitura, tu é um vereador, tu é prefeito eu acho que tu deveria se envolver com o povo que te elegeu, né” (Tereza, atingido hidrelétrica de Foz do Chapecó). Existe ainda uma falta de clareza, por parte das famílias, de quem está sendo beneficiado pela barragem. É disseminado um discurso de que as barragens hidrelétricas trazem desenvolvimento e riquezas para o local em que ela se instala. No entanto, esses supostos benefícios não chegam à população, como é

trazido por uma participante: “Porque dizem que a Foz de Chapecó, essa barragem ajuda né, mas se ajuda eu não sei pra onde que tá indo esse dinheiro, porque eu não tô vendo ajuda em lugar nenhum” (Renato, atingido hidrelétrica de Foz do Chapecó).

Além disso, inúmeros impactos ambientais também geram sofrimento na população atingida pelas barragens investigadas. Existe uma relação muito forte dessas pessoas com a terra, com o rio, a pesca e a agricultura. São anos e gerações de uma família vivendo em contato com aquele ambiente. Por conta disso, mudanças ambientais drásticas podem causar muito sofrimento. Os entrevistados da região da barragem de Foz do Chapecó relataram que existe um risco iminente de um extravasamento da água que é represada pela barragem, pois há uma rachadura em uma comporta. No entanto a empresa alega que este fato não apresenta nenhum risco. A participante Tereza atingida pela hidrelétrica Foz do Chapecó comenta: “Eles não tão nem aí se vai estourar e vai matar todo mundo aí.”

Na hidrelétrica de Alzir dos Santos os participantes da pesquisa atribuíram maior destaque para os danos ambientais que se expressou através da dificuldade de realização da pesca e das atividades agrícolas. Foi relatado que a mudança de clima no ambiente após a construção da barragem impactou no plantio devido a neblina e as baixas temperaturas. Um entrevistado relata que:

A dificuldade maior é essa serração. O clima mudou dali para cá. E é como eu estou falando, né? Prejudicou as plantas. Uma época antes de construir essa barragem as plantas davam bem, mas agora ela não dá mais como dava antes (Saulo, atingido hidrelétrica de Monjolinho).

Quanto a pesca, os entrevistados relataram que os indígenas eram impedidos por guardas de pescarem no rio.

A partir dos diversos danos relatados pelas comunidades atingidas pelos três empreendimentos investigados, perceberam-se impactos em diversos campos da vida, dos direitos, do trabalho e da saúde dos entrevistados. De modo geral as famílias entrevistadas não perceberam os benefícios prometidos pela implantação das barragens. As comunidades rurais presenciaram um esvaziamento populacional e os locais que se beneficiavam de atividades turísticas observaram a inativação destes

espaços, ora pelo alagamento, ora pelo abandono do poder público. Outro aspecto comum à região de Itá e Foz do Chapecó foram os desequilíbrios e a falta de estrutura local para acolher os milhares de trabalhadores que se deslocaram para atuar no período de construção das obras. Os entrevistados dos três empreendimentos relataram inúmeros danos ambientais, mudanças climáticas e perdas de paisagens que marcavam a vida e a história da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate histórico do processo de implantação das hidrelétricas estudadas mostrou que, diante da violência, da insegurança, da falta de informação e de orientação, das ameaças e da inexistência de suporte político, jurídico e social, as populações atingidas tiveram que atuar pela própria garantia de seus direitos fundamentais. Neste processo o MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens) em diversos momentos representou um espaço essencial de discussão e de luta pelos direitos dos atingidos.

Apesar das resistências, a concretização das obras apresentou-se como um fato consumado, marcado pela ausência de participação dos atingidos. Nesse processo, tentativas de desarticulação dos coletivos, de negociações individuais, de estabelecimento de alianças com representantes políticos, de ênfase nos benefícios dos projetos em detrimento dos danos, contribuíram para que as famílias atingidas vivenciassem diferentes danos que culminaram no estabelecimento do sofrimento social e ambiental. Além disso, os deslocamentos forçados para os reassentamentos e para regiões urbanas representaram uma cisão identitária, psíquica, econômica e social sem precedentes.

Frente a isso, destaca-se que o processo intenso de abandono vivenciado pelas comunidades participantes da pesquisa, não tem sido objeto de políticas públicas ou de projetos reparatórios. Todas essas transformações afetaram diretamente a saúde, o trabalho e a vida dos participantes da pesquisa, contribuindo para a precarização das regiões investigadas.

Finalmente, cabe alertar que tanto do ponto de vista dos estudos científicos realizados na região, como também das políticas públicas e eventuais projetos reparatórios organizados pelas empresas hidrelétricas, os danos e os riscos gerados pelas obras não são investigados em conjunto. Durante a pesquisa identificamos diversas famílias atingidas pelos três projetos e que precisaram se deslocar diversas vezes em função das hidrelétricas. Além disso, a região tem sido marcada pela ocorrência de alagamentos e enchentes que afetam territórios muito além daqueles legalmente reconhecidos como atingidos. No caso da hidrelétrica de Foz do Chapecó, durante o período de coleta de dados havia rumores sobre a possibilidade de rompimento da barragem, inclusive o acesso estava interrompido por conta dos reparos na infraestrutura. Não investigamos as probabilidades e os riscos deste evento, mas chamou a atenção o fato de que as comunidades vizinhas não conheciam os planos de emergência para casos de acidentes. Além disso, como a bacia do rio Uruguai está repleta de hidrelétricas, o rompimento de uma das barragens poderia causar uma série de outros acidentes. Neste sentido, ressalta-se a urgência de que estudos, políticas públicas e planos de emergência considerem os riscos integrais apresentados pela totalidade das barragens implantadas na região.

Referências

- AUYERO, J., SWISTUN, D. A. **Flammable**: Environmental suffering in an Argentine Shantytown. New York, NY: Oxford University Press, 2009.
- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, 2007.
- DALLACOSTA, L. Barragens no Cone Sul: uma história de conflitos. In: **IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS**, 2016, Chapecó, SC. Apresentação. Chapecó, SC: UFFS, 2016.
- GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R.; SANTOS, F. K. Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 501-522, 2015.
- MEDINA, L. C. El sufrimiento en la catástrofe. Orientaciones para una agenda de investigación en perspectiva relacional. **Revista Márgenes**:

Espacio Arte y Sociedad, v. 11, n. 15, p. 49-56, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/135497>. Acesso em: 15 mai. 2017.

Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB]. **MAB denuncia violação de direitos e perseguição a defensores de direitos humanos**, 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-denuncia-viola-direitos-e-persegui-defensores-direitos-humanos>. Acesso em: 24 jun. 2017.

NOBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Internacional da Mobilidade Humana**, v. 19, n. 36, p. 125-143, 2011. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/251/233>. Acesso em: 14 jan. 2015.

Observatório Socioambiental de Barragens. **Transformações socioambientais da barragem de Itá**, 2014. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/19/ita> >. Acesso em: 18 mai. 2016.

TRACTEBEL. **Plano diretor**: Reservatório UHE de Itá e seu entorno, 2001. Disponível em: http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae616b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2B-com%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=-86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401. Acesso em: 14 mai. 2017.

VAINER, C. B. Recursos Hidráulicos: Questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a09v2159.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas**: Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008. p. 39-62.

ZHOURI, A. **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Editora: UFMG, 2011.

Sobre os autores

Catiane Matiello

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Especialista em Literatura Brasileira e História pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Mestre e Doutora em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2011, 2016). E-mail: catimatiello@gmail.com

Carmem Regina Giongo

Doutora e Pós-doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Feevale. E-mail: ca.aiesec@gmail.com

Daniele Almeida Duarte

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus de Maringá-PR. Psicóloga e Doutora em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Pesquisadora do “Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho” (LIST). E-mail: daduarte@uem.br

Denise Kloeckner Sbardelotto

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (2009), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2014) e Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2017). Atualmente é professora do Centro Universitário UniFatecie e cursa Pós-doutoramento na Universidade do Porto (UPorto – Portugal). E-mail: deniseklsb@yahoo.com.br

Felipe Hochheim Argerich.

Acadêmico de Medicina na Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Jessica Mabel Soares Teixeira Menezes

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Residente no Programa de Saúde Mental Coletiva da UFRGS. E-mail: jmabelstm@gmail.com

João Vitor Assmann Fontana.

Acadêmico de Medicina na Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Jussara Maria Rosa Mendes

Doutora e Pós-doutora em Serviço Social. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do NEST/UFRGS. E-mail: jussaramaria.mendes@gmail.com

Luíza Morem Rocha

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de iniciação científica. E-mail: luiza_morem_rocha@hotmail.com

Maria Assunta Busato

Doutora em Biologia. Docente no Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Ciências da Saúde na Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Milena Maciel de Carvalho

Doutora (2019) e Mestre (2010) em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz). Graduada em Psicologia (2003). Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos e Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/ENSP/Fiocruz), com foco na temática dos desastres. E-mail: milenafiocruz@gmail.com

Odirlei Manarin

Licenciado em História pela UNIAMÉRICA (2005), mestre em História pela UNIOESTE (2008). Doutor em História UNIOESTE (2020). Professor de História da Rede Pública do Paraná (Ensino Fundamental e Médio). E-mail: omanarin@yahoo.com.br

Priscila Pavan Detoni

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Passo Fundo/RS. E-mail: ppavandetoni@gmail.com

Simone Cristine Nothaft

Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Ciências da Saúde na Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: nothaft@hotmail.com

Simone Santos Oliveira

Pesquisadora Titular do Centro de Estudos e Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/ENSP/Fiocruz). Docente Permanente da Pós-Graduação em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Doutorado em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE/UP). Líder do Grupo de Pesquisa e Intervenção em Atividade de Trabalho, Saúde e Relações de Gênero (PISTAS/CNPq). E-mail: simone@ensp.fiocruz.br

Nessa trajetória, percebemos que a memória e o afeto se enraízam não somente nos lugares, mas também nas relações e nas diversas formas de resistências, o que confere importantes pistas da urgência de reconhecer que os modos de vida perdidos e a serem reconstruídos devem ser conjugados com formas de amparar, acolher, assistir e, principalmente, de tratar o processo de construção de barragens (hidrelétricas e/ou de minérios) como gerador de impactos psicossociais e ambientais.

Com essa obra, esperamos colocar em exame o contexto de vida singular e coletivo que antecede a concepção de barragens. Dispor em relevo cenários de vida e historicidades que estão situados em lugares, temporalidades e pessoas. Dessa forma, colaborar com o fortalecimento dos caminhos democráticos e participativos que os empreendimentos que envolvam barragens devem trilhar para que, de fato, possam levar ao crescimento econômico sem desprezar a dimensão humana constituinte de qualquer base desenvolvimentista.

Esta obra reúne textos sobre a temática do impacto psicossocial da construção ou desastres de barragens no Brasil, sob o olhar de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Será de interesse de leitores que desejam se debruçar sobre aspectos históricos, educacionais, psicológicos e de saúde ambiental de grandes obras que, em nome do progresso ou por negligência, ignoraram riscos reais à vida, aprofundaram desigualdades, vulnerabilidades e violências que marcaram e marcam histórias de famílias e comunidades inteiras. Esta coletânea mostrará histórias que precisam ser contadas e recontadas, para que não se repitam. Ao mesmo tempo, mostrará as contradições que estão presentes naqueles que conseguiram transformar o sofrimento em luta social.



+55 (44) 3045 9898
Rodovia BR 376, Km 102, nº 1.000
CEP 87.720-140 - Paranavai-PR
www.unifatecie.edu.br/editora
edufatecie@fatecie.edu.br

